



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
- CAMPUS PARAUAPEBAS
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA, PÓS GRADUAÇÃO, EXTENSÃO
E INOVAÇÃO
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



**Parauapebas – PA
2021**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
- CAMPUS PARAUAPEBAS
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA, PÓS GRADUAÇÃO, EXTENSÃO
E INOVAÇÃO
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



Claudio Alex Jorge da Costa

Reitor

Cleide do Socorro Marcos da Silva Dias

Chefe de Gabinete

Danilson Lobato da Costa

Pró-reitor de Administração

Elinilze Guedes Teodoro

Pró-Reitor de Ensino

Fabício Medeiros Alho

Pró-Reitor de Extensão

Ana Paula Palheta Santana

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Aldenor de Souza Bohadana Filho

Procurador Federal IFPA

Paulo Henrique Gonçalves Bezerra

Diretor de Tecnologia da Informação

Daniel Joaquim da Conceição Moutinho

Diretor Geral

David Durval Jesus Vieira

Diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Inovação

Anderson Renato Souza Lisboa

Diretor de Administração e Planejamento

Débora Aquino Nunes

Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Geografia



SUMARIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	6
DEDICATÓRIA	8
APRESENTAÇÃO	8
1. JUSTIFICATIVA	13
1.1 Inserção regional do campus e Arranjos Produtivos Locais.....	13
1.2 Demandas do mundo do trabalho: características da formação e do trabalho docente na região de abrangência do campus	18
1.3 Necessidade de implantação do curso de licenciatura em Geografia e responsabilidade social do IFPA-Parauapebas.....	23
2. REGIME LETIVO.....	26
3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO	27
4. OBJETIVOS.....	28
5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	29
6. ESTRUTURA CURRICULAR	30
6.1 Representação gráfica do Itinerário Formativo.....	33
6.2 Estrutura Curricular por Núcleos e Componentes Curriculares.....	38
7. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	42
8. PRÁTICA PROFISSIONAL	43
8.1 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica (RP).....	44
9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	45
9.1 Integração com as Redes Públicas de Ensino.....	46
10. TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	48
11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	49
12. APOIO AO DISCENTE	50
13. ACESSIBILIDADE	52
14. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	55
15. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	58
16. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	61
16.1 Núcleo Docente Estruturante do Curso– NDE	61



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
- CAMPUS PARAUAPEBAS
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E
INOVAÇÃO
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



16.2 Coordenação de Curso	62
16.3 Colegiado de Curso	63
16.4 Processos de Avaliação do Curso	64
17. CORPO PROFISSIONAL DO CURSO	66
17.1 Corpo Docente	66
17.2 Corpo Técnico-Administrativo	69
18. INFRAESTRUTURA.....	70
18.1 Espaço de trabalho para docente em tempo integral.....	70
18.2 Espaço de trabalho para o coordenador.....	71
18.3 Sala de professores	71
18.4 Salas de aula	71
18.5 Biblioteca.....	71
18.6 Acesso de estudantes a equipamentos de informática.....	72
18.7 Laboratórios	72
19. DIPLOMAÇÃO.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
APÊNDICE I - Ementário dos Componentes Curriculares.....	80

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA REITORIA	
CNPJ	10.763.998/0001-30
RAZÃO SOCIAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
SIGLA	IFPA
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal
REITOR	Cláudio Álex Jorge da Costa
PRÓ-REITOR DE ENSINO	Elinilze Guedes Teodoro
ENDEREÇO	Av. João Paulo II s/nº, entre a passagem Mariano e Coração de Jesus, Bairro: Castanheira, CEP: 66.645-240, Belém-PA Telefone: (91) 3342-0599/0578
SÍTIO ELETRÔNICO	http://www.ifpa.edu.br
ENDEREÇO ELETRÔNICO	gabinete@ifpa.edu.br
DADOS SIAFI – UG	158135
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS	
CAMPUS	Parauapebas
DIRETOR GERAL	Daniel Joaquim da Conceição Moutinho
DIRETOR DE ENSINO	David Durval Jesus Vieira
ENDEREÇO	Rodovia PA 275, S/N (ao lado da portaria de Carajás), CEP: 68.515-000 - Parauapebas - PA
CNPJ	10.763.998/0015-35
NATUREZA JURÍDICA	Autarquia Federal
RAZÃO SOCIAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Parauapebas
ENDEREÇO ELETRÔNICO	dg.parauapebas@ifpa.edu.br
TELEFONE	(94) 99272-6909
SÍTIO ELETRÔNICO	http://www.parauapebas.ifpa.edu.br

ÁREA	Ciências Humanas
NOME DO CURSO	Licenciatura em Geografia
CARGA HORÁRIA TOTAL RELÓGIO DA GRADE CURRICULAR (Ch/r)	3.440 Hrs
EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PPC (NDE DO CURSO)	Alcione Santos de Sousa Andson Pereira Ferreira Bianca Caterine Piedade Pinho Camila Marion David Durval Jesus Vieira Diana Dias da Luz Débora Aquino Nunes Etiane Patrícia dos Reis da Silva Macêdo Gabriel Renan Neves Barros Gueive Astur Pena Gustavo Francesco de Moraes Dias Jadislene Estevam da Silva Costa Janderson Tomé dos Santos Souza Ludnilson Antônio de Jesus Pereira Ricardo Alex Dantas da Cunha
COLABORAÇÃO	Clauber Sueliton Carvalho Vasconcelos

DEDICATÓRIA

O PPC de licenciatura em Geografia do IFPA-Parauapebas é dedicado a memória do docente Janderson Tomé dos Santos Souza, graduado em engenharia da computação e docente do IFPA-Parauapebas. Destaca-se que Janderson sempre foi um profissional ativo nos debates e na construção das comissões internas do campus, dos documentos institucionais e do processo de ensino, pesquisa, extensão e inovação do IFPA. Janderson Tomé participou da construção desse documento e dos ementários: Informática Instrumental e Informática aplicada aos estudos geográficos. O professor veio a óbito pelo agravamento da infecção de Covid-19, que até 26 de abril de 2021 vitimou 390.797 pessoas no Brasil. O nosso país possui a segunda maior mortalidade por COVID-19 no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América. Muitas mortes como a do professor Janderson poderiam ter sido evitadas caso medidas sanitárias e de investimento e promoção da saúde pública e da vacinação tivessem sido tomadas com mais rigor. Assim, em memória póstuma de Janderson, esse PPC foi escrito e se baseou na valorização das experiências humanas, da ciência, das tecnológicas, da educação e da vida.

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA foi criado por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Esta lei institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação. O capítulo II, seção I, inciso XX estabeleceu que o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e as Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e Marabá passassem a ser uma mesma instituição denominada de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). A partir desta lei, as instituições e unidades vinculadas ao IFPA passaram para a condição de Campus (BRASIL, 2008).

O Campus Parauapebas pertence ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, é regido pela legislação e suas atualizações, a saber: pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), pela Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1996) de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei nº 11.892/2008 de Criação dos

Institutos Federais (BRASIL, 2008), bem como também por legislações específicas e instruções normativas, resoluções, regulamentos, orientações e pareceres internos para o ensino médio, graduação, pós-graduação e educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais e especificamente no IFPA.

O IFPA – Campus Parauapebas está localizado na Rodovia PA 275, snº Bairro União, CEP 68515-000. Além do município de Parauapebas, no que tange a oferta de ensino, os municípios de Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis e Eldorado dos Carajás também fazem parte da abrangência desse campus, de acordo com a Resolução 035/2015/CONSUP/IFPA.

Em sua história institucional, o Campus Parauapebas/IFPA foi criado na terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional pela necessidade de ofertar Educação Profissional Técnica e Tecnológica, pública, gratuita e de qualidade, que contemple a área de atuação da Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica, nos diversos níveis e modalidades de ensino, e a cidade de Parauapebas na região sudeste do Pará foi escolhida para sediar as instalações físicas do campus (IFPA, 2016).

O campus foi construído com capital da iniciativa privada, especificamente da empresa VALE, que possui atividades de exploração mineral no município de Parauapebas, na Serra dos Carajás. Em atendimento a um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, a VALE construiu o espaço físico que foi cedido ao campus do IFPA em Parauapebas, entregue a obra no dia 19 de agosto de 2013 (IFPA, 2016).

O campus teve suas atividades de ensino iniciadas em 28 de julho de 2014, com o PRONATEC (Programa Nacional ao Ensino Técnico e ao Emprego) na modalidade de Formação Inicial e Continuada – FICs, para 49 pessoas beneficiárias do Programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal (IFPA, 2016).

Em 2015, iniciou o curso técnico em Eletroeletrônica na modalidade subsequente e mais uma turma de Mecânica, finalizando o ano de 2015 com 5 turmas de ensino técnico subsequente.

Em 2016 foram iniciadas mais duas turmas de técnico subsequente em Eletroeletrônica ampliando o quantitativo de turmas de 5 para 7. Neste mesmo ano, foi criado o curso técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio, o qual foi reofertado anualmente desde de seu início.

Em 2017 surgiu a primeira turma de Automação Industrial, as turmas de

Técnico em Meio Ambiente e Eletromecânica na modalidade subsequente e as primeiras turmas do curso técnico em Eletroeletrônica integrada ao ensino médio, que também passa a ser reofertado anualmente, e de especialização em Docência para Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Em 2018 foi iniciada a primeira turma de Técnico em Manutenção de Máquinas Pesadas Integrada ao Ensino Médio (PROEJA), sendo reofertada no ano seguinte em Parauapebas e em 2020 em Canaã dos Carajás. Houve também a incorporação de 17 novos docentes do ensino técnico e básico.

No ano de 2019, foi criada a primeira turma do curso especialização em Docência para Educação Profissional Científica e Tecnológica no município de Canaã de Carajás. Por fim, em 2020 deu-se início a primeira turma do curso técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio.

Dessa forma, nesse ano, o IFPA campus Parauapebas contava com o funcionamento integral dos cursos Eletroeletrônica, Mecânica, Manutenção de Máquinas Pesadas, Eletromecânica, Meio Ambiente, Automação Industrial, Docência para a Educação Científica, Profissional e Tecnológica.

Além disso, em fase de expansão das atividades de ensino-pesquisa-extensão na sua região de abrangência, há a previsão de implementação dos cursos de Controle Ambiental (Integrado - EJA-EPT), Edificações (Subsequente), Segurança do Trabalho (Subsequente), Engenharia Mecatrônica (Bacharelado), Engenharia Ambiental e de Saneamento (Bacharelado), Ciências Naturais (Licenciatura), Matemática (Licenciatura), Geografia (Licenciatura) e Ensino de Ciências e Matemática (Pós- Graduação); demandas de cursos oriundas das necessidades identificadas dos arranjos produtivos locais, e ratificados através de audiência pública, do dia 24 de setembro de 2020, que foi transmitida ao vivo pelo facebook do campus e contou com a participação da comunidade interna e externa do campus. Tais cursos constam no documento de revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPA (PDI 2019 – 2023) (IFPA, 2019).

Destaca-se que a região de abrangência do campus é caracterizada pela significativa dificuldade na formação de licenciados e pela evasão escolar dos alunos da Educação Básica. Segundo a taxa de rendimento escolar por município brasileiro em 2019, a média de abandono do ensino médio na região de abrangência do IFPA – Parauapebas era de 15% (INEP, 2019). Ademais, é importante destacar que desde

2014 a região não vem formando professores em instituições de educação pública, gerando demandas importantes em relação ao acesso e ao desenvolvimento da Educação Básica e Superior, bem como da Pesquisa, Extensão e Inovação tecnológica, técnica e pedagógica.

Nesse período, a formação em instituições públicas em nível de graduação estava assentada nas áreas das ciências agrárias, com a presença da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) - Campus Parauapebas, e das tecnologias voltadas à indústria 4.0, com o curso de Tecnologia em Automação Industrial do IFPA – Campus Parauapebas.

É notório que desde as primeiras atividades de planejamento para implantação do campus até a atual fase de expansão de suas atividades, tem-se a missão de construir uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração dos saberes, a sustentabilidade e o desenvolvimento local e regional, bem como a formação de cidadãos críticos, éticos e com saberes humanísticos. Eles que podem se integrar ao mercado de trabalho e também promover o desenvolvimento local e regional. Tal missão foi fundamental para a consolidação da identidade do campus Parauapebas.

Nessa conjuntura, a proposta do Curso de Licenciatura em Geografia e sua composição curricular está embasada e estruturada nas legislações vigentes e suas atualizações e nos documentos institucionais bem como nos princípios norteadores que deverão conduzir e orientar o aprendizado e a práxis dos graduandos, com destaque para:

- a) a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- b) a Resolução CNE/CP nº 2, de 2015, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (MEC, 2015);
- c) a Lei nº 10.436, suas atualizações e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.
- d) a Resolução nº 05/2019 do CONSUP/IFPA, de 09 de janeiro de 2019, que estabelece os procedimentos a serem adotados para criação de cursos, para elaboração e atualização de Projeto Político Pedagógico e para a extinção de

cursos nos níveis da educação básica e profissional e do ensino superior de graduação, na modalidade presencial, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

- e) a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e suas atualizações, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- f) o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Superior (CES) nº 492 de 2001 referente às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia;
- g) o Parecer CNE/CES nº 1363 de 2001, retificação do Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia;
- h) a Resolução do CNE/CES nº 14 de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.
- i) a Resolução nº 397/2017-CONSUP-IFPA, de 11 de setembro de 2017 que aprova as diretrizes para a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e dá outras providências.
- j) e o Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA, de 2019.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia vai ao encontro das demandas educacionais, tecnológicas e técnicas da região de abrangência do IFPA-Parauapebas. Tal documento pressupõe instituir as orientações das ações pedagógicas e de melhoria do processo de ensino-aprendizagem de maneira participativa.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia prevê várias ações pedagógicas e de melhoria do processo de ensino-aprendizado dos discentes, com destaque para estrutura curricular, atividades práticas, estágios, uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) ligado ao processo de ensino-aprendizagem, possibilidades de avaliações, recuperação de notas e de reoferta de disciplinas e de associação entre ensino-pesquisa-extensão-inovação. O projeto também incorpora a necessidade de compreensão histórico-geográfica e de poder que permeia a própria

construção do conhecimento da ciência geográfica. Essa que é importante para analisar e compreender criticamente e de maneira humanista o espaço geográfico.

Nesse contexto, a proposta pedagógica de um Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em Geografia referenda a construção de uma matriz curricular que atende e integra os conhecimentos geográficos e pedagógicos e as atividades didático-pedagógicas que possibilitam a formação docente voltada para a realidade global e regional. Esta proposta pedagógica estará sempre em processo de construção conforme a contemporaneidade, contemplando a natureza da Geografia como área do conhecimento abrangente, atual e versátil.

1. JUSTIFICATIVA

Nesse capítulo apresentaremos a responsabilidade social e a inserção regional do campus do IFPA-Parauapebas, os arranjos produtivos locais importantes para o curso de licenciatura em Geografia, as demandas do mundo do trabalho ligadas à formação e à docência na região de abrangência do campus e a necessidade de implantação do curso de Licenciatura em Geografia.

1.1 Inserção Regional do Campus e Arranjos Produtivos Locais

Sabe-se que o território onde se situa atualmente Parauapebas era ocupado pela etnia Kayapó e posteriormente também Xikrin e que no período militar existia uma vila agrícola no território do bairro Rio Verde. Destaca-se que durante a década de 1960 ocorreu uma intensa reestruturação do espaço amazônico e da vida cotidiana na região. Carajás aparece para o mundo como fronteira do capital financeiro, sendo cada vez mais incorporada por interesses econômicos nacionais e internacionais e lógicas distantes. Entende-se como fronteira o espaço em forte incorporação ao capital global (BECKER, 1990) e um espaço essencialmente da alteridade (MARTINS, 2009).

Nesse sentido, identifica-se que no governo militar foram realizados vários levantamentos aeroespaciais das potencialidades de recursos naturais da Amazônia, principalmente através do projeto Radar da Amazônia (RADAM). Um dos resultados dessa ação foi a descoberta das jazidas de ferro localizadas nas Serras dos Carajás,

na década de 1960 (BECKER, 1990). Porém, a atividade de mineração ganhou maior relevância em tal região somente após duas décadas de sua descoberta. Dessa maneira, a década de 1980 foi marcada pela garimpagem rudimentar acelerada de ouro na Serra Pelada e pela implantação, como política pública, do Projeto Grande Carajás (PGC) para extração mineral moderna nas Serras dos Carajás (ROCHA, 2018).

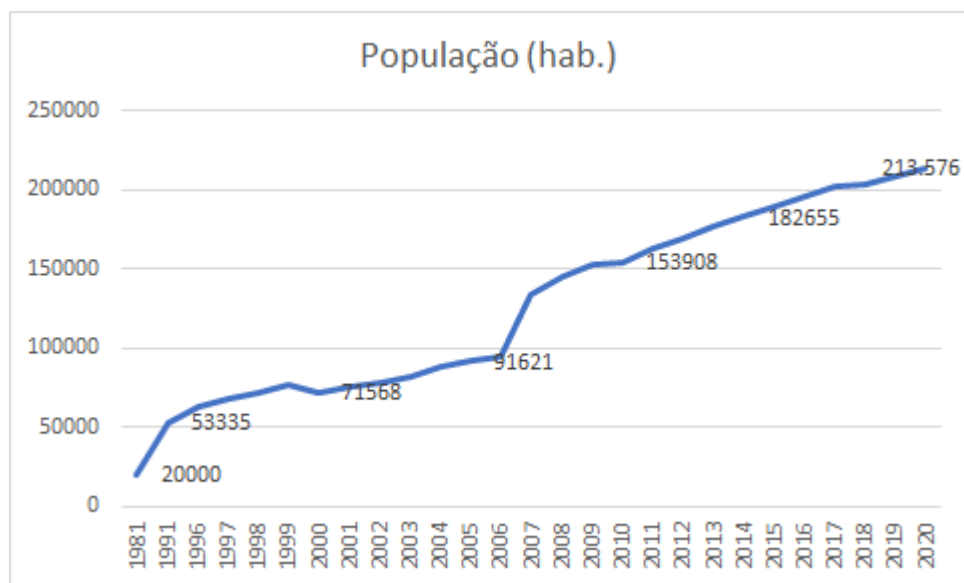
No final da década de 1990 e início da década de 2000 houve uma nova intensificação do fluxo populacional para Parauapebas (gráfico 01). O boom populacional maior ocorreu, então, no período pós privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1997, principal empresa de mineração do seu território. Esse período é marcado pela intensificação da exploração mineral e do trabalho e também do avanço do neoliberalismo que se fazia fortemente presente na política nacional. Com isso, sobre o discurso de inviabilidade econômico-política do governo em gerir as estatais e de necessidades de ajustes fiscais, a CVRD é privatizada, ou seja, vendida para o capital internacional por 3,3 bilhões (COELHO, 2007).

Na região de abrangência do IFPA-Parauapebas, a garimpagem, altamente poluente e caracterizada por precárias condições socioespaciais de produção e de vida, coexiste com a indústria mineral, que se baseia na expropriação de recursos minerais com alto uso de tecnologia e que vêm implementando gradativamente tecnologias relacionadas à indústria 4.0.

Sabe-se que o advento da indústria 4.0 trará desafios a serem superados, sobretudo no mundo do trabalho e produção, visto que os progressos tecnológicos estimulam a automatização da mão de obra humana, que decorre na exigência de novas competências e habilidades pelo mercado de trabalho, aprofunda-se a relação indivíduo-máquina e máquina-máquina (SCHWAB, 2016).

Atualmente, destaca-se que o município de Parauapebas mantém a sua base econômica assentada na atividade mineral e é intensamente impactado com as oscilações do capital, visto que sua economia gira em torno do mercado internacional e suas variações no setor da produção de ferro, principalmente. Concomitante ao seu processo de expansão urbana está também o seu crescimento populacional que foi intenso desde a sua gênese, como descrito no gráfico 01 a seguir:

Gráfico 01: Crescimento populacional de Parauapebas-PA – 1981-2020



Fonte: IBGE (2020), SEMAS (2018) e FAPESPA (2017)

Elaboração: Débora Aquino Nunes, dezembro de 2020.

Entre os 1.388 municípios que se emanciparam no ano de 1988, apenas Palmas, capital do Tocantins, experimentou crescimento demográfico superior nesse período. Em 2010, Parauapebas já contava com 153.908 habitantes, mais que dobrando a sua população em apenas 10 anos, apresentando um crescimento de 115%. Em 2020, a sua população estimada foi de 213.576 habitantes, marcando uma diminuição no ritmo de crescimento, passando a ser de 39% de 2010 a 2020.

Nesse contexto, o município de Parauapebas vem aglomerando indústrias, empresas e prestadores de serviço, ligados principalmente a atividade mineral moderna e a atividade agropecuária. Atualmente, ele é o quinto maior município em termos populacionais do Estado do Pará, ficando atrás de Belém, Ananindeua, Marabá e Santarém, possuindo também historicamente um destaque econômico no Estado do Pará.

Ademais, visando dinamizar os setores econômicos, bem como melhor qualificar a mão de obra local, a partir da década de 2010, inaugurou-se em Parauapebas instituições públicas de ensino que vem ofertando cursos de graduação, pós-graduação e de nível técnico, como a Universidade Federal Rural da Amazônia, em 2014, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, em 2014, e a Universidade Estadual do Pará, em 2021; esta última está funcionando no Centro Universitário de Parauapebas (CEUP), espaço administrado pela Prefeitura, pois a

sua estrutura própria ainda está em fase de construção. Frisa-se que nenhuma dessas instituições ofertam cursos de graduação em licenciatura na região de abrangência do IFPA-Parauapebas.

A estrutura física do Campus Parauapebas foi construída através de capital da iniciativa privada, por meio de acordo judicial firmado entre o Ministério Público e a mineradora Vale S.A. A mineradora, atendendo o Termo de Ajuste de Conduta – TAC, nos autos do processo, cedeu o território e as instalações para a implantação da unidade do IFPA, inicialmente em contrato de comodato, no qual exigia ofertas mínimas iniciais dos cursos de Mecânica e Eletroeletrônica (IFPA, 2016). Isto é, as instalações foram uma contrapartida social que a empresa é obrigada a realizar em virtude de sua atividade de exploração mineral em território nacional, mais especificamente na Floresta Nacional dos Carajás (FLONA-Carajás).

Assim, foram entregues no dia 19 de agosto de 2014, dez salas de aulas, oito laboratórios de mecânica e de eletroeletrônica, uma biblioteca e espaço para o setor administrativo. O campus teve suas atividades de sala de aula iniciadas em 28 de julho de 2014, com turmas do PRONATEC na modalidade de Formação Inicial e Continuada – FICs, para pessoas beneficiárias do Programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal (IFPA, 2016).

Destaca-se que a atual gestão da prefeitura municipal de Parauapebas tem como um dos seus objetivos transformar o município em polo universitário da região (CARDOSO, 2018). Isso porque existe uma carência de oferta de cursos de graduação e pós-graduação na região de Carajás que sejam públicos, de qualidade e gratuitos. A Câmara de Vereadores de Parauapebas aprovou em agosto de 2019, o fundo de incentivo ao ensino superior. A intenção é destinar 1,7% da arrecadação oriunda da Compensação Financeira da Exploração por Recurso Mineral (CFEM) ao fundo, além de recursos de doações, contribuições em dinheiro, valores e bens móveis e imóveis que a prefeitura venha receber de pessoas físicas e jurídicas (QUINTINO, 2019).

Assim, Parauapebas já vem aglomerando as instituições públicas de ensino superior na região de abrangência do IFPA-Parauapebas. Além das turmas de graduação e pós-graduação, há a presença de grupos de pesquisa, projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, palestras, minicursos e eventos científicos e culturais no seu território. Além disso, Parauapebas também concentra na região

instituições de ensino superior privadas, como a UNOPAR, a UNIASSELVI, a UniCesumar, a UNINTER, a UNISA e a FADESA; estas que trabalham principalmente com o ensino a distância ou modelo híbrido de ensino.

Nesse sentido, destacamos que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) podem ser definidos como aglomerações de agentes econômicos, políticos e sociais que possuem conexão e interdependência em face de atividades econômicas específicas em um território (ALBAGLI; BRITO, 2002). Incluem-se a produção, o comércio e/ou serviço, bem como a diversidade de agentes que se relacionam e podem cooperar entre si, como as instituições públicas de ensino e de pesquisa, as agências de promoção à políticas de financiamento a pesquisa e a inovação, a sociedade civil organizada e os empreendedores individuais, pequenas, médias e grandes empresas e prestadores de serviço (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Há, então, uma grande importância de identificação dos APL's relacionada a necessidade de formação e geração de mão de obra qualificada no local e na região, levando em consideração a promoção do desenvolvimento regional e sustentável. Para Cassiolato e Lastres (2003), os arranjos produtivos locais devem enfatizar a inovação e o conhecimento, pois estes são cada vez centrais na dinâmica e crescimento dos países, das regiões, dos setores econômicos, políticos, sociais e culturais e das organizações e instituições, bem como é condição para o aumento da comunicação e da inovação. Além disso, a aprendizagem e formação produtiva e inovadora são fortemente influenciadas por políticas organizacionais, institucionais e específicas.

Nesse sentido, para identificando o Arranjo Produtivo relacionado a educação na região de abrangência do campus do IFPA-Parauapebas, destacamos os agentes de ensino superior e a Prefeitura Municipal de Parauapebas. Para além disso, dos agentes formadores, levantou-se dados sobre o ensino básico presente em Parauapebas e na região de abrangência do campus, a fim de identificar os agentes que fazem parte da promoção da Educação em nível básico na região, bem como suas demandas e características, sendo estes os principais agentes relacionados ao mercado de trabalho do egresso do curso de licenciatura em Geografia.

1.2 Demandas do mundo do trabalho: características da formação e do trabalho docente na região de abrangência do campus

Como identificado no tópico anterior, o ensino público em nível de graduação em Parauapebas e na região de abrangência do IFPA-campus Parauapebas começa a ganhar mais força a partir de 2017. Durante a maior parte da história dessa sub-região, a educação pública só era possível até o ensino médio. É notável a evasão escolar se compararmos o ensino fundamental ao ensino médio em Parauapebas, em Canaã dos Carajás, em Curionópolis, em Eldorado dos Carajás e em Água Azul do Norte. Assim, identificamos as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar nos municípios da região de abrangência do campus do IFPA-Parauapebas (tabela 01).

Tabela 01: Taxa de rendimento escolar-2019

Município	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de abandono	
	Ensino Fundamental – 2º Ciclo	Ensino Médio	Ensino Fundamental – 2º Ciclo	Ensino Médio	Ensino Fundamental – 2º Ciclo	Ensino Médio
Água Azul do Norte	82,15	76,2	15,2	7,4	2,65	16,4
Canaã de Carajás	87,97	75,8	10,97	11,9	4,2	12,3
Curionópolis	89,9	69,1	8,5	9,8	1,6	21,1
Eldorado dos Carajás	82,5	77,8	10,9	6,8	6,6	15,4
Parauapebas	92,7	74,9	4,8	15,3	2,5	9,8

Fonte: INEP (2019).

Analisando a tabela acima identificamos que as taxas de aprovação no ensino médio são menores que a do ensino fundamental do segundo ciclo nos municípios de abrangência do IFPA-Parauapebas. Nesse sentido, as escolas gerenciadas pelo município possuem maior êxito nesse quesito do que as escolas da esfera estadual. Em relação a taxa de reprovação, ela é maior no ensino fundamental do segundo ciclo apenas nos municípios de Água Azul do Norte e Eldorado dos Carajás. A taxa de

abandono, importante indicador a ser analisado, é maior no ensino médio. Demonstra-se que a evasão escolar nessa modalidade de ensino nos municípios de abrangência do IFPA-Parauapebas, com destaque para o município de Curionópolis com 21,1% de abandono. A necessidade de incremento e/ou geração de renda individual ou familiar, a falta de perspectiva de continuidade de estudo para além do ensino básico, a baixa diversidade de cursos de graduação em instituições públicas e de incentivo à permanência desses discentes na educação são fatores importantes que atingem diretamente a formação da juventude na região, principalmente a de classe econômica mais baixa.

Existe um polo de cursos de graduação no sudeste paraense localizado para além da região de abrangência do IFPA-Parauapebas, na cidade de Marabá, com grande destaque para a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Porém, boa parte da juventude da região de abrangência do campus do IFPA-Parauapebas não possui condições financeiras para ir estudar e morar em outra cidade.

Em relação aos docentes, um importante indicador é o de esforço. Tal indicador classifica o docente em níveis de 1 a 6 de acordo com o esforço empreendido no exercício da profissão. Níveis elevados indicam maior esforço. A partir dos dados disponíveis no Censo da Educação Básica, considerou-se que o esforço docente está relacionado às seguintes características da docência: número de escolas em atuação, número de turnos de trabalho, número de alunos atendidos e número de etapas nas quais leciona.

Destaca-se que o horário de início das turmas com mediação didático-pedagógica semipresencial ou a distância (EAD) não é coletado no Censo Escolar. Os docentes que atuam em uma ou mais turmas nessas mediações têm o número de turnos de trabalho (definido pelo horário de início das turmas) tratado como ausente. Os níveis do indicador são descritos de acordo com as características usuais dos docentes pertencentes a cada um deles, a saber:

- Nível 1 – Docente que, em geral, tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
- Nível 2 – Docente que, em geral, tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
- Nível 3 – Docente que, em geral, tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa.

- Nível 4 – Docente que, em geral, tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas.
- Nível 5 – Docente que, em geral, tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.
- Nível 6 – Docente que, em geral, tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

A tabela abaixo apresenta o percentual de docentes que lecionam na respectiva agregação em cada um dos níveis da escala do indicador nos municípios de abrangência do IFPA-Parauapebas.

Tabela 02: Percentual de docentes por níveis do indicador de esforço docente (IED)
- Municípios de abrangência do IFPA-Parauapebas – 2020

Município	Média Anos Finais Ensino Fundamental						Média Ensino Médio					
	Nível						Nível					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
Água Azul do Norte	8,0	19,0	22,2	33,3	14,3	3,2	0	0	31,2	50,0	18,8	0
Canaã de Carajás	0,9	9,4	24,3	44,6	9,4	11,4	0	3,2	14,7	48,4	15,8	17,9
Curionópolis	4,5	1,1	22,2	34,4	25,6	12,2	0	0	8,3	29,2	54,2	8,3
Eldorado dos Carajás	7,0	17,1	18,2	41,2	9,4	7,1	0	3,1	23,5	38,2	17,6	17,6
Parauapebas	2,1	3,6	33,0	37,4	12,6	11,3	1,8	4,2	12,1	44,2	20,0	17,7

Fonte: INEP (2020a)

Identifica-se que a maioria dos docentes no ensino fundamental, anos finais, e do ensino médio se encontram no nível 4 do indicador de esforço, ou seja, os profissionais de educação possuem, em geral, entre 50 e 400 alunos e atuam em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas. Em Curionópolis a situação é

ainda pior, pois 54,2% dos docentes do ensino médio se encontram no nível 5 do indicador de esforço, tendo mais de 300 alunos e atuando nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas. Identifica-se, assim, uma situação preocupante em relação ao trabalho docente na região, com uma sobrecarga de trabalho docente, estando a grande maioria dos professores muito mais próximos ao nível máximo de esforço. Demonstra-se, então, a possibilidade de mercado de trabalho e a necessidade de formação de profissionais licenciados para atuar na região.

Ademais, ao analisarmos o percentual de docentes no ensino fundamental final e no ensino médio, os quais o egresso do curso de licenciatura em Geografia pode atuar, por grupo de adequação da formação à disciplina que leciona identificamos problemas importantes (tabela 03). Esse indicador, contabiliza o docente em cada turma e disciplina que leciona, incluindo professores responsáveis pela regência de classe e os professores responsáveis pela regência de módulo ou disciplina de turma desenvolvida em curso de modalidade de educação a distância. O indicador classifica o docente em cinco grupos segundo a adequação da formação inicial a cada disciplina que leciona na educação básica, levando-se em conta as normatizações legais vigentes (nacionais):

- Grupo 1 – Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.
- Grupo 2 – Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.
- Grupo 3 – Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona.
- Grupo 4 – Docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores.
- Grupo 5 – Docentes sem formação superior.

A tabela abaixo apresenta o percentual de docentes na respectiva unidade da agregação classificadas em cada uma das categorias do indicador nos municípios de abrangência do IFPA-Parauapebas.

Tabela 03: Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação do docente – Municípios de abrangência do IFPA-Parauapebas– 2019

Município	Percentual de docentes no Ensino Fundamental Final e no Ensino Médio por grupo de adequação da formação à disciplina que leciona									
	Ensino Fundamental Final					Ensino Médio				
	Grupo					Grupo				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Água Azul do Norte	24,8	3,8	36,9	5,7	28,8	45,5	5,1	46,0	3,4	0
Canaã de Carajás	66,3	0,5	28,1	3,3	1,8	68,1	4,1	21,2	5,3	1,3
Curionópolis	68,6	0	30,8	0,6	0	83,3	0	11,8	4,9	0
Eldorado dos Carajás	47,8	2,9	47,4	1,1	0,8	54,5	0	36,9	8,6	0
Parauapebas	67,2	2,1	22,9	5,9	1,9	61,0	1,4	21,9	15,3	0,4

Fonte: INEP (2020b).

Identificamos que existe uma boa parte dos docentes que atuam sem formação adequada, com apenas o curso de bacharelado sem complementação pedagógica, com formação em área diferente daquela que leciona, com graduação não considerada nas categorias aqui analisadas ou sem formação superior. Normalmente, estes últimos se concentram nas instituições privadas de ensino, já que para adentrar nas instituições públicas, os profissionais devem obrigatoriamente possuírem graduação. Nesse sentido, ganha destaque o município de Água Azul do Norte, com 28,8% dos docentes que atuam no ensino fundamental final no grupo 5. Tem destaque também os docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona em todos os municípios da abrangência do IFPA-Parauapebas, demonstrando importantes problemas relacionados à prática docente e ao suprimento do mercado de trabalho na região.

Assim, há mercado de trabalho para profissionais licenciados na região de abrangência do IFPA-Parauapebas. Destaca-se que a oferta do curso de licenciatura em Geografia possibilita uma maior diversidade de cursos de graduação disponíveis na região, proporcionando também a continuidade dos estudos da juventude e da

classe trabalhadora que se identifica com o campo das humanidades, das ciências exatas e da terra e da geotecnologia, bem como o aumento da qualificação dos indivíduos na região. Além disso, identifica-se que há a necessidade de formação dos próprios docentes de acordo com sua área de atuação, de diminuição do nível de esforço desses profissionais e de formação de professores e professoras preparados(as) para atuar no mercado de trabalho da região e com o conhecimento sobre ela, já que a região pouco forma licenciados, tanto na docência quanto na consultoria pedagógica; necessidades essas que estão atreladas ao perfil do licenciado em Geografia. Esses são elementos que apontam para a necessidade de criação do curso de licenciatura em Geografia no IFPA-Parauapebas.

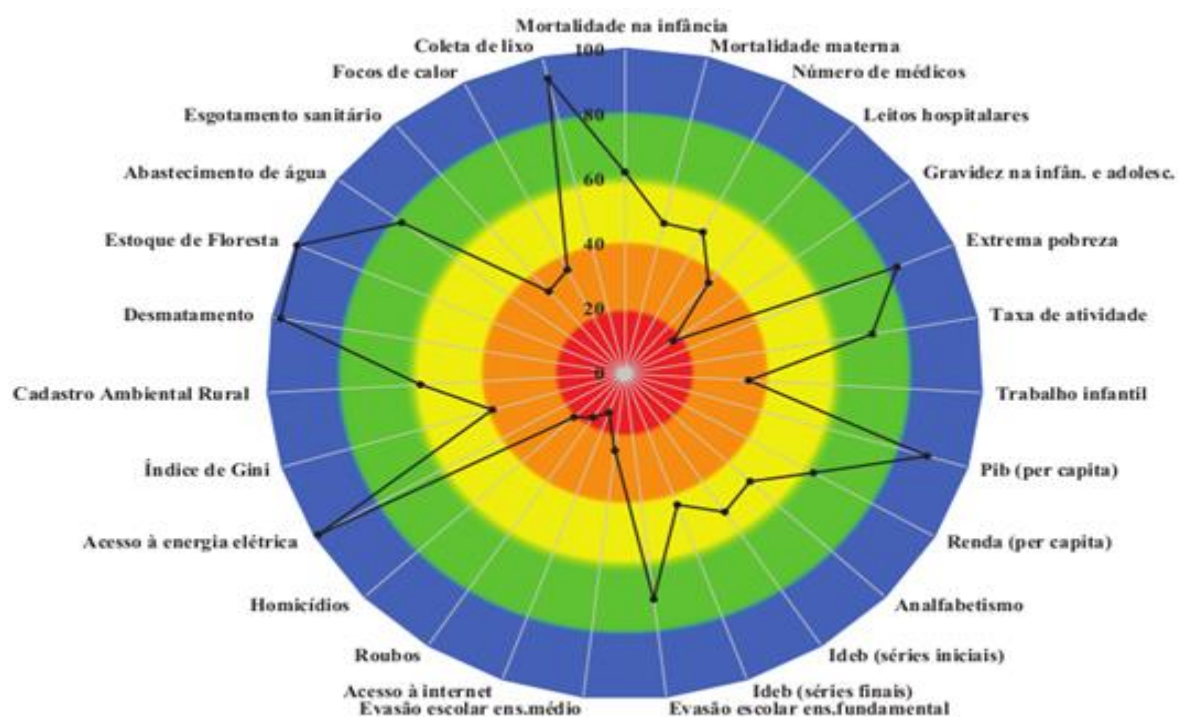
1.3 Necessidade de Implantação do Curso de Licenciatura em Geografia e responsabilidade social do IFPA-Parauapebas

Destaca-se que, em 31 anos, Parauapebas mais que quadruplicou o seu território ocupado. Tal processo tem uma participação direta da mineração e das políticas públicas. A cada novo ciclo mineral, a cidade incha e os postos de emprego são bastante disputados. A população ocupa, então, áreas de risco como as encostas de serras e áreas alagadas. Segundo dados do IBGE (2020), em 2018, o salário médio mensal em Parauapebas era de 3,1 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ele ocupava as posições 4º de 144º municípios paraense e de 4º de 144º municípios paraense, respectivamente. Porém, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, o indicador era de 38,5% da população nessas condições, o que o colocava Parauapebas na posição 141º de 144º municípios paraenses. Esses dados apontam, então, para uma concentração de renda importante no município e dificuldade de acesso à educação privada por uma grande parte dos seus cidadãos.

A dinâmica econômica da cidade, guiada pela mineração, vem produzindo um espaço urbano notadamente segregado e desigual, com forte concentração de renda, problemas de emprego e renda, rápida ocupação urbana e extensas áreas marginalizadas, ou seja, que estão à margem das políticas públicas e dos benefícios do avanço do capital nacional e internacional na região.

Destacamos que a importância econômica de Parauapebas não se reflete automaticamente em boas condições de vida e em emprego e renda na cidade. Além da explícita segregação socioespacial na cidade, que vem desde a sua gênese, alguns indicadores municipais também apontam problemas sérios no que tange às condições de vida da população (gráfico 02). Para analisar o nível de sustentabilidade dos indicadores municipais de Parauapebas no gráfico abaixo é necessário saber que quanto mais a margem os indicadores estão melhores os níveis de sustentabilidade e quanto mais ao centro mais críticos eles são.

Gráfico 02: Nível de sustentabilidade dos indicadores municipais de Parauapebas em forma de radar – 2015



Fonte: FAPESPA (2015)

Constantemente figurando entre os 5 maiores P.I.B's do Estado do Pará, Parauapebas, como identificado no gráfico 01, apresenta bons indicadores no que se refere: a) ao bom acesso à energia elétrica; b) ao bom abastecimento de água, apesar desse serviço, na prática, em diversos bairros não ser regular e a falta d'água por horas ou dias é constante; c) ao bom serviço de coleta do lixo, apesar da cidade ainda não contar com a aterro sanitário como prevê a Lei 12.305/2010, que instituiu a Política

Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (BRASIL, 2010); d) ao baixo índice de extrema pobreza no município; e) ao bom P.I.B per capita, que só demonstra também a grande concentração de renda (IBGE, 2020); f) ao baixo desmatamento e ao bom estoque de floresta - é importante frisar que Parauapebas possui diversas unidades de conservação ambiental, que ocupam a maior parte do seu território, como a Floresta Nacional dos Carajás, onde a Vale tem atuação direta, e a Terra Indígena Xikrin do Rio Cateté.

Em relação aos dados relacionados à segurança, saúde, educação, saneamento básico, desigualdade social (índice gini) e queimadas (focos de calor), os indicadores são intermediários ou críticos, indicando a precarização e/ou deficiência desses serviços públicos no município. Nesse sentido, é crítico os índices de roubo e homicídio, acesso a internet e gravidez na infância. Problemáticos também são os índices de evasão escolar no ensino médio, trabalho infantil, leitos de hospitais, esgotamento sanitário, focos de calos e índice gini.

A carência de instituições formadoras e da oferta de cursos de licenciatura no interior do estado parece contribuir ainda mais para o panorama atual. Diante de tais dados, a intensificação de processos que envolvam a formação de professores atuantes na educação se faz de grande precisão para o desenvolvimento educacional, sustentável, crítico, cidadão e ético dessas regiões.

O campo de conhecimentos abarcado pela Geografia, sem dúvida, é um dos que têm apresentado maior crescimento nas últimas décadas. O projeto do curso, permitindo a flexibilidade curricular, atende de forma efetiva à diversificação e interdisciplinaridade de áreas das Ciências Geográficas, formando profissionais capacitados para atender à multiplicidade do mundo do trabalho.

Além disso, destaca-se que a partir da lei de criação dos Institutos Federais, nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu artigo 8, fica garantido que a instituição deverá garantir o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender os cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional (BRASIL, 2008). Salientamos que até o presente momento o campus do IFPA não dispõe de nenhum curso de licenciatura. Porém, desde sua inauguração foi aberto duas turmas, uma em 2017 (Parauapebas) e outra em 2019 (Canaã dos Carajás), de pós-graduação em Docência

para Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em nível de especialização. Há, então, a necessidade de abertura do curso de licenciatura em Geografia tanto por conta do mercado de trabalho quanto pela obrigatoriedade legal relacionado a responsabilidade socioambiental, de formação de cidadãos críticos, éticos e ativos na sociedade, capazes de atuar no mercado de trabalho de forma humanística e de promoção do desenvolvimento regional e sustentável que o IFPA possui na região.

Por fim, frisa-se que o Curso de Licenciatura em Geografia do IFPA Campus de Parauapebas, será ofertado no município de Parauapebas, com uma turma no ano de 2022 como previsto no PDI (IFPA, 2019), sendo que para o pleno desenvolvimento do curso, serão construídas estratégias a fim de estabelecer parcerias com o Estado e os municípios envolvidos.

2. REGIME LETIVO

O curso será ministrado de forma presencial, com períodos letivos semestrais e em sistema regular, devendo ser oferecido conforme calendário a ser definido pelo IFPA. A primeira turma deve começar no primeiro semestre de 2022, com 40 vagas a serem ofertadas, como aponta o PDI 2019-2023 do IFPA (IFPA, 2019) em período matutino. Destaca-se que há infraestrutura de sala de aula e de acesso as locações do campus para atender essa demanda. Turmas a partir desta poderão ser ofertadas em turnos alternados compreendendo os turnos matutino, vespertino e noturno, conforme as condições de infraestrutura física e carga horária docente. Caso uma nova turma seja aberta, haverá a oferta de 40 vagas por turma/ano. O curso terá carga horária total de 3.440 horas relógio.

O curso será presencial, com atividades durante os dias úteis da semana e, eventualmente, aulas aos sábados. Atividades de campo podem também incluir os domingos. O discente deverá integralizar o curso em, no mínimo, 8 semestres e, no máximo, 12 semestres.

O período letivo será definido em calendário acadêmico do campus, devidamente aprovado no Conselho Superior (CONSUP) do IFPA, e poderá se estender durante todo o ano, respeitando-se os recessos de natal, ano novo e feriados religiosos de acordo com a legislação vigente. Além destes, o calendário também definirá o período de férias, momento em que poderão ser ofertadas disciplinas em

Períodos Letivos Especiais (PLEs) a depender da demanda do curso e seguindo as normas instituídas pela Instrução Normativa 001/2018 – PROEN, principalmente no que se refere às situações nas quais o PLE pode ser ofertado.

3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O público-alvo do curso é composto pela parcela da sociedade que concluiu o Ensino Médio, oriunda de escolas públicas e particulares reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). A forma de acesso ao Curso Superior de Licenciatura em Geografia do IFPA-Parauapebas respeitará o disposto no Regulamento Didático Pedagógico do Ensino no IFPA (IFPA, 2019), na Lei n.º 12.711/2012, que estabelece reservas de vagas a estudantes de escola pública, e demais legislações pertinentes e suas atualizações e na Resolução IFPA/CONSUP - nº 224/2021, de 23 de fevereiro de 2021, que aprova o regulamento do processo de aferição de veracidade de autodeclaração racial por meio de ações de heteroidentificação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, dentre outras políticas de ações afirmativas.

O ingresso de discentes no curso se realizará a partir de uma dessas três formas:

- a) Através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) com aproveitamento de notas do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), por meio de Edital de Seleção.
- b) Através de processo seletivo especial de vagas, que abrange transferência Interna entre os Campi do IFPA, e/ou transferência externa entre instituições de nível superior, e/ou portadores de diploma. Este tipo de oferta será disponibilizado apenas após diagnose feita pela Coordenação do Curso para disponibilização das vagas ociosas;
- c) Transferência de outra instituição (*ex-officio*) ou em decorrência de Convênio, Intercâmbio ou Acordo Cultural.

Eventualmente, caso decidido em colegiado de curso e aprovado pela Direção de Ensino, poderão existir processos seletivos especiais ou adesão ao Processo Seletivo Unificado do IFPA.

4. OBJETIVOS

a) Geral

Pretende-se ter como meta deste curso formar professores de Geografia que atendam ao Parecer CNE/CES nº 492/2001, que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, **Geografia**, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Assim, temos como objetivo geral formar profissionais aptos a desenvolver competências que o levem ao pleno desenvolvimento da docência, do ensino-aprendizagem, da pesquisa, da extensão e da inovação na ciência geográfica.

b) Específicos

Dessa maneira, é importante:

1. Dominar as principais correntes teórico-metodológicas, os conteúdos e categorias do conhecimento geográfico a serem socializados, seus significados em diferentes contextos e de sua ação interdisciplinar;
2. Dominar o conhecimento pedagógico, a partir das novas linguagens e utilização de tecnologias como ferramenta do processo de ensino-aprendizagem na sociedade contemporânea;
3. Capacitar os discentes em relação ao desenvolvimento profissional no espaço escolar, a partir do ensino e da própria gestão escolar de forma a promover a aprendizagem dos alunos;
4. Basear-se no comprometimento da docência com os valores críticos, humanísticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática, com ênfase nas questões da inclusão e convivência com a diferença no espaço escolar;
5. Compreender o papel social da escola;
6. Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;
7. Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço;
8. Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação

geográfica, considerando suas características, o problema proposto e o público-alvo;

9. Interpretar e avaliar as representações ou tratamentos gráficos e matemático-estatísticos sobre fenômenos geográficos;
10. Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas;
11. Dominar os conteúdos básicos que são objeto de aprendizagem nos níveis fundamental e médio;
12. Organizar o conhecimento espacial adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em Geografia nos diferentes níveis de ensino;
13. Favorecer a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação pedagógica desde o início do curso, por meio da investigação e análise crítica do contexto educacional, propondo soluções progressistas para os problemas verificados na prática educativa;
14. Atuar de forma crítica e humanística, utilizando os conhecimentos nas diversas situações e na produção de novos conhecimentos;
15. Ampliar o universo cultural do discente e estimulá-lo a buscar a atualização pedagógica constante, face às novas exigências sociais;
16. Utilizar formas de avaliação pautadas por indicadores e critérios explícitos e compartilhados;
17. Acompanhar a evolução do pensamento científico em Geografia e em outros possíveis campos de atuação;
18. Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
19. Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;
20. Dominar técnicas laboratoriais concernentes à produção e aplicação do conhecimento geográfico;
21. Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares;

5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Inspirado no parecer CNE/CES nº 492/2001 do MEC, o curso de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará pretende formar profissionais capazes de compreender os elementos e os processos de produção e

reprodução do espaço geográfico em sua complexidade e multidimensionalidade, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da ciência geográfica, bem como dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico.

Além disso, é essencial que o discente desenvolva atividades educacionais a partir do domínio de teorias, métodos e conteúdos da Geografia e das metodologias e didáticas de ensino-aprendizagem, levando em consideração as múltiplas escalas de análises geográficas, do global ao local. Ao se formar, o profissional deve ser capaz de atuar em ambientes presenciais e não-presenciais. Ademais, pretende-se que este profissional tenha espírito crítico, humanístico, ético e investigativo, podendo atuar, além da docência, em pesquisa nas diversas áreas da Geografia e na assessoria pedagógica na área de Geografia.

6. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Geografia está fundamentada no Parecer CNE/CES nº 492/2001, no Parecer CNE/CP nº 2/2015, Resolução CNE nº 2/2015 e na Resolução CNE/CES nº 14/2002 que, no conjunto, estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos superiores em licenciatura e, especificamente, em licenciaturas de Geografia.

A Resolução CNE/CP nº 2, de 1º julho de 2015, estabelece que os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

- I. 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II. 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- III. pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;
- IV. 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo

12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição (BRASIL, 2015).

No artigo 12 deste regulamento fica estabelecido que os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, são constituídos pelos seguintes núcleos: Núcleo de Estudos de Formação Geral, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional e Núcleos de Estudos Integradores.

Observando a legislação acima mencionada, as DCNs da Geografia, as particularidades da instituição e a interseção do curso no contexto local e regional, a matriz curricular do Curso de Licenciatura em Geografia do IFPA, *campus* Parauapebas, instituída através deste PPC, tem o intuito de promover o fortalecimento da formação de professores por meio da integração de conhecimentos científicos e culturais, dos valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, assim como a promoção da socialização, da construção coletiva do conhecimento, da prática da interdisciplinaridade e da contextualização, do diálogo entre diferentes visões de mundo e, principalmente, da valorização da Educação.

Neste sentido, a presente matriz curricular busca integrar a formação específica do curso, aos conteúdos didático-pedagógicos e aos saberes e práticas interdisciplinares, bem como as discussões e realidades do cotidiano da sociedade contemporânea, especialmente no ambiente escolar. Os conteúdos curriculares têm como propósito orientar o perfil profissional do egresso. Para além da formação acadêmica, as reflexões e práticas propostas neste PPC contemplam temáticas de expressiva importância no processo de formação do indivíduo, notadamente através de temas como ética profissional, responsabilidade socioambiental, senso crítico, respeito a diversidade, autonomia e criatividade. É esperado neste ambiente formativo a ampliação dos processos de comunicação, de análise, de contextualização, de diagnóstico e percepção da aprendizagem, entendendo-os como processos integrados de compreensão do espaço geográfico em suas múltiplas e complexas relações.

No que tange aos conteúdos curriculares, eles são constituídos por

disciplinas com dimensões do conhecimento voltadas para uma atuação crítica e reflexiva, com carga horária dimensionada adequadamente e distribuída integralmente por todas as disciplinas. Cada semestre obedece a uma escala progressiva de conhecimentos.

Nesta lógica, o curso de Geografia do IFPA, campus Parauapebas, busca uma formação abrangente e independente dos estudantes de Geografia por meio da formação profissionais aptos a desenvolver competências que o levem ao pleno desenvolvimento da docência, do ensino-aprendizagem, da pesquisa, da extensão e da inovação na ciência geográfica. Nesse sentido, o curso apresenta componentes curriculares conectados às necessidades atuais da prática docente (como também dos seus desafios), a partir desse entendimento a construção do presente currículo foi baseado nos seguintes princípios pedagógicos norteadores:

- a) O trabalho pedagógico como eixo da formação;
- b) Sólida formação teórica;
- c) A pesquisa como forma de conhecimento e intervenção na realidade escolar;
- d) Trabalho partilhado/coletivo;
- e) Trabalho interdisciplinar e multidisciplinar;
- f) Articulação teoria e prática;

Em observância da Resolução n. 397/2017 – CONSUP/IFPA, e ainda do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024, a matriz curricular cumpre a destinação de 10% da sua carga horária para a Curricularização das atividades de Extensão o que pode ser verificado nas tabelas (item 6.1). A extensão no curso de Geografia do IFPA, *Campus* Parauapebas, será ofertada ao longo de todo o percurso formativo dos discentes como parte integrante dos componentes curriculares não específicos de extensão como também na disciplina específica denominada Práticas Curriculares em Sociedade que contabiliza um total de 80 horas.

A articulação teoria e prática ocorrerá ao longo de todo o processo formativo por meio dos componentes da disciplina Estudo do Meio I, II e III, das atividades de extensão, do Estágio Docente, das atividades realizadas em laboratórios e da participação dos alunos em projetos institucionais ligados a pesquisa, ensino e extensão.

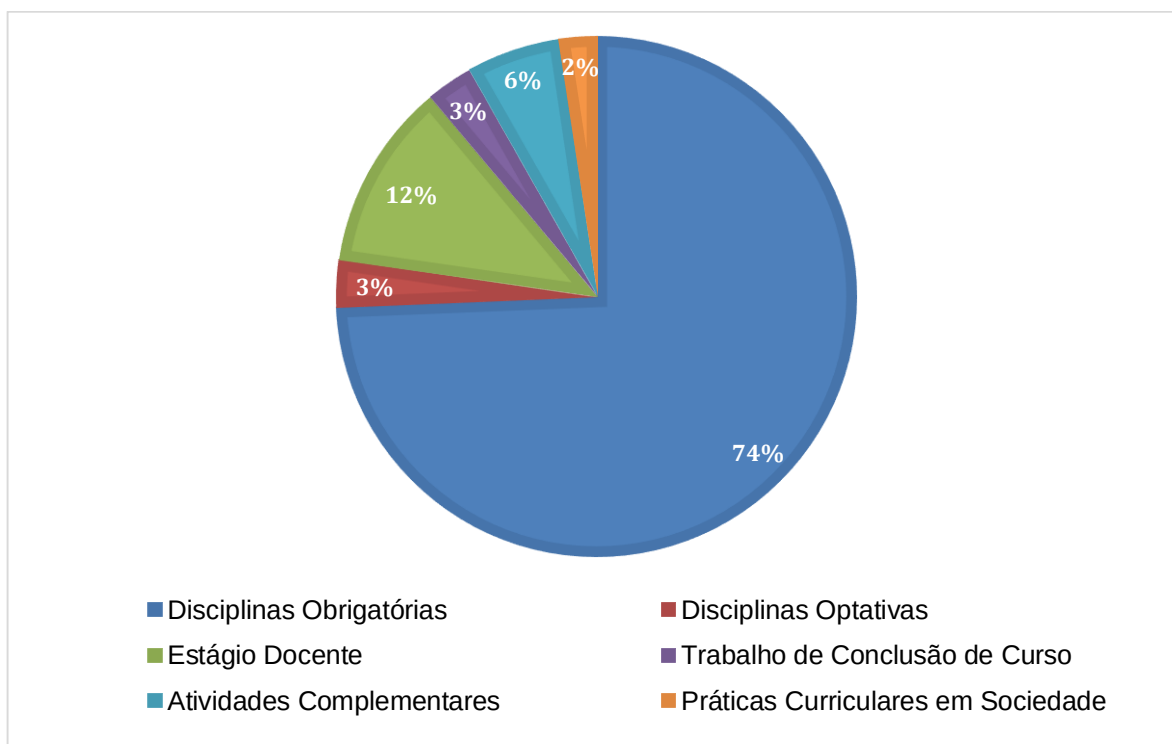
A obrigatoriedade de conteúdos de Educação Ambiental, em observância da Lei 9.795/99 e do Decreto 4.281/2002, estão presentes de maneira transversal em

toda matriz curricular como também do componente curricular denominado Docência em Educação Ambiental. Os conteúdos relativos a Educação em Direitos Humanos e Educação para Relações Étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena ocorrerão de forma transversal em diversos componentes curriculares que estão disposto no *item* 6.1 desse PPC, bem como constituirão as disciplinas específicas de Educação em Direitos Humanos e Diversidades e Educação para as disciplinas específicas de Educação em Direitos Humanos e Diversidades e Educação para as Relações Étnico-raciais”. Por fim, Libras é ofertada como componente curricular obrigatório.

6.1 Representação Gráfica do Itinerário Formativo

O itinerário formativo do curso de Licenciatura em Geografia por semestre, contendo em percentual o total de carga horária de disciplinas e de atividades acadêmicas específicas do curso está exposto no Gráfico 03.

Gráfico 03: Representação gráfica do itinerário formativo do curso de Licenciatura em Geografia.



Fonte: própria

a) Organização Curricular

O Curso de Licenciatura em Geografia do IFPA *campus* Parauapebas, está organizado em oito semestres. No turno que será ofertado o curso, a duração de 1 aula é de 50 minutos. Desta forma, considera-se 1 hora/aula (h/a) equivale a 50 minutos. A matriz curricular possui uma carga horária total de 3.440 hora relógio (h/r), distribuídas entre 2.112 h/r de carga horária teórica, 767 h/r de carga horária prática e 361 h/r de carga horária de extensão. É importante ressaltar que a Resolução 194/2018-CONSUP define, no Artigo 28, que 01 (uma) hora relógio equivale 1,2 aula, considerando que cada aula possui 50 minutos. Dessa forma, para calcular o total em aulas de uma disciplina, basta multiplicar o número de horas da disciplina descrita no PPC por 1,2. Portanto, hora-aula e hora relógio não se confundem, estando resguardado o direito dos alunos ao total de horas aulas.

As **tabelas 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13** discrimina as cargas horárias entre os componentes curriculares. A seguir apresentaremos a estrutura curricular do curso e evidenciaremos cada um dos eixos temáticos que compõem o mesmo, conforme demonstram as tabelas abaixo:

Tabela 04: Descrição do primeiro semestre

1º SEMESTRE	Eixo Temático	Componentes Curriculares	CH/R* TEOR	CH/R* PRAT	CH/R* EXT	CH/R* Total	N/C
	Conhecimentos Gerais e Introdutórios da Educação e da Ciência Geográfica I	Fundamentos Filosóficos	33	-	-	33	N
		Português Instrumental	50	-	-	50	N
		Metodologia da Pesquisa Científica	33	-	-	33	N
		Psicologia da Educação	40	-	10	50	N
		Avaliação Educacional	30	10	10	50	N
		Sociologia da Educação	50	-	-	50	N
		Política e Legislação Educacional	50	-	-	50	N
		Educação em Direitos Humanos e Diversidades	25	-	8	33	N
		CH DO PERÍODO LETIVO	311	10	28	349	

Tabela 05: Descrição do segundo semestre

2º SEMESTRE	Eixo Temático	Componentes Curriculares	CH/R* TEOR	CH/R* PRAT	CH/R* EXT	CH/R* Total	N/C
	Conhecimentos Gerais e Introdutórios da Educação e da Ciência Geográfica II	Educação Especial	28	5	-	33	N
		Libras	25	20	5	50	N
		Educação para as Relações Étnico-raciais	30	10	10	50	N
		Concepções do Ensino na Educação do Campo	30	10	10	50	N
		Metodologia e Didática no Processo de Ensino/Aprendizagem	21	6	6	33	N
		Antropologia Cultural	33	-	-	33	N
		Organização do Trabalho Pedagógico na Escola	25	-	8	33	N
		Fundamentos da Ecologia	40	10	-	50	N
		CH DO PERÍODO LETIVO	232	61	39	332	

Tabela 06: Descrição do terceiro semestre

3º SEMESTRE	Eixo Temático	Componentes Curriculares	CH/R* TEOR	CH/R* PRAT	CH/R* EXT	CH/R* Total	N/C
	Bases Conceituais da Ciência Geográfica no Mundo e no Brasil	Formação Histórica e Econômica do Brasil	33	-	-	33	N
		Método de Pesquisa em Geografia	40	10	-	50	N
		História do Pensamento Geográfico	50	-	-	50	N
		Teoria e Método em Geografia	50	-	-	50	N
		Teoria Regional e Regionalização do Espaço mundial	50	-	-	50	N
		Geografia da População	25	-	8	33	N
		Geografia Política	40	10	-	50	N
		Geopolítica	42	8	-	50	N
		Informática Instrumental	8	25	-	33	N
	CH DO PERÍODO LETIVO		338	53	8	399	

Tabela 07: Descrição do quarto semestre

4º SEMESTRE	Eixo Temático	Componentes Curriculares	CH/R* TEOR	CH/R* PRAT	CH/R* EXT	CH/R* Total	N/C
	Geografia do Brasil e os Fundamentos das Geociências	Geografia Geral e Regional do Brasil	40	-	10	50	N
		Geografia da Amazônia	58	-	8	66	N
		Geografia Econômica e da Indústria	40	10	-	50	N
		Fundamentos da Geologia e Geomorfologia	56	5	5	66	N
		Decolonialidade e Formação Territorial da América Latina	50	-	-	50	N
		Estatística Aplicada à Geografia	23	10	-	33	N
		Informática Aplicada aos Estudos Geográficos	16	17	-	33	N
		Introdução ao Ensino de Geografia	40	10	-	50	N
CH DO PERÍODO LETIVO			323	52	23	398	

Tabela 08: Descrição do quinto semestre

5º SEMESTRE	Eixo Temático	Componentes Curriculares	CH/R* TEOR	CH/R* PRAT	CH/R* EXT	CH/R* Total	N/C
	A Ciência Geográfica e sua Práxis	Geografia Urbana	50	10	6	66	N
		Geografia Agrária	50	10	6	66	N
		Pedologia	40	5	5	50	N
		Hidrografia	40	5	5	50	N
		Cartografia Básica	30	10	10	50	N
		Geografia do Pará	33	-	-	33	N
		Estudo do Meio I	10	30	10	50	N
		Estágio Docente I	34	100	-	134	N
CH DO PERÍODO LETIVO			287	170	42	499	

Tabela 09: Descrição do sexto semestre

6º SEMESTRE	Eixo Temático	Componentes Curriculares	CH/R* TEOR	CH/R* PRAT	CH/R* EXT	CH/R* Total	N/C
	Geografia aplicada a	Climatologia	40	5	5	50	N
		Fotogrametria e Sensoriamento Remoto	20	25	5	50	N
		Recursos Hídricos e Sustentabilidade	33	-	-	33	N
		Geografia do Sul e Sudeste do Pará	25	8	-	33	N

		Epistemologia e Práticas em Estudos Amazônicos	30	10	10	50	N
		Biogeografia	40	5	5	50	N
		Estudo do Meio II	10	30	10	50	N
		Estágio Docente II	34	100	-	134	N
		Optativa I	40	-	10	50	N
CH DO PERÍODO LETIVO			272	183	45	500	

Tabela 10: Descrição do sétimo semestre

7º SEMESTRE	Eixo Temático	Componentes Curriculares	CH/R* TEOR	CH/R* PRAT	CH/R* EXT	CH/R* Total	N/C
	Geografia na era do antropoceno	Espaço e Território do Mundo Globalizado	13	10	10	33	N
		Ecologia, Paisagem e Uso da Terra	33	-	-	33	N
		Bioeconomia na Amazônia	25	-	8	33	N
		Geoprocessamento	20	20	10	50	N
		Práticas Curriculares em Sociedade	-	-	80	80	C
		Estudo do Meio III	10	30	10	50	N
		Estágio Docente III	34	100	-	134	N
		TCC I	20	30	-	50	N
		Optativa II	40	-	10	50	N
CH DO PERÍODO LETIVO			195	190	128	513	

Tabela 11: Descrição do oitavo semestre

8º SEMESTRE	Eixo Temático	Componentes Curriculares	CH/R* TEOR	CH/R* PRAT	CH/R* EXT	CH/R* Total	N/C
	Conclusão de Curso	Fisiologia da Paisagem	30	10	10	50	N
		Docência em Educação Ambiental	30	-	20	50	N
		TIC's no Ensino de Geografia	40	-	10	50	N
		Geografia, Gênero e Sexualidade	34	8	8	50	N
		Atividades Complementares*	-	-	-	200	C
		TCC II	20	30	-	50	N
	CH DO PERÍODO LETIVO		154	48	48	450	
CH TOTAL DO CURSO		2.112	767	361	3.440		

*As atividades complementares serão executadas ao longo dos semestres letivos.

Tabela 12: Descrição das disciplinas optativas

	Componentes Curriculares	CH/R* TEOR	CH/R* PRAT	CH/R* EXT	CH/R* Total	N/C
Rol de Disciplinas Optativas	Cartografia e Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Geografia	50	-	-	50	N
	Populações Tradicionais e Movimentos Sociais na Amazônia	50	-	-	50	N
	Mudanças Climáticas Globais e a Amazônia	50	-	-	50	N
	Geografia do Turismo	50	-	-	50	N
	Gestão de Unidades Especiais	50	-	-	50	N
	Princípios Físicos do Sensoriamento Remoto	50	-	-	50	N
	Formação de Professores: Tendências Investigativas Contemporâneas	50	-	-	50	N
	Amazônia, educação e interdisciplinariedade	50	-	-	50	N

Legenda das tabelas de 04 a 12:

CH/R* TEOR = Carga Horária Relógio Teórica

CH/R* PRAT = Carga Horária Relógio Prática (descontada a carga horária de extensão)

CH/R* EXT = Carga Horária Relógio de Extensão

CH/R* EAD = Carga Horária Relógio de Educação a distância

CH/R* Total = Carga Horária Relógio Total (hora relógio)

N/C = Nota/Conceito (definição do tipo de avaliação em cada disciplina, se por nota ou conceito)

Tabela 13: Classificação dos componentes curriculares e suas horas totais

Classificação dos Componentes Curriculares	CH Total
Disciplinas Obrigatórias	2.558
Disciplinas Optativas	100
Estágio Docente	402
Trabalho de Conclusão de Curso	100
Atividades Complementares	200
Práticas Curriculares em Sociedade	80
CH TOTAL DO CURSO	3.440

Os ementários de todos os componentes curriculares apresentados nessa Estrutura Curricular estão anexados como apêndice neste PPC.

6.2 Núcleos Formativos por núcleos e Componentes Curriculares

A matriz curricular do curso de Licenciatura em Geografia segue as determinações legais vigentes. Ela está organizada por disciplinas, em regime seriado

semestral e distribuída em três GRUPOS de acordo com a Resolução nº 02/2015 CNE/CP: **Núcleo de Estudos de Formação Geral; Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação e Núcleos de Estudos Integradores.**

Núcleo de Formação Geral: Integram este núcleo, as disciplinas do eixo básico, as quais tratam de aspectos de grande interesse para explicação dos fenômenos e processos geográficos, assim como dos conteúdos interdisciplinares e de importância para a formação de docente, pois possibilitam instrumentalização para o uso das linguagens técnica e científica, além dos conhecimentos que contribuirão para o desenvolvimento de competências gerais para a atuação profissional, relativas a aspectos como diversidade étnico-racial, cultura brasileira, cidadania, direitos humanos, gênero e sustentabilidade. Deste modo, constituem-se em disciplinas teóricas e práticas estruturadas para garantir aos discentes uma profissionalização adequada aos diferentes contextos escolares brasileiros, em especial as realidades locais e regionais onde os futuros professores serão inseridos. As disciplinas de natureza didático-pedagógica também integram o Núcleo de Formação Geral e abrangem os fundamentos filosóficos, sociopolíticos, econômicos e psicológicos da Educação, a organização escolar, os processos cognitivos da aprendizagem, a avaliação e o desenvolvimento da aprendizagem e conhecimentos sobre a didática e a pesquisa educacional, necessários à formação do professor da Educação Básica, especificamente no campo de atuação de professores de Geografia. Para além dos aspectos teóricos e práticos da área da Educação, os componentes curriculares desse núcleo visam atrelar temas transversais que favoreçam a discussão de questões étnico-raciais, de diversidade cultural, meio ambiente e de diferenças que tornam o ambiente escolar plural. Os componentes curriculares que compõe esse Núcleo estão presentes na **Tabela 14.**

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de Atuação Profissional: Esse núcleo envolve os conteúdos específicos da produção do conhecimento científico na Geografia, assim abrange a teoria e a prática desta ciência, bem como o ensino de Geografia no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, conforme definido nos Parâmetros Nacionais Curriculares. No âmbito das disciplinas específicas da Geografia, as componentes curriculares podem ser agrupadas em quatro subáreas, são elas: Geografia física, Geografia humana,

Geografia instrumental e Geografia e Ensino. A seguir são elencadas as disciplinas obrigatórias do Curso, segundo a subárea da Geografia: **Geografia Física:** Fundamentos da Geologia e Geomorfologia; Pedologia; Hidrografia, Climatologia; Recursos Hídricos e Sustentabilidade; Biogeografia; Ecologia, Paisagem e Uso da Terra; Fisiologia da Paisagem; **Geografia Humana:** Método de Pesquisa em Geografia, História do Pensamento Geográfico, Teoria e Método em Geografia, Teoria Regional e Regionalização do Espaço mundial, Geografia da População, Geografia Política, Geopolítica, Geografia Geral e Regional do Brasil, Geografia da Amazônia, Geografia Econômica e da Indústria, Decolonialidade e Formação Territorial da América Latina, Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia do Pará, Espaço e Território do Mundo Globalizado, Geografia do Sul e Sudeste do Pará, Bioeconomia na Amazônia e Geografia, Gênero e Sexualidade. **Geografia Instrumental:** Cartografia Básica, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento, TIC'S no Ensino de Geografia. **Geografia e Ensino:** Introdução ao Ensino de Geografia, Epistemologia e Práticas em Estudos Amazônicos.

As disciplinas como Estudo do Meio I, II e III, Práticas Curriculares em Sociedade, TCC I e II compreende as práticas em pesquisa e extensão integrada das subáreas da Geografia de acordo com os componentes curriculares por semestre descrito nas tabelas de 08 a 11.

Núcleos de Estudos Integradores: Esse núcleo reúne os estudos integradores para enriquecimento curricular que tem por finalidade propiciar as diferentes vivências acadêmicas e a diversificação de estudos pedagógicos, práticos e complementares à Geografia. Compõem esse núcleo, os Estágios Docentes de Geografia e as Atividades Complementares, também denominadas de atividades complementares. Todos os componentes curriculares que compõe esse Núcleo estão presentes na **Tabela 14**.

Tabela 14: Tabela de distribuição de componentes curriculares por Núcleos

NÚCLEOS	COMPONENTES CURRICULARES
NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL	Fundamentos Filosóficos
	Português Instrumental
	Metodologia da Pesquisa Científica
	Psicologia da Educação
	Avaliação Educacional
	Sociologia da Educação
	Política e Legislação Educacional

	Educação em Direitos Humanos e Diversidades
	Educação Especial
	Libras
	Educação para as Relações Étnicorraciais
	Concepções do Ensino na Educação do Campo
	Metodologia e Didática no Processo de Ensino/Aprendizagem
	Antropologia Cultural
	Organização do Trabalho Pedagógico na Escola
	Fundamentos da Ecologia
	Formação Histórica e Econômica do Brasil
	Informática Instrumental
	Estatística Aplicada à Geografia
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	Método de Pesquisa em Geografia
	História do Pensamento Geográfico
	Teoria e Método em Geografia
	Teoria Regional e Regionalização do Espaço mundial
	Geografia da População
	Geografia Política
	Geopolítica
	Geografia Geral e Regional do Brasil
	Geografia da Amazônia
	Geografia Econômica e da Indústria
	Fundamentos da Geologia e Geomorfologia
	Decolonialidade e Formação Territorial da América Latina
	Introdução ao Ensino de Geografia
	Informática aplicada aos estudos geográficos
	Geografia Urbana
	Geografia Agrária
	Pedologia
	Hidrografia
	Cartografia Básica
	Geografia do Pará
	Estudo do Meio I
	Climatologia
	Fotogrametria e Sensoriamento Remoto
	Recursos Hídricos e Sustentabilidade
	Geografia do Sul e Sudeste do Pará
	Epistemologia e Práticas em Estudos Amazônicos
	Biogeografia
	Estudo do Meio II
	Optativa I
	Espaço e Território do Mundo Globalizado
	Ecologia, Paisagem e Uso da Terra

	Bioeconomia na Amazônia
	Geoprocessamento
	Práticas Curriculares em Sociedade
	Estudo do Meio III
	TCC I
	Optativa II
	Fisiologia da Paisagem
	Docência em Educação Ambiental
	TIC'S no Ensino de Geografia
	Geografia, Gênero e Sexualidade
	TCC II
NÚCLEOS DE ESTUDOS INTEGRADORES	Atividades Complementares
	Estágio Docente I
	Estágio Docente II
	Estágio Docente III

7. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Os docentes do curso de Licenciatura em Geografia do IFPA Campus Parauapebas, ao organizarem seus planos de ensino devem optar por percursos metodológicos que estejam de acordo com os princípios norteadores explicitados na Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professor da Educação Básica e outras propostas pedagógicas pertinentes ao curso.

A metodologia adotada no curso respeitará a autonomia docente, priorizando as atividades integradas entre as disciplinas ministradas no período letivo, combinando atividades em sala de aula (aulas expositivas; seminários; atividades individuais e coletivas), atividades práticas (em parceria com outros cursos e seus respectivos laboratórios) e trabalhos de campo. Para delinear as atividades de cada período, os docentes responsáveis pelas disciplinas do semestre se reunirão para planejar de forma coletiva as atividades curriculares do período letivo subsequente.

Quando houver, os trabalhos de campo deverão integrar, no mínimo, três disciplinas de cada período letivo, sendo obrigatória a solicitação de atividade avaliativa que seja contabilizada em cada uma das disciplinas.

A recuperação da aprendizagem ocorrerá como determina o regulamento didático pedagógico da instituição, sendo realizado em horário diverso da oferta do curso, utilizando os horários de atendimento ao discente previstos para cada um dos docentes. Além disso, os docentes poderão ter monitores das disciplinas, auxiliando

no êxito dos discentes no curso. Adicionalmente serão ofertadas esporadicamente: incentivo à participação de congressos ou similares que tratem da educação e/ou geografia; minicursos; palestras; projetos de iniciação à docência e residência pedagógica; estágio supervisionado e práticas pedagógicas; entre outros. Caberá aos docentes, devidamente registrado em seu plano de ensino, indicar quais das atividades comporão a carga horária. Em caso de dúvida, o colegiado deverá ser consultado.

8. PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática é um componente curricular obrigatório, com carga horária de 400h, devendo ser vivenciada ao longo de todo o curso (Resolução CNE/CP 02/2015), de forma articulada e integrada a todas as disciplinas constantes do currículo de habilitação das licenciaturas. A prática profissional também está presente entre os princípios relevantes da política de formação de professores para a Educação Básica, apontados pelo artigo 6º da supracitada resolução.

Neste sentido, visamos estabelecer parcerias com as instituições de ensino locais, preferencialmente as públicas, como as escolas estaduais de ensino médio: Euclides Figueiredo, Eduardo Angelim, Irmã Dulce, Marluce Massariol de Souza, Cecília Meireles, assim como com as escolas municipais de ensino fundamental: Novo Horizonte, Terezinha de Jesus, Eunice Moreira dos Santos, Faruk Salmen, Domingos Cardoso da Silva, Jean Piaget, Olga da Silva Souza, Carlos Drummond de Andrade, Chico Mendes, etc.

Além disso, o presente PPC destina 402 horas para a prática dos componentes curriculares referente à base comum e à aprendizagem dos conteúdos específicos da área de Geografia, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, cumprindo assim o que determina a Resolução CNE/CP 02/2015. A prática profissional está dividida nos componentes curriculares: Estágio docente I, Estágio docente II e Estágio docente III, Climatologia, Fotogrametria e sensoriamento remoto, Geografia do Sul e Sudeste do Pará, Epistemologias e práticas em estudos amazônicos, Biogeografia, Geografia urbana, Geografia agrária, Pedologia, Hidrografia, Cartografia básica, Geografia econômica e da indústria, Fundamentos da geologia e geomorfologia, Estatística aplicada a Geografia, Informática aplicada aos estudos geográficos, Introdução ao

ensino de Geografia, Informática instrumental, Método de pesquisa em Geografia, Geografia política, Geopolítica, Fundamentos da ecologia, Metodologia e didática no processo de ensino-aprendizagem, Concepções do ensino na educação do campo, Educação para as relações étnico-raciais, Libras, Educação especial, Avaliação educacional, Espaço e território do mundo globalizado, Geoprocessamento, Estudo do meio I, Estudo do meio II, Estudo do meio III, Geografia, Gênero e sexualidade, Fisiologia da paisagem, TCC I e TCC II .

Desta forma, a prática profissional estará presente ao longo de todo o percurso formativo do licenciado em Geografia, conduzindo “de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso” (MEC, 2020, p. 9). Contribuirá para esse processo, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica.

8.1 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica (RP)

Segundo a Portaria GAB nº 259, de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, o PIBID e RP “integram a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, visando intensificar a formação prática nos cursos de licenciatura e promover a integração entre a educação básica e a educação superior” (MEC, 2019, p. 111).

Um dos objetivos do PIBID é “inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador” (MEC, 2019, p.111), que contribuam para a “superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem” (MEC, 2019, p.111). Essa inserção proporciona que os professores dessas escolas atuem como coformadores dos futuros docentes, incentivando as escolas públicas a se tornarem protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério.

O Programa de Residência Pedagógica, visa promover, dentre outras coisas, “a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura às

orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (MEC, 2019, p. 111).

Esses programas são desenvolvidos em regime de colaboração entre o Governo Federal e as Instituições de Ensino Superior (IES), por meio da CAPES, desde que as IES tenham “projeto institucional aprovado em edital de seleção dos programas” e firmarem “instrumento para a implementação das bolsas” de que trata a Portaria GAB nº 259, de 17 de dezembro de 2019 (MEC, 2019, p. 111).

Portanto, caso o IFPA aprove bolsas do Pibid e da Residência Pedagógica junto à Capes, com subprojeto contemplando a Licenciatura em Geografia do Campus Parauapebas, o discente desse curso selecionado para esses programas poderá aproveitar parte da carga horária como cumprimento da carga horária da prática profissional (Pibid) ou do estágio supervisionado (Residência Pedagógica), conforme aderência do subprojeto às ementas dos componentes de estágio supervisionado previstos neste PPC.

9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado de formação profissional compreenderá 402 (quatrocentas e duas) horas e será desenvolvido a partir do 5º semestre, como componente curricular, de acordo com as ementas e a legislação em vigor. O objetivo geral do estágio supervisionado é garantir a aprendizagem significativa dos conteúdos da formação educativa (docente e profissionais da educação), vinculada à prática pedagógica problematizada, teorizada e transformada a partir das intervenções do estagiário. Os objetivos específicos são:

- promover situações de observação ao licenciado e reflexão sobre a prática pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas.
- criar situações de aprendizagem para a construção de competências nas relações humanas e ensino (saber fazer) a partir do envolvimento direto com a prática e do estudo paralelo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática educativa.
- possibilitar aos licenciados e licenciadas sua intervenção na prática, reorganizando as atividades pedagógicas, a partir da problematização, tematização e reelaboração de seus conhecimentos.
- habilitar os discentes a relacionar teoria e prática, problematizando, analisando e

teorizando-a para desenvolver o campo teórico-investigativo da educação.

Conforme estabelece Resolução CNE/CP 2 de 2015, o estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

9.1 Integração com as Redes Públicas de Ensino

O IFPA nos proporciona uma oportunidade única que é a presença de discentes do ensino médio cursando a forma de oferta integrada: o ensino médio e o ensino técnico. Esta peculiaridade faz com que as atividades obrigatórias para as licenciaturas sejam oportunizadas dentro da própria instituição. Não obstante, as parcerias institucionais são imprescindíveis, pois o acesso aos diferentes ambientes de ensino presentes na região é de alto valor para a experiência extraclasse dos discentes das licenciaturas. As cooperações interinstitucionais fazem parte da própria identidade institucional e, portanto, têm alto valor agregado e importância na gestão do instituto. A portaria Nº 0305/2018/GAB de 27 de fevereiro de 2018 versa sobre as diferentes categorias de acordos interinstitucionais e por assim ser, criam os critérios para escolha e celebração das cooperações, além do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o IFPA e a Secretaria de Estado de Educação do Governo do Estado do Pará, em 2017, com vista a garantir a concessão de estágio aos licenciandos do IFPA.

Além das variadas modalidades de cooperação institucional, as formas de integração com as redes públicas podem ser realizadas por meio de atividades de extensão, estágio supervisionado, práticas pedagógicas, eventos etc. Com a integração, encaminharemos nossos discentes às práticas docentes em consonância com as demandas locais das instituições receptoras dos mesmos. O curso de Licenciatura em Geografia, destina-se a promover a interação dos discentes do referido curso com as escolas da rede municipal e estadual de educação.

Fundamenta-se na esfera pedagógica de uma formação de professores contextualizada com a realidade educacional local, bem como na ideia de que esses estudantes devem construir sua forma de ensinar, contemplar atividades de pesquisa e extensão de forma indissociável e vinculada ao ensino de graduação.

Em nível de pesquisa, destaca-se a análise crítica e humanística do ensino de Geografia no contexto escolar, na perspectiva de fomentar uma cultura de investigação no ensino de graduação, entendendo a pesquisa como um princípio educativo. Já em nível de extensão, são privilegiadas as atividades que envolvem, de forma mais ampla, a comunidade escolar das instituições parceiras, em contextos interculturais e extensivas à rede de educação básica no município. Ainda neste contexto, privilegia a realização de exposições itinerantes nas escolas municipais, na perspectiva de ampliar a base social do trabalho, divulgando a produção acumulada nas escolas participantes.

As propostas de integração com a rede pública de ensino visam a elaboração de atividades investigativas que contenham características do trabalho científico e que permitam ao discente refletir, discutir, explicar e relatar. São ações previstas para a execução das propostas:

a) o estudo e a discussão sobre o ensino de Geografia numa proposta sociointeracionista;

b) realização de seminários sobre metodologia do ensino de Geografia por pesquisadores da área de renome regional, nacional e internacional, bem como na temática de formação de professores;

c) visitas sistemáticas dos discentes às escolas para observação participante no contexto escolar e entorno: aprendizagens sobre o contexto local e levantamento socioeconômico-cultural, diagnóstico das escolas, aprendizagens sobre o projeto político-pedagógico e a gestão escolar, a origem e gestão das verbas e recursos, os níveis, turnos, salas especiais de ensino, a história da escola, as formas de organização do processo de ensino/aprendizagem, as teorias e práticas da escola etc.;

d) participação dos discentes nas salas de aula de Geografia no intuito de observar o movimento da sala, seus conflitos, contradições e possibilidades (o que se aprende, o que não se aprende, o que se ensina e como se ensina, a interação, os conflitos e contradições entre alunos e professores; análise crítica do ensino habitual, análise do livro didático e do currículo de Geografia);

e) preparação de propostas de intervenção, em sala de aula, por meio de atividades investigativas, as quais deverão ser elaboradas em grupos de discentes, por escola e por área, com acompanhamento docente;

10. TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Define-se como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nos termos do artigo 86 do atual Regulamento Didático do Ensino do IFPA, uma atividade acadêmica específica obrigatória nos cursos superiores de graduação ofertados nas modalidades de ensino presencial e a distância, e corresponde a uma produção acadêmica, orientada por um ou mais docentes, resultante do conhecimento adquirido e acumulado pelo estudante durante a realização do curso (IFPA, 2019).

O TCC tem o intuito de despertar a criatividade científica e o interesse pela pesquisa e pelo desenvolvimento científico e tecnológico, com base na articulação entre teoria e prática e na interdisciplinaridade, pautando-se pelo planejamento, pela ética, pela organização e pela redação do trabalho científico. Tal trabalho poderá ser desenvolvido em caráter de pesquisa de campo, experimental, laboratorial ou de revisão bibliográfica. O tema, dentro do campo específico curricular, será de escolha do discente. Nesse sentido, consideram-se como modalidade do TCC do curso superior em Licenciatura em Geografia:

- I. **Monografia:** gênero textual/discursivo da esfera acadêmica em conformidade com as o Manual de Normalização de Trabalhos de Conclusão de Curso do IFPA (Instrução Normativa 02/2015 – PROEN) e Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- II. **Artigo científico:** trabalho inédito de caráter científico na área de abrangência do Curso de Licenciatura de Geografia, em conformidade as normas estabelecidas no presente documento.

Em caso de escolha da modalidade artigo científico, serão consideradas revistas aptas à publicação para fins de conclusão do curso de Licenciatura de Geografia as revistas classificadas na área que o curso indicou sua atuação na submissão do PPC; e as que tiverem classificação mínima da CAPES em B2 comprovada. Esta classificação poderá ser consultada no endereço eletrônico: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>.

O desenvolvimento do TCC contemplará a seguinte estrutura:

- I. colegiado do curso;
- II. coordenação de curso;
- III. professor sistematizador;
- IV. orientador;
- V. banca examinadora;
- VI. acadêmico;

As regras acerca das modalidades, competências, formas de entrega, prazos, composição de banca, tempo de apresentação seguirão as normas do ao Regulamento Geral para Produção e Avaliação de TCC do IFPA. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC compreenderá uma carga horária de 100 (cem) horas, e será desenvolvida sob orientação de um professor credenciado pelo colegiado do curso de Licenciatura de Geografia do IFPA campus Parauapebas, com auxílio das disciplinas TCC I e TCC II.

11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Inspirados na resolução CNE/CP 02 de 2015 do MEC e no Regulamento Didático Pedagógico de ensino do IFPA, as atividades complementares acadêmicas, científicas e ou culturais do curso de licenciatura em Geografia devem contabilizar o total de 200 horas (duzentas horas) e são obrigatórias. Elas se constituem em ações que articulem saber acadêmico e experiência profissional prática, ampliando o conhecimento do discente de maneira autônoma, podendo ser realizadas nas modalidades presencial e/ou a distância.

Poderão ser consideradas como Atividade Complementares, mediante o artigo 91 do Regulamento Didático Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA, 2019, p.27), detalhado a seguir:

- I) Participação em Congressos, Seminários, conferências, jornadas, fóruns, palestras e similares;
- II) Participação em produções artísticas, apresentação oral de trabalhos, exposição de mostras e condução de cursos, minicursos, palestras e oficinas;
- III) Atividades assistenciais e comunitárias (voluntariado);
- IV) Publicação de artigo científico/acadêmico em periódicos especializados
- V) Autoria ou coautoria de capítulo de livro;
- VI) Resumo de trabalho em evento acadêmico e/ou científico;
- VII) Participação em cursos, minicursos, oficinas ou atividades culturais;
- VIII) Organização e participação em eventos acadêmicos e/ou científicos, tais como: semana cultural, ciclo de palestras, etc;
- IX) Membros de comissões avaliativas e propositivas no âmbito da educação

básica e/ou superior

X) Membro de fóruns ou conselhos municipais ou estaduais

XI) Exercício de cargos de representação estudantil

XII) Participação em projetos e programas de iniciação científica, iniciação científica e/ou à docência e projetos de extensão.

XIII) Atividade de Monitoria

XIV) Estágio extracurricular

Também se caracteriza como atividades complementares vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

Tais atividades, as quais deverão cumprir-se ao longo do percurso curricular e compreendem uma ampla gama de ações possíveis, as quais serão entregues para a coordenação de curso para validação e registro no sistema acadêmico. A consideração de tais atividades para fins de integralização curricular dependerá, necessariamente, da participação efetiva e ativa nas atividades eleitas e de suas respectivas comprovações, como descritas abaixo:

- a) A comprovação do cumprimento da carga horária das Atividades Complementares, quando previstas no PPC, deverá ser entregue pelo estudante à Coordenação de Curso para validação e registro no sistema de gerenciamento acadêmico.
- b) A comprovação do cumprimento da carga horária das Atividades Complementares poderá ser feita mediante apresentação de declaração, atestado, certificado e diploma.
- c) Somente serão convalidadas as horas das Atividades Complementares realizadas a partir da data de ingresso do estudante no curso.
- d) Caso as Atividades Complementares estejam previstas no PPC, o estudante que não cumprir a carga horária descrita não poderá outorgar grau e nem requerer o Diploma e Histórico Escolar de conclusão de curso.

12. APOIO AO DISCENTE

O Apoio ao Discente no Campus Parauapebas é realizado através do Setor de Assistência Estudantil que orienta as ações visando o êxito, o acesso, permanência e conclusão do curso, dos discentes, com vistas à inclusão social e prevenção da evasão escolar, considerando as diretrizes estabelecidas no Programa Nacional de Assistência e Estudantil-PNAES, através do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010,

na Resolução do CONSUP N° 07/2020, que regulamenta a Política de Assistência Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, e na Resolução do CONSUP N° 08/2020.

O Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante é composto de ações e benefícios – tais como: Auxílio Permanência I, Auxílio Permanência II, Auxílio Permanência III, Auxílio Pessoas com deficiência PCD, Auxílio Alternância, Auxílio Assistência Ensino, Auxílio Assistência Pesquisa, Auxílio Assistência Extensão, Auxílio apoio Pedagógico – participação em eventos técnico-científicos, esportivos e culturais e Auxílio Eventual. Para tanto, tornar-se-á público editais para que os que estejam na condição de vulnerabilidade social e econômica se inscrevam, comprovando suas necessidades através de documentos que serão descritos no referido edital e possam concorrer ao(s) benefício(s) dentro das limitações orçamentárias do Campus.

Assistência estudantil é exercida de forma articulada ao ensino, à pesquisa e à extensão, podendo contar com projetos extraclasses. No campus do IFPA-Parauapebas é comum projetos de pesquisa, ensino e extensão, como a semana da consciência negra, a semana da mulher, a semana do meio ambiente, os jogos interestaduais e a festa junina. Já houve dois projetos de cineclube no campus, bem como existem grupos de pesquisa, com destaque para os grupos: a) Diversidade Étnico-racial, Saberes Tradicionais e Educação na Amazônia; e b) Ciência e Meio Ambiente; que dialogam diretamente com vários conteúdos abordados na estrutura curricular deste PPC.

Ademais, são realizadas atividades de acolhimento aos novos discentes no campus, atividades referentes ao setembro amarelo, que é uma campanha realizada nacionalmente como forma de prevenção ao suicídio, iniciada desde 2014, incentivo a atividades de nivelamento, com a possibilidade do uso do horário obrigatório de atendimento ao discente e/ou marcação de aulas extras, por exemplo, e monitoria, respeitando a instrução normativa nº 04 de 2019 – PROEN que institui os procedimentos para elaboração, aprovação e acompanhamento de projetos de monitoria no âmbito do Programa Monitoria de Ensino do IFPA. O IFPA-Parauapebas também conta com o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), bem como com palestras, minicursos, oficinas em diversas áreas do conhecimento e

em temáticas interdisciplinares.

Assim, já existe uma política com vistas à formação integral, estimulando a criatividade, a reflexão crítica e a apreensão das dimensões cultural, esportiva, artística, política, científica e tecnológica da comunidade acadêmica.

13. ACESSIBILIDADE

A acessibilidade é um fator primordial em todos os setores da sociedade, e de acordo com o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, visa promover condições de utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Desta forma, a acessibilidade no curso de Licenciatura em Geografia tem como base as ações de valorização do direito de todos à educação. Nestas ações são previstas a adoção de políticas públicas capazes de atender às diversas necessidades educacionais, valorizando a singularidade como condição indispensável à construção da sociedade e nos remete a uma perspectiva de Educação que concebe a escola como um espaço de todos, na qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, independentemente das suas diferenças. Em escolas inclusivas, não se estabelecem padrões ou se identificam alunos apenas por suas características aparentes. Ao contrário, as práticas de inclusão escolar impõem uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua de seus grupos.

Na perspectiva de promover mudanças nas práticas acadêmicas de servidores, estudantes, familiares e demais segmentos da comunidade no tocante à inclusão, a materialização destes princípios inclusivos se manifesta na institucionalização de Núcleos de apoio às demandas inclusivas como é o caso do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e o Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEABI), com suas ações

estruturadas.

São realizadas ações, pelo NAPNE, que visam a capacitação do corpo docente e técnicos administrativos com o objetivo de trabalhar a inclusão social com base na acessibilidade educacional do campus, através de projetos, palestras e em especial, são realizados, atendimento e ações pedagógicas que visam o acesso e permanência no campus dos alunos que possuam algum tipo de necessidade específica. Além disso, toda estrutura física do campus foi construída obedecendo a legislação pertinente em relação a acessibilidade arquitetônica, a qual compõe-se de acesso para pessoas com necessidades físicas, como rampas, corrimão, portas com dimensões maiores, banheiros PNE feminino e masculino, rampas para os laboratórios.

Nesse sentido, ao longo dos anos, o IFPA Campus Parauapebas, vem construindo sua política educacional alicerçada nestes princípios, gerando possibilidades para inserir em suas práticas pedagógicas novas práticas de ensino, aptas a atender as especificidades dos alunos que constituem seu público-alvo e garantir o direito à educação para todos. Enquanto Instituição Educacional entende-se que o Campus se insere em uma política inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Entende-se também que, não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois elas dependem de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Entretanto, para que possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

Como já mencionado, o Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE atende e trabalha com os mais diferentes públicos e todas as atividades que são desenvolvidas estão pautadas na Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e também nos Princípios e Objetivos da Resolução nº 064/2018-CONSUP de 22 de março de 2018, que Propõe as diretrizes, princípios, composição e atribuições do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará — IFPA.

O NEABI também é outro núcleo importante no IFPA-Parauapebas no que se refere a inclusão e acessibilidade, principalmente atitudinal, constituído por comissão própria, para implementação da Lei nº 11.645/2008 que altera a lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena” nos cursos, na pesquisa e na extensão, e tem como planejamento o desenvolvimento de ações a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Desta forma, o Campus Parauapebas busca a oferta da educação profissional inclusiva e tem como compromisso o desafio de efetivar ações que atendam às necessidades reais de suas demandas educacionais, promovendo o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos, independente da sua necessidade educacional específica. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção de todas as formas de acessibilidade.

Outras formas de acessibilidade também são instituídas, como: a acessibilidade aos sistemas de comunicações e informação; a ampliação e o fortalecimento do uso de tecnologias assistivas. Assim como as ações que serão instituídas, como incentivo e apoio na realização de eventos pedagógico-científicos voltados para a educação inclusiva; a efetivação de parcerias com entidades e instituições públicas e privadas voltada a ações inclusivas; o desenvolvimento de política de formação continuada, nestas temáticas, aos docentes e toda a comunidade escolar; a efetivação da lei de cotas nos processos seletivos de ingresso nos cursos ofertados; o desenvolvimento de políticas afirmativas através da assistência ao educando e a inserção de atitudes inclusivas no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

As políticas públicas para a Educação Especial no Brasil também são levadas em consideração. Na tratativa sobre a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista traz a Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, bem como o Decreto Nº 8.368, de 2 de Dezembro de 2014, que regulamenta a mesma, no qual, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A legislação vigente aponta um norte para as políticas educacionais brasileiras, voltadas ao

atendimento dos que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA) com o objetivo de assegurar o direito à educação a todos de forma igualitária, ou seja, uma educação democrática.

De forma institucional, a coordenação e professores do curso vêm sendo estimulados a participar de capacitações pedagógicas e humanísticas relacionadas às políticas de inclusão da pessoa com deficiência na educação, atualmente, alguns docentes e técnicos possuem o curso de Especialização em Docência para o Ensino Tecnológico, onde cursaram uma disciplina de Educação Inclusiva que abordou temas relacionados à surdez, deficiência visual e locomotora. Em caso de comprovada necessidade de apoio às atividades de comunicação, locomoção, alimentação e cuidados pessoais a pessoa com transtorno do espectro autista ou outra deficiência será também disponibilizado pelo Campus apoio pedagógico, conforme disposto na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. A estrutura Curricular do PPC de licenciatura em Geografia também traz a disciplina de Educação Inclusiva e Libras, estas que são diretamente relacionadas à promoção e à produção de conhecimento sobre a acessibilidade no processo de ensino-aprendizagem.

14. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Para atender às necessidades teórico-metodológicas, a avaliação deve proporcionar aos discentes a reflexão dos conhecimentos transmitidos. É importante que os instrumentos avaliativos sejam diversificados e não se concentre apenas em uma única prova.

Segundo Libâneo (1994, p.195):

A avaliação é uma tarefa necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto dos professores e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias.

Os instrumentos e critérios de avaliação, devem ser previstos no Plano de Ensino do professor e devem ser apresentados aos estudantes no primeiro dia letivo de cada disciplina, para que estes possam gerir o seu próprio processo de aprendizagem. Sempre que observa necessidade de ajustes, visando a superação de

dificuldades observadas na turma, o professor tem autonomia para fazê-lo e deve informar aos estudantes. A sistemática de avaliação do ensino seguirá o que preconiza o Regulamento Didático do IFPA e a Resolução nº 473/2017-CONSUP de 16 de novembro de 2017 que trata da Média Final de Aprovação Discente e que prescreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB Nº 9.394/96.

Na avaliação, a preocupação não deve ser com o produto, mas com o processo de desenvolvimento de competências, com a compreensão, apropriação e construção do conhecimento. Também é importante que o processo de avaliação possibilite a retomada dos conteúdos de sala de aula; reelaborações de trabalhos individuais a partir das observações/avaliações efetivadas pelo professor; seminários científico-pedagógicos nos quais se avaliará a produção e a comunicação de textos sobre determinado tema ou resultados de pesquisa; experiências em sala de aula, sempre considerando a característica do curso e a experiência do discente.

Dessa forma, a avaliação de aprendizagem deve ser um processo amplo, sistemático, diagnóstico, contínuo, gradual, cumulativo, cooperativo envolvendo todos os aspectos qualitativos e quantitativos e diversificada, de acordo com a peculiaridade de cada componente curricular, conforme o Regulamento Didático Pedagógico do IFPA (IFPA, 2018).

Além disso, é importante resguardar ao discente que não obtiver rendimento satisfatório o direito à recuperação de notas, que pelo Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA deve ser contínua e paralela.

- **Normas e Critérios de Avaliação**

Os requisitos e critérios de avaliação abrangem as disciplinas ministradas e a prática educativa. A forma de avaliação é continuada e desenvolve-se por meio das seguintes atividades:

- a) Trabalhos em grupos, pesquisas bibliográficas e de campo, e discussões orientadas;
- b) Instrumentos escritos e de acompanhamento, e avaliação específica das aquisições de conhecimentos e competências (construção de: relatórios técnicos, fichamentos, resenhas, resumos, artigos científicos);

- c) Seminários científicos;
- d) Trabalhos ou provas individuais, escritas ou orais;
- e) Observações práticas (laboratórios, visitas técnicas e trabalhos de campo);
- f) Participação em fórum, chats e atividades postadas no ambiente virtual.

A avaliação da aprendizagem será apurada, no mínimo, em dois momentos, e em prova final, quando necessário. O docente responsável pelo componente curricular deverá divulgar aos estudantes o resultado da avaliação da aprendizagem antes de aplicar nova verificação. A cada verificação da aprendizagem será disponibilizado meios para a recuperação paralela, caso a nota bimestral seja inferior a 7,0. A recuperação paralela visa a recuperação não somente da nota, como também de conteúdo, que será realizada de modo contínuo e paralela ao longo do semestre.

A aprovação em cada componente curricular de curso será mensurada pela seguinte fórmula, de acordo com a Resolução nº041/2015-CONSUP:

$$MF = \frac{1^a \text{ BI} + 2^a \text{ BI}}{2} \geq 7,0$$

Legenda:

MF = Média Final

BI = Avaliação Bimestral

O estudante será aprovado no componente curricular se obtiver Média Final maior ou igual a 7,00 (sete).

O estudante que obtiver Média Final (MF) menor que 7,00 (sete) deverá realizar prova final, sendo aplicado a seguinte fórmula.

$$MF = \frac{MB + PF}{2} \geq 7,0$$

Legenda:

MF = Média Final

MB = Média Bimestral

PF = Prova Final

A avaliação do desempenho acadêmico deve tomar como referência os parâmetros orientadores de práticas avaliativas qualitativas, a saber:

- Domínio cognitivo – capacidade de relacionar o novo conhecimento com o conhecimento já adquirido;
- Cumprimento e qualidade das tarefas – execução de tarefas com requisitos previamente estabelecidos no prazo determinado com propriedade, empenho, iniciativa, disposição e interesse;
- Capacidade de produzir em equipe – aporte pessoal com disposição, organização, liderança, cooperação e interação na atividade grupal no desenvolvimento de habilidades, hábitos, conhecimentos e valores;
- Autonomia – capacidade de tomar decisões e propor alternativas para solução de problemas, iniciativa e compreensão do seu desenvolvimento.

Em cada instrumento de avaliação, os parâmetros orientadores de práticas avaliativas qualitativas deverão ser considerados em conjunto, quando aplicáveis, na composição da nota.

As faltas serão registradas na Folha de Frequência ou Diário de Classe pelo respectivo docente, no sistema de gestão acadêmica (SIGAA). De acordo com o Art. 348 “a frequência do estudante será aferida com base somente na participação em atividades presenciais planejadas para cada componente curricular, devendo o estudante cumprir obrigatoriamente 75% (setenta e cinco por cento) das atividades presenciais previstas para ser aprovado” (IFPA, 2019, p.103).

O processo de recuperação paralela se dará a partir do acompanhamento do aluno pelo docente. O aproveitamento progressivo do aluno ocorrerá de acordo com seu desempenho acadêmico. Cada professor terá autonomia em propor as formas e metodologias a serem aplicadas para avaliação do discente.

15. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), no curso de seu processo histórico de desenvolvimento, vêm alterando conjuntural e estruturalmente as formas como trabalhamos, nos comunicamos, aprendemos e nos relacionamos em sociedade. No contexto Educacional, especialmente, as TDICs figuram ferramentas fundamentais, incorporadas às práticas docentes, para a promoção de processos de ensino e aprendizagem mais significativos, implementação

de metodologias mais ativas e alinhadas às realidades dos estudantes hodiernos, nas mais variadas etapas de sua educação.

Nesse sentido, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao uso crítico e responsável das tecnologias digitais mostra-se para além do próprio uso, em si, destas tecnologias, recursos e linguagens digitais. Este uso, sim, deve “compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.” (BRASIL, 2019)

Incorporar, portanto, Tecnologias Digitais na Formação de Professores não se trata apenas, é bem de ver, de utilizar esses recursos como meio ou suporte para promover aprendizagens ou despertar o interesse dos alunos. Mais importante, portanto, é promover uma mediação com os futuros docentes para que eles compreendam e construam conhecimentos com e sobre o uso dessas TDICs, na promoção de uma educação mais inclusiva e significativa de seus estudantes.

Historicamente, em se tratando da área da educação, há uma modalidade específica – definida na LDB 9.394/96 – que se constituiu no e para o uso das TICS: a Educação à Distância (EaD). Entende-se por TDICS, neste escopo: ambientes virtuais de aprendizagem, chats, fóruns, comunidades e grupos on-line, uso de arquivos digitais, aplicativos, data show, telefonia, uso de redes sociais, plataformas de videoconferências, simuladores didáticos, dentre quaisquer outros softwares ou hardware de uso educacional.

É importante destacar, por outro lado, que no caso da Educação à Distância o processo de ensino aprendizagem se dá por meio das TICs, diferentemente da realidade dos cursos presenciais, cuja metodologia prima pela interação e integração dos sujeitos mediante relações presenciais. Neste contexto, as TICs funcionam como um complemento, ou seja, uma estratégia de aprendizagem, recurso e/ou ferramenta que colaborem para aprendizagem do aluno quando os objetivos da aula e os conteúdos ministrado assim o requererem. Esses instrumentos, pois, devem ser utilizadas com critério, planejamento, método e objetivos definidos, para que não sejam banalizados. As TICs, nesse sentido, estão para servir de apoio ao trabalho

docente e não para substituí-lo.

Para apoiar a construção de currículos escolares e de propostas pedagógicas que contemplem tal uso “ativo” das TDICs nas escolas, o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) elaborou e disponibilizou de forma aberta e gratuita um Currículo de Referência em Tecnologia e Computação (disponível em <https://curriculo.cieb.net.br/>). Este documento prevê eixos, conceitos e habilidades alinhadas à BNCC e voltadas exclusivamente para o desenvolvimento de competências de exploração e de uso das tecnologias nas escolas, além de propor uma reflexão sobre os usos das TDICs.

Os eixos propostos nesse currículo perpassam todas as etapas da educação básica, e são:

Cultura Digital: que se subdivide nos conceitos de letramento digital; cidadania digital; e tecnologia e sociedade.

Tecnologia Digital: que se subdivide nos conceitos de representação de dados; hardware e software; e comunicação e redes.

Pensamento Computacional: que se subdivide nos conceitos de abstração; algoritmo; decomposição; e reconhecimento de padrões.

Orienta-se, nesse ínterim, que os docentes deste Curso, ao construírem suas unidades didáticas, cada qual em suas esferas de especificidade e contexto disciplinar, sempre que possível, observem as instruções normativas pertinentes à utilização e contextualização das TDICs em suas propostas pedagógicas e processos avaliativos. Basear-se, pois, nesses eixos e habilidades de referência pode dar norte aos professores ao implementarem o uso de tecnologias não somente como meio para promoção de aprendizagem ou como forma de estímulo e engajamento dos estudantes, mas também como objeto de conhecimento em si, preparando os alunos para o uso das TDICs nas esferas pessoais e profissionais.

Outro aspecto de relevante destaque, considerado nas diretrizes da BNC – Formação (2015), mostra-se na observação e atenção às diferentes formas de “violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial” praticadas nas escolas e nos ambientes digitais. Cabe, pois, aos professores trabalharem também conceitos relacionados a segurança na rede, cyberbullying, checagem de fatos (com ênfase nas famosas fake News) e informações e o uso da tecnologia como ferramenta de construção e compartilhamento de conhecimentos. Nesse cenário, o

professor não precisa ser o detentor do conhecimento técnico sobre o uso das ferramentas disponíveis, mas sim o mediador que vai auxiliar os estudantes na reflexão sobre os melhores usos possíveis das TDICs. Este tipo de reflexão é de vital importância para o desenvolvimento de um pensamento crítico nos educandos acerca de um uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.

Em resumo, incorporar as TDICs nas práticas pedagógicas e no currículo como objeto de aprendizagem requer atenção especial e não pode mais ser um fator negligenciado na formação de professores. É preciso, por conseguinte, repensar o olhar de utilização das tecnologias e recursos digitais tanto como meio, ou seja, como apoio e suporte à implementação de metodologias ativas e à promoção de aprendizagens significativas, quanto como um fim, promovendo a democratização ao acesso e incluindo os estudantes e professores no mundo digital.

No concernente às ocupações mediadas por TDICs nessa Licenciatura em Geografia, destacamos que o atual Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), plataforma adotada pelo IFPA, permite ao docente propor tarefas na forma semipresencial e a distância, na forma de chats, desenvolvimento de atividades, leituras específicas de bibliografias previamente recomendadas, além do controle e monitoramento de matrícula, histórico, boletim, comprovante de vínculos aos discentes. Nesse contexto, o próprio Sistema acadêmico do curso ocupa um papel de auxiliar no processo de ensino Aprendizagem a partir das tecnologias de informações e comunicações.

16. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Nesse capítulo abordaremos a forma como a gestão e os processos de avaliação interna e externa do curso devem se organizar, com destaque para o Núcleo Docente Estruturante – NDE, Coordenação do Curso, Colegiado de Curso e Processos de Avaliação de Curso.

16.1 Núcleo Docente Estruturante do Curso– NDE

Levando em consideração a resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, da

Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e o Regulamento Didático-Pedagógico do IFPA, entende-se que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é obrigatório em todos os cursos do IFPA, constituindo-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Destaca-se que se deve assegurar estratégias de renovação parcial dos integrantes de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Dessa maneira, as atribuições do Núcleo Docente Estruturante, segundo o Regulamento Didático Pedagógico (IFPA, 2019, p. 18) são:

- I) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- III) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos no IFPA.

Para os cursos de graduação, o NDE é constituído por, no mínimo, 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso e por pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação stricto sensu, sendo que os seus membros podem estar em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral (IFPA, 2019);

O NDE deverá realizar estudos, levantamentos e/ou atualizações periódicas, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando a Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares para o curso de Geografia e as novas demandas do mundo do trabalho. Esse processo deve seguir a Instrução Normativa nº 01 de 2016-PROEN, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelo IFPA quanto ao ENADE.

16.2 Coordenação de Curso

A coordenação de curso tem como competência principal realizar a gestão do curso, em conformidade com o PPC. A gestão do curso utilizará a autoavaliação periódica interna e o resultado das avaliações externas como insumo para

aprimoramento contínuo do planejamento de curso. Deve-se também dar publicidade e compartilhar esses resultados junto a comunidade acadêmica; esta que é entendida como partícipe das deliberações sobre a produção e planejamento do curso (IFPA, 2016).

A atuação da coordenação deve ser baseada em um plano de ação documentado e compartilhado, em permanente diálogo com docentes e discentes do curso, bem como com a Diretoria de Ensino e equipe técnico-pedagógica do campus. A coordenação deverá dar publicidade de seus indicadores de desempenho e administrar a potencialidade do corpo docente atuante no curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. Por fim, destaca-se que o regime de trabalho do coordenador deve ser de tempo integral (IFPA, 2019).

16.3 Colegiado de Curso

Segundo o Regulamento Didático-Pedagógico do IFPA (IFPA, 2019) e a Resolução nº 05 de 2019 do CONSUP/IFPA, o Colegiado de Curso é um órgão consultivo e deliberativo que se destina à avaliação da eficiência educativa do processo pedagógico desenvolvido no âmbito do curso e as alterações propostas pelo NDE ao PPC. Ele deverá possuir representantes de todos os segmentos e reunir-se com periodicidade de, pelo menos, duas reuniões por período letivo. O colegiado deverá realizar avaliação periódica sobre o seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão acadêmica.

O Colegiado de cada curso superior de graduação será constituído, minimamente, pelo coordenador do curso, como presidente, todos os docentes da área específica que ministram aula no curso, pelo menos três docentes das áreas complementares, um representante da equipe técnico-pedagógica do campus e representantes do corpo estudantil, sendo um por cada turma ativa, em conformidade com a Resolução 211/2017-CONSUP, observando-se o seguinte:

- I) O Colegiado de Curso será presidido pelo Coordenador do Curso;
- II) O representante estudante será escolhido pelos estudantes regularmente matriculados no curso;
- III) A composição poderá ser alterada no caso dos componentes perderem a condição adquirida.
- IV) A participação nas reuniões do Colegiado do Curso é obrigatória, sob pena de destituição e substituição dos membros faltosos (IFPA, 2019, p. 107).

Segundo o artigo 369 do Regulamento Didático-Pedagógico do IFPA, compete ao Colegiado de Curso:

- I) Analisar a rede de objetivos educacionais do curso em função das atuais necessidades de formação profissional (demandas sociais);
- II) Avaliar o processo pedagógico do curso;
- III) Elaborar planos de trabalhos metodológicos e de superação necessários ao aperfeiçoamento do curso;
- IV) Sugerir aos departamentos acadêmicos atualização de laboratórios visando atender ao perfil profissional do curso conforme demanda;
- V) Emitir parecer nos processos de solicitação de estudantes relativos a trancamento de matrícula, mudança de turno, transferência interna e externa e reintegração ao curso;
- VI) Emitir parecer sobre a renovação da matrícula do estudante reprovado, por desempenho, por mais de uma vez consecutiva na mesma etapa do curso;
- VII) Emitir parecer quanto à etapa do curso nas quais os estudantes, oriundos de transferência ex-officio deverão se matricular, e quanto às adaptações de disciplinas ou competências a serem feitas;
- VIII) Emitir parecer quanto à adaptação de disciplinas ou competências a serem cursadas pelos estudantes em caso de transferência interna ou externa;
- IX) Emitir parecer nos processos de solicitação de estudantes referentes ao aproveitamento de estudos de disciplinas, competências ou etapas cursadas com aprovação;
- X) Informar ao estudante a data, local e o horário do processo avaliativo referido no inciso anterior;
- XI) Emitir parecer sobre o processo avaliativo referente ao aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores relacionados com a qualificação ou habilitação profissional atendendo o Parecer CNE/CEB nº 11/2012;
- XII) Analisar o requerimento e emitir parecer sobre o processo de exercício domiciliar;
- XIII) Emitir pronunciamento sempre que solicitado pela instituição (IFPA, 2019, p. 108-109).

Por fim, destaca-se que o Colegiado de Curso organiza espaços de discussão e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes através de levantamentos semestrais que permitem observar a produção dos professores e o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade.

16.4 Processos de Avaliação do Curso

A regulação, avaliação e supervisão têm como finalidade garantir a qualidade do ensino ofertado pela instituição visando a expansão da oferta educacional no IFPA. As ações de regulação, avaliação e supervisão dos cursos do IFPA serão de competência da Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Diretoria de Políticas de Ensino

e Educação do Campo e suas Coordenações Gerais, em articulação com os Núcleos Docentes Estruturantes e Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada Campus e os Colegiados de Cursos.

A avaliação institucional consiste numa sistemática que envolve a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Avaliação no âmbito do Curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). É importante ressaltar que os discentes também participam do processo de avaliação institucional. As avaliações externas gerarão para o curso três conceitos: o conceito ENADE, o Conceito Preliminar de Curso - CPC (derivados de indicadores advindos do ENADE e do Censo de Educação Superior - CENSUP) e o Conceito de Curso - CC (resultado de visita e avaliação in loco).

O sistema de avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPA tem como finalidade a condução dos processos de autoavaliação no Campus Parauapebas, em conformidade com o SINAES, conforme prevê a Lei nº 10.861/2004, cujo objetivo é assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Na autoavaliação realizada pela CPA – Campus Parauapebas, é tomado como referência os princípios, as dimensões e indicadores do SINAES. Os princípios norteadores da avaliação:

- Globalidade, mediante avaliação de todos os elementos que compõem o curso;
- Respeito à identidade dos cursos e suas características próprias;
- Legitimidade, mediante metodologia e indicadores capazes de conferir significado às informações que devem ser fidedignas;
- Reconhecimento, por todos os agentes, da pertinência e legitimidade do processo avaliativo;
- Responsabilidade social, visando à qualidade da formação mediante a promoção da eficácia do ensino, tendo como ponto de partida os resultados da avaliação;
- Continuidade, visto que são grandes os desafios e real a possibilidade de retrocessos;
- Compromisso formativo, como princípio a avaliação como elemento central para o desenvolvimento da eficácia, eficiência e efetividade no contexto institucional.

A autoavaliação será realizada anualmente, geralmente no final de cada

período, onde a comunidade acadêmica será mobilizada para participar. Os meios pelos quais se realiza a mobilização são: Site da Instituição, Facebook, e-mail, telefone, documentos internos, assim como cartazes e folders. Os resultados são base para os diálogos com a comunidade acadêmica, bem como com os gestores para fins de tomadas de decisões, visando à qualidade do ensino.

O relatório final da CPA-Campus Parauapebas é encaminhado à direção geral do campus e para a CPA-Institucional. No referido relatório consta uma proposta de Plano de Melhorias para sanear as deficiências encontradas, seja no ambiente micro, no caso do curso, ou no ambiente macro, no caso do Campus, com prazos para executá-los. As ações para sanear as deficiências são monitoradas por uma comissão, onde a CPA também é membro efetivo. E assim, no próximo ciclo avaliativo a verificação do impacto das ações efetivamente realizadas.

17. CORPO PROFISSIONAL DO CURSO

17.1 Corpo Docente

Todos os docentes lotados no curso trabalham em regime de trabalho de 40 horas e Dedicção Exclusiva, possuindo pós-graduação, conforme quadro abaixo. Para maiores informações sobre o Corpo Docente do curso de Licenciatura em Geografia, contacte a Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP) do Campus através do e-mail cgp.parauapebas@ifpa.edu.br.

Tabela 15 – Dados dos docentes do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus Parauapebas

NOME	SIAPE	Graduação	Pós-Graduação	Disciplinas**
Alcione Santos de Sousa	2314454	Licenciada em Filosofia e Letras	Especialista em Psicologia da Educação Mestre em Filosofia	Na área de Filosofia e Educação
Aldo Agostinho Alves	3217123	Licenciatura em Matemática	Mestre em Matemática	Na área de Estatística
Andson Pereira Ferreira	1574578	Bacharel em Engenharia de	Mestre em Ciências Ambientais	Na área de Educação e

		Minas e Meio ambiente Licenciado em Pedagogia		Meio Ambiente
Bianca Caterine Piedade Pinho	3119729	Licenciada/Bacharelado em Geografia	Especialização em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental. Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia	Na área de Geografia Física e Geotecnologias
Camila Marion	1266410	Licenciatura/Bacharelado em Ciências Biológicas	Especialização em Biologia Marinha Mestre em Ciências Biológicas: Zoologia Doutora em Ciências	Na área de meio ambiente e biologia
David Durval Jesus Vieira	2314956	Licenciatura/Bacharelado em História	Mestre em História	Na área de Humanidades
Débora Aquino Nunes	2316453	Licenciada em Geografia	Mestre em Planejamento do Desenvolvimento	Na área de Geografia Humana
Diana Dias da Luz	2417726	Bacharelado em Engenharia Florestal	Especialista em Engenharia Ambiental	Na área de Meio Ambiente
Edielson Monteiro da Silva	1358969	Licenciado em Letras- Espanhol, português e inglês.	Especialista em metodologia do ensino de língua portuguesa e estrangeira	Na área de Linguagens e Educação
Etiane Patrícia dos Reis da Silva Macêdo	1061465	Licenciatura/Bacharelado em Ciências Sociais	Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia	Na área de Humanidades
Frederik Luiz	1685189	Licenciatura/Bacharelado em História	Mestre em História	Na área de

Andrade de Matos		elado em História	Doutorado em História Social da Amazônia	Humanidades
Gustavo Francesco de Moraes Dias	1064481	Bacharel em Engenharia Ambiental e de Energias Renováveis	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho Mestre em Ciências Ambientais	Na área de Meio Ambiente e ciências ambientais
Jadislene Estevam da Silva Costa	3111735	Licenciatura Plena em Educação Física	Especialização em Educação e Cultura: Confluências	Na área de Educação
Josevaldo Alves Ferreira	2996218	Licenciado em Letras	Mestre em Letras	Português instrumental
Márcia Moreira Barroso	1964159	Licenciada em Artes	Especialista em Psicologia da Educação Mestre em Geografia	Na área de Educação e Geografia Humana
Melissa Maynara dos Passos Leal	1030461	Licenciada em Letras/Português	Especialista em Educação Inclusiva	Na área de Linguagens e Educação
Pedro Paulo dos Santos	2314868	Bacharel e licenciado em Ciências Biológicas	Mestrado em Botânica	Na área de Educação e meio ambiente

* Dependendo do semestre e da disponibilidade de professores de outras áreas externas, outros docentes podem ministrar aulas no curso.¹

Para efeito de avaliação do curso, a sua coordenação manterá uma pasta para cada docente, atualizada anualmente, com cópias de documento de identificação com foto, dos diplomas de graduação e pós-graduação e currículo lattes atualizado, com as seguintes comprovações: a) Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (últimos 03 anos); b) Experiência na docência no ensino superior; c) Experiência na docência na educação básica; d) Experiência profissional no mundo

1 Existe alguma portaria do IFPA que define como professores de outros campus e instituições podem ministrar aulas no curso?

do trabalho.

17.2 Corpo Técnico-Administrativo

O corpo Administrativo do campus Parauapebas/IFPA é constituído por técnico-administrativos (TAE's) integrantes do quadro permanente de pessoal do IFPA, regidos pelo Regime Jurídico Único, admitidos por concurso, na forma da lei. Abaixo o quadro demonstra o detalhamento do corpo técnico-administrativo do campus Parauapebas/IFPA, para atendimento às atividades letivas. Para mais informações sobre os TAE's do campus Parauapebas, consulte a Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP) do Campus através do e-mail cgp.parauapebas@ifpa.edu.br.

Tabela 16 – Servidores técnicos – administrativos do Campus Parauapebas

Nome	Cargo/Função	Regime de Trabalho	Graduação	Pós-Graduação
Suellen Souza Gonçalves	Bibliotecária	40	Biblioteconomia	Especialização em Gestão e Governança em Tecnologia da Informação
Augusto Cesar Monteiro da Silva	Técnico de Laboratório	40	Bacharel em Administração	Especialização em Docência para educação profissional científica e tecnológica
Sálvio Silva Araújo	Analista de Tecnologia da Informação	40	Bacharel em Sistemas de Informação	Especialização em Engenharia de Software
Fagno Lopes da Silva	Assistente em Administração	40	Bacharel em Engenharia Ambiental /Bacharel em Direito	Especialização em Engenharia de Segurança no Trabalho
Analielle de Araújo Silva	Pedagogo	40	Licenciatura Plena em Pedagogia	Mestrado em Educação com ênfase em Educação Agrícola
Clauber Sueliton Carvalho Vasconcelos	Pedagogo	40	Licenciatura Plena em Pedagogia	Licenciatura em História,

				Especializações em Metodologias na educação superior / Educação a Distância / Educação do campo.
Janes Costa Lima	Auxiliar de Biblioteca	40	Licenciatura Plena em Letras	
Maria Vânia Magalhães Mendes	Assistente de Aluno	40	Licenciatura Plena em Letras	Especialização em Docência do Ensino Superior Mestrado em Letras
Sheila Adrienne Garcia Santos	Técnica em Assuntos Educacionais	40	Licenciatura Plena em Física	Especialização em Ensino de Física
Leia Ribeiro Rodrigues	Assistente de Aluno	40	Licenciatura em Pedagogia	
Marcelo Miranda Damasceno	Técnico em Laboratório	40	Engenharia de Controle e Automação	Especialização em docência para educação profissional, científica e tecnológica
Ernandes Monteiro da Silva Júnior	Assistente de Aluno	40	Bacharel em Estatística	
Nara Gisele Duarte Silva	Assistente de Aluno	40	Licenciaturas em Letras (Português)	Especialização em educação profissional e tecnológica inclusiva

18. INFRAESTRUTURA

18.1 Espaço de trabalho para docente em tempo integral

O espaço de trabalho para docentes em tempo integral contará com a seguinte infraestrutura que atenderá esses profissionais para o planejamento de suas atividades pedagógicas, bem como para as suas demais necessidades:

- 6 computadores com acesso à internet na sala dos professores;

- 1 impressora na sala dos professores;
- Ambiente apropriado para o atendimento intraescolar ao aluno;
- Armários com compartimentos individuais;
- Copa com micro-ondas, bebedouro e geladeira;
- Banheiros.

18.2 Espaço de trabalho para o coordenador

Será destinada uma sala para coordenação do curso de Licenciatura em Geografia, anexa a biblioteca, e a mesma será equipada com mesa para atendimento aos docentes e discentes. Assim como, impressora, computador, armários e equipamentos que for necessário para o melhor funcionamento do curso.

18.3 Sala de professores

Atualmente, o IFPA-Campus Parauapebas já possui uma sala de uso coletivo dos professores, que dispõe de seis computadores, com acesso à internet, mesas para atendimento intraescolar ao discente, uma impressora, armários com compartimentos individuais para guardar materiais e equipamentos pessoais.

18.4 Salas de aula

O IFPA-Campus Parauapebas possui oito salas de aulas climatizadas, cadeiras estofadas, equipadas com quadro branco, e se porventura os docentes necessitarem trabalhar com audiovisual farão uso dos retroprojetores em sala de aula.

18.5 Biblioteca

A biblioteca do IFPA-Campus Parauapebas possui ambiente climatizado, mesas de estudo e seis computadores com acesso à internet para uso dos discentes.

Parte da bibliografia que será utilizada no curso já está disponível no acervo, que pode ser físico ou virtual, e outra parte será adquirida por meio de plano de aquisição para contemplar minimamente a bibliografia prevista no PPC.

18.6 Acesso de estudantes a equipamentos de informática

Os discentes do curso terão acesso a equipamento de informática no *Campus* em dois espaços, os quais são: laboratório de informática que possui quarenta computadores e na biblioteca com seis computadores.

18.7 Laboratórios

A infraestrutura necessária para o curso de Licenciatura em Geografia é composta de ambientes climatizados e cadeiras estofadas, distribuindo-se em: salas de aula (para exposição teórica dos conteúdos), biblioteca para consulta de livros, assim como outros espaços (tabela 16). O campus Parauapebas não possui videoteca em sua infraestrutura física decorrente da falta de espaço físico para tal, com isso, os docentes que porventura necessitarem trabalhar com audiovisual farão uso dos retroprojetores e do aparelho de televisão em sala de aula. Deve-se destacar que também pode-se usar o laboratório de informática e/ou o auditório.

Tabela 16 – Infraestrutura Física do Curso de Licenciatura em Geografia.

INSTALAÇÕES	UNID.	ÁREA TOTAL (m²)
Área de circulação	1	339,89
Área de Lazer	1	181,85
Auditório	1	187
WC feminino e WC masculino PNE dos alunos	4	23,28
WC feminino e WC masculino dos alunos	4	3,4
Sala das coordenações	1	38,8
Sala dos professores	1	30,0
Direção de ensino	1	20,0
Salas de aulas	8	139,28
Laboratório de Informática	1	101,43
Laboratório de Ciências Ambientais	1	24
Laboratórios de Mecânica	4	160
Laboratório de Eletroeletrônica/Automação	3	116,2
Casa do Compressor	1	4,5
Copa	1	4,51
Cantina	1	16,97
WC PNE dos servidores	1	12,57
Biblioteca	1	154,0

Instalações Administrativas	1	21,53
Salas da Direção Geral, chefia de gabinete	1	38,23

Abaixo constam os laboratórios presentes no *Campus* Parauapebas que já se encontram em funcionamento atendendo a demanda de outros cursos da Instituição, a saber:

- a) Laboratório de Informática: computadores de mesa, com acesso à internet e com *softwares* livres devidamente instalados para o desenvolvimento das atividades do curso.
- b) Laboratório de Ciências Ambientais: destilador de água, medidor multiparâmetro (ph, oxigênio dissolvido, salinidade), microscópio óptico, capela de exaustão de gases, bomba a vácuo, estufa elétrica, deionizador, computador de mesa.
- c) Laboratório de Soldagem: equipamentos mig/mag, eletrodo revestido e equipamentos tig.
- d) Laboratório de Ferramentaria: instrumentos de medição, bancada pneumática e hidráulica.
- e) Laboratório de Calderaria: calandra e mesas instrumentais (morça).
- f) Laboratório de Usinagem: tornos mecânicos (universal e automático - CNC), furadeira e guilhotina
- g) Laboratório de Baixa tensão: instalações elétricas, circuitos elétricos, máquinas elétricas, e acionamentos elétricos.
- h) Laboratório de Eletrônica: alta tensão, fontes alternativas de energia (solar e eólica).
- i) Laboratório Automação: automação, redes industriais, hidráulica e pneumática, instrumentação, acionamentos elétricos.

Além dos laboratórios, identifica-se os recursos materiais disponíveis para o curso de licenciatura em Geografia no IFPA-Parauapebas, com a disponibilidade de televisores, tela para projeção, projetor, scanner, impressoras, microcomputador de mesa completo e quadro branco (tabela 17).

Tabela 17 – Recursos materiais do Curso de Licenciatura em Geografia

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
--------------	------------

Televisores	1
Tela p/ projeção	1
Data Show	8
Scanner	4
Impressoras	6
Microcomputador de mesa completo	80
Quadro branco	8

19. DIPLOMAÇÃO

Após a integralização, ou seja, o cumprimento dos componentes curriculares, atividades complementares e estágio supervisionado, previstos neste Projeto Pedagógico do Curso, e também mediante regularidade junto ao Exame Nacional de desempenho dos Estudantes - ENADE - que poderá ocorrer no prazo mínimo, médio ou máximo, será conferido aos egressos e às egressas o diploma de Licenciada e licenciado em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA/ Campus Parauapebas.

Destaca-se que conforme previsão no Art. 33-G da Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, “O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos superiores, devendo constar do histórico escolar de todo estudante a participação ou dispensa da prova, nos termos desta Portaria Normativa” (MEC, 2007, p.27).

A expedição do diploma é efetivada mediante a integralização curricular do curso pelo estudante, conforme o Art. 208 do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA de maio de 2019, a integralização curricular consiste no cumprimento com aproveitamento dos componentes curriculares obrigatórios e da carga horária dos componentes optativos, quando previstos no Plano Pedagógico de Curso (PPC), e atividades acadêmicas específicas de uma estrutura curricular definidas no PPC (IFPA, 2019).

Para a obtenção do diploma de conclusão dos cursos superiores de graduação, com o título de Licenciado (a), são requisitos necessários a integralização curricular de todos os componentes curriculares, incluindo o cumprimento da carga horária mínima das atividades complementares, a conclusão da prática profissional e/ou estágio curricular, definidos em PPC, assim como a defesa e aprovação do Trabalho

de Conclusão de Curso (TCC).

Do mesmo modo, deve-se verificar se o estudante participou da Colação de Grau, pois esta se configura, como um requisito obrigatório à diplomação dos cursos superiores de graduação, considerando o que define o Art. 29 da Resolução Nº 018/2013 – CONSUP de 09 de abril de 2013 que “Após a colação de grau o formando estará apto a solicitar, via processo, sua diplomação” (IFPA, 2013, p. 13). Fundamentando-se ainda nas recomendações do referido Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA em seu Art. 370 e 371, o estudante que solicitar a emissão de diploma deverá preencher formulário próprio, anexar cópias dos seguintes documentos, e protocolar no Campus de conclusão do curso:

- a) Documento de identificação oficial;
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Título eleitoral com quitação eleitoral;
- d) Documento de quitação com o serviço militar (para homens com idade entre 18 e 45 anos)
- f) Comprovante de isenção de débito com a Biblioteca do Campus;
- g) Histórico Escolar e certificado de conclusão do ensino médio;
- h) Atestado de Conclusão de estágio curricular supervisionado expedido pelo Setor de Estágio do Campus;
- i) Ata de defesa do TCC;

A solicitação de emissão de Diploma deverá ser protocolada no Campus Parauapebas, tal como indica o Art. 99 do Decreto nº 9.235/2017 (BRASIL, 2017). O Histórico Escolar de conclusão de cursos será expedido com o Certificado de conclusão de curso ou Diploma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S. BRITO, J. **Arranjos Produtivos Locais**: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE - Glossário de Arranjos Produtivos Locais. Rio de Janeiro: Rede Sist, 2002.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Seção I, Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 02 dez. 2004. Seção I, p. 5. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 15 abr. 2020. Seção I, p. 46-49. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, ano CXLV, nº 253, 30 dez. 2008. Seção I, p. 1. Disponível em: < <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=30/12/2008>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, ano CXXVI, nº 191-A, 05 out. 1988. Seção I, p. 1-36. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/douconstituicao88.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, ano CXXXIV, nº 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27833. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, ano CXXXIV, ed. 241, 18 dez. 2017. Seção I, p. 2-5. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-9-235-de-15-de-dezembro-de-2017-1101286-1101286>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CARDOSO, M. **Construção da UEPA em Parauapebas pode começar este ano**. Prefeitura Municipal, 2018. Disponível em <<https://www.parauapebas.pa.gov.br/index.php/ultimas-noticias/624-construcao-da-uepa-em-parauapebas-pode-comecar-este-ano.html>> Acesso em: 19 de março de 2021.

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M.M. O foco em arranjos produtivos e 'inovativos' locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L (orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COELHO, T. P. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. In: ZONTA, M.; TROCATES, C (orgs.). **A questão mineral do Brasil**. Marabá: Editora Iguana, 2015.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará. **Barômetro da sustentabilidade de municípios com atividades minerárias no Estado do Pará**. Belém: FAPESPA/Governo do Estado, 2015. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/Barometro_da_sustentabilidade_Mine racao.pdf>. Acesso em: 02 de jul. 2020.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London; New York: Verso, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/parauapebas.html>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

IFPA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Belém: IFPA, 2019.

IFPA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – campus Parauapebas. **Projeto Político-Pedagógico – PPP do campus Parauapebas – IFPA**. Parauapebas: IFPA, 2016.

IFPA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **Regulamento Didático Pedagógico**. Belém: IFPA, 2019.

IFPA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. **IFPA publica**

editais para seleção de participantes para o PIBID e para o Programa de Residência Pedagógica. 2020. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/component/content/article?id=1368>. Acesso em: 04 abr. 2021.

IFPA. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Resolução nº18/2013 – CONSUP, 29 de abril de 2013 - Regulamento para a Colação de Grau dos Cursos Superiores de Graduação**. Belém: IFPA, 2013. Disponível em: < <http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/13-resolucoes-do-consup/resolucao-do-consup/2013-4/1871-resolucao-n-018-2013-consup-aprova-o-regulamento-para-colacao-de-grau-dos-cursos-superiores-de-graduacao/file> > Acesso em: 14 abr. 2021.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Taxas de Rendimento**. Brasília, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Esforço Docente**. Brasília, 2020a. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/esforco-docente>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicador de adequação da formação docente**. Brasília, 2020b. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994

LIBÂNEO, J. C. Formação de professores e didática para o desenvolvimento humano. **Educação e realidade**. Porto alegre. 40, n. 2, p.629-650, abr./jun., 2015.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, São Paulo, 2009.

MEC. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, nº 239, 13 dez. 2007. Seção I, p. 39/43. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16763-port-norm-040-2007-seres&Itemid=30192 > Acesso em: 14 abr. 2021.

MEC. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 2, de 10 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial [da República**

Federativa do Brasil], Brasília, DF, 15 abr. 2019. Seção I, p. 46-49. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> > Acesso em: 14 abr. 2021.

MEC. Ministério da Educação. Portaria GAB nº 259, de 17 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, ed. 245, 19 dez. 2019. Seção I, p. 111. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-259-de-17-dezembro-de-2019-234332362> > Acesso em: 14 abr. 2021.

MEC. Ministério da Educação. Portaria GAB nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 15 abr. de 2020. Seção I, p. 46-49. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> > Acesso em: 14 abr. 2021.

QUINTINO, J. **Câmara Municipal cria fundo de incentivo ao ensino superior**. Prefeitura de Parauapebas, 2019. Disponível em < <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:lwD3MzZjcwJ:https://www.parauapebas.pa.leg.br/portal/index.php/todas-as-noticias/destaques/item/1323-camara-municipal-cria-fundo-de-incentivo-ao-ensino-superior+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> > Acesso em: 19 de março de 2021.

ROCHA, A. J. A. **À margem do Projeto Ferro Carajás: uma pequena contribuição à história social e cultural de Parauapebas (1980-2004)**. Goiânia: Kelps, 2018.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE I - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

1º SEMESTRE

Disciplinas:

Fundamentos Filosóficos

Português Instrumental

Metodologia da Pesquisa Científica

Psicologia da educação

Avaliação educacional

Sociologia da educação

Política e legislação educacional

Educação em direitos humanos e diversidades

Disciplina: Fundamentos Filosóficos

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

As bases do pensamento filosófico e suas contribuições éticocientíficas no estudo das relações do homem com o meio físico; a importância dos os conceitos analíticos da filosofia na sociedade contemporânea: sujeito, capital, inclusão e exclusão, família, educação, classe, gênero etc.

Bibliografia básica

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2014.

ESPOSITO, R. **Bios: biopolítica e filosofia**. Trad. Walder Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP 2004.

Bibliografia complementar

CUNHA, C. M. **Filosofia-rizoma: metamorfoses do pensar**. Curitiba: CRV, 2011.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**, Editora Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, ed. 1ª, 2019.

ROUSSEAU, Rousseau e as Relações Internacionais; prefácio: Gelson Fonseca Jr. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003

Disciplina: Português Instrumental

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

Estudo dos padrões estruturais da língua culta e seu funcionamento. Funções da linguagem e sua aplicabilidade na comunicação oral e escrita. Desenvolvimento da competência de Leitura e interpretação de diversos gêneros textuais e acadêmicos. Discussão e elaboração de textos dissertativos que aprimorem a compreensão e expressão em língua portuguesa. Construção do sentido a partir de elementos extralinguísticos responsáveis pela configuração do texto. Tópicos linguístico-gramaticais aplicadas ao texto. Textualidade. A produção de textos a partir de alguns gêneros acadêmicos. Revisão gramatical (novo acordo ortográfico). Estratégias de leitura e escrita.

Bibliografia básica

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed., rev., Ampl. Nova Fronteira, 2009.

MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. **Português Instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico**. São Paulo: Loyola, 1999.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2002.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2011.

GERALDI, J. W (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo/SP: Editora Ática, 2001.

MARTINO, A. S. **Português esquematizado**: gramática, interpretação de texto, redação oficial e redação discursiva. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2016

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica

Carga horária: 33h (40 h/a)

EMENTA

Tipos de conhecimento e correlações com o conhecimento científico; Conceitos e classificação das ciências; Conceito e tipos de pesquisa; Metodologias e de procedimentos; Fichamento; Planejamento, etapas, estrutura e normas de um projeto de pesquisa; Relatório de pesquisa; apresentação e publicação de trabalhos científicos; ABNT e Normas para formatação e edição de trabalhos técnicos científicos.

Bibliografia básica

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência:** filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 240p.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2017. 192p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. **Metodologia científica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. 392p.

Bibliografia complementar

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 176p

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 224p.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era digital.** 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 312p.

OLIVEIRA, Jorge Leite. **Textos Acadêmicos:** técnicas de redação e pesquisa científica. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 224p.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica:** guia para eficiência nos estudos. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. 183p.

Disciplina: Psicologia da Educação

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

Principais teorias da Psicologia, suas implicações e fundamentação para a análise dos processos de ensino/aprendizagem. Desenvolvimento e interação social: a construção do conhecimento e a produção da subjetividade. A ação do professor no desenvolvimento do indivíduo. Infância, Adolescência e Contemporaneidade.

Bibliografia básica

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Psicologia da Educação Escolar, volume II. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VIANA, Meire Nunes; FRANCISCHINI, Rosângela. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016.

La Taille, Yves.; Oliveira, Marta Kohl.; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: **Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus Editorial; 2019.

Bibliografia complementar

CARRARA, Kester.(Org.). **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2004. 2.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha. 2000.

ILLERIS, Knud. **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. São Paulo: Penso, 2012.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. (Org.). **Psicologia escolar e compromisso social**. Campinas, SP: Alínea, 2007

Disciplina: Avaliação Educacional

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

Abordagens teóricas da avaliação da aprendizagem. Avaliações: diagnóstica, mediadora, formativa, permanente e participativa. Critérios de avaliação. Instrumentos e técnicas de avaliação. Implicações da avaliação em currículos, planos, programas, produtos e acompanhamento de aluno s(a). Avaliação e responsabilidade social na Educação Profissional.

Bibliografia básica

ANTUNES, Celso. Avaliação da aprendizagem escolar Fascículo 11. Petrópolis Alegre: Vozes, 2013.

HOFFAMAN, Jussara. M.L. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo. Cortez, 2005.

Bibliografia complementar

LUDKE, M.; MEDIANO, Z. (coords.). Avaliação na Escola de 1º Grau: Uma Análise Sociológica; Campinas, SP: Papirus, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2000.

Disciplina: Sociologia da Educação

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

Os conceitos e objetos da sociologia e da educação. O fato social. As teorias sociológicas e tendências ideológicas na educação. A educação na sociedade globalizada inserida no modelo neoliberal. A relação dialética entre Escola, Estado e Sociedade. O papel dos intelectuais na educação e o processo de proletarização do magistério. As decisões políticas do estado capitalista e a educação como política social. O Estado e as relações saber x poder. A educação popular na escola pública. O desenvolvimento sustentável como novo paradigma de políticas públicas.

Bibliografia básica

GENTILLI, Pablo (Org.): **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo**. Editora Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1995.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Nacional, 1995.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Cortez, 1995.

Bibliografia complementar

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **“História da Educação”**. In.: **Brasil no Século XX: O desafio da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996, pp. 194-226.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GOMES, Cândido Alberto. **A educação em perspectiva sociológica**. 2ª ed. São Paulo: EPU, 1989.

GOHN Maria da Glória: **Movimentos Sociais e Educação**. Coleção Questões de Nossa Época, Cortez Editora.

NEVES Lúcia M. W.: **Educação e Política no Brasil de Hoje**. Coleção Questões de Nossa Época. Cortez Editora, 1994.

TORRES Carlos Alberto: **Sociologia Política da Educação**. Coleção Questões de Nossa Época. São Paulo, 1993.

Disciplina: Política e Legislação Educacional

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

A educação como direito de cidadania e o dever do Estado para com a oferta escolar pública, gratuita, democrática e de qualidade. A Educação como Política Pública. O FNDE - educação e seus programas: PNAE, PNLD, PDDE, PNATE. Plano Nacional de Educação. O Piso salarial do magistério. - A estrutura e a legislação da educação nacional - Constituição Federal/88 e Lei 9.394/96. Sistema Educacional Brasileiro, seus princípios e fins e a organização da Educação Nacional.

Bibliografia Básica

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil (atualizada).

Brasil. Lei 13.005/14, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (atualizada).

GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO, José Marcelino de Rezende; CORBUCCI, Paulo Roberto. Federalismo e Políticas Educacionais na Efetivação do Direito à Educação no Brasil. Brasília, IPEA, 2016.

Bibliografia Complementar

BRASIL, PL 8035/2010- Novo Plano Nacional de Educação.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação no Brasil – LDB: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (8).

SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. Campinas, SP: Autores Associados, 1999

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO T. (orgs.). – Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição e na LDB, São Paulo, Xamã, 2007;

Disciplina: Educação em Direitos Humanos e Diversidades

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

Fontes e antecedentes históricos dos direitos humanos. Direitos Humanos e Direitos Sociais. Estudo das relações entre a educação e os Direitos Humanos. Garantia de Direitos no mundo globalizado. Direito à Educação no Brasil. Políticas públicas e desigualdades sociais. História e processo da constituição da cidadania na América Latina. A educação como elemento de formação humana. A instituição escolar e o conhecimento dos princípios básicos dos direitos humanos. Direito à Educação no Brasil; Direitos Humanos nas relações pedagógicas.

Bibliografia Básica

CANDAU, Vera Maria; et al.. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**. São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (Org.). **Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia**; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (ORG.). **Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas**; Rio De Janeiro: DP&ALLI, 2008.

Bibliografia Complementar

AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceito na escola**. São Paulo: Summus, 1998.

CANDAU, Vera, SACAVINO, Susana. **Educar em Direitos Humanos construir democracia**. DP&A. Rio de Janeiro, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43ª São Paulo: Paz e Terra, 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH-MEC/MJUNESCO, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Conselho Nacional de Educação, maio 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/12a-conferencia-nacional-de>

direitoshumanos/educacao-em-direitos-humanos/caderno-de-educacao-em-direitos-humanosdiretrizes-nacionais.

2º SEMESTRE

Disciplinas:

Educação especial

Libras

Educação para as relações étnico-raciais

Concepções do ensino na educação no campo

Metodologia e didática no processo de ensino-aprendizagem

Antropologia cultural

Organização do trabalho pedagógico na escola.

Fundamento da ecologia

Disciplina: Educação Especial

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

1. Atividades voltadas para a discussão teórica sobre a Evolução da Educação Especial através da história. 2. As políticas educacionais que embasam a proposta da educação especial/inclusiva . 3. inclusão x exclusão. 4. A importância da relação família escola. 5. As Necessidades educacionais especiais, implicações nos processos de ensino-aprendizagem e estratégias de intervenção. 6. A importância do PEI para o trabalho com pessoas com deficiência 7. As possíveis adaptações curriculares, e o processo de inclusão .8. Estabelecer a diferença entre educação especial e educação inclusiva. 9. Bullying e os preconceitos que os alunos público alvo da educação especial sofrem dentro e fora da escola. 10. Atividade de elaboração de material pedagógico para o ensino da geografia com alunos da educação especial.

Bibliografia Básica

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento nomeado pela portaria ministerial nº 555 de 5 de junho de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. Mediação, 2012.

Bibliografia Complementar

CUNHA, Antonio Eugenio. **Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2011.

DIANA, Hudson. **Dificuldade específica de aprendizagem: ideias práticas para trabalhar com: dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome de Asperger, TOC**. Tradução De Guilherme Summa, Petrópolis, RJ: vozes, 2019.

FIGUEIREDO, Rita Vieira et al. Camargo, ROPOLI, A. M. F. de [org.]. **Caminhos de uma formação: educação especial na perspectiva da inclusão**. São Paulo: Peirópolis, 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.p.39-59.

RAMOS, Rossana. **Passos para a Inclusão**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro:WVA, 1997.

Disciplina: Libras

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Tenho um aluno surdo, e agora? 2. História da educação de surdos; 3. Cultura e identidade surdas (constituição do sujeito surdo). 4. Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 5. Aspectos básicos da comunicação em Língua de sinais: Alfabeto Manual; Soletração Rítmica; Uso de Acentos; Soletrando Letras Repetidas; Apresentação Pessoal; Mas o que é um Sinal; Vocabulário Básico. 6. Aspectos gramaticais das línguas de sinais: A teoria de Stokoe (1960); Fonética e fonologia (parâmetros primários e secundários); Morfologia das línguas de sinais; Sintaxe da Língua Brasileira de Sinais. 7. Estudo do sinalário da área educacional bem como da geografia em contexto de uso (conversação). 8. Prática textual do Português para Libras considerando a diferença linguística das duas línguas.

Bibliografia Básica

QUADROS, R. M. KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, Nídia Limeira de. **Cultura, poder e Educação de Surdos**. 2 ed. Paulinas. São Paulo, 2010.

LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EdUFSCAR, 2013.

Bibliografia Complementar

QUADROS, R. M de. **Língua Brasileira de Sinais**. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2019.

GESSER, Audrei. **Libras que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. Parábola editorial. São Paulo, 2009.

CAPOVILLA, F.C. RAPHAEL, W.D. MAURICIO, A.C.L. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue**. Novo deit-Libras Língua Brasileira de sinais. Volume 1, sinal de A a H. EdUSP, São Paulo: 2013.

CAPOVILLA, F.C. RAPHAEL, W.D. MAURICIO, A.C.L. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue**. Novo deit-Libras Língua Brasileira de sinais. Volume 2, sinal de I a Z. EdUSP, São Paulo: 2013.

Disciplina: Educação para as Relações Étnicorraciais

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

As Bases Legais da Educação para as Relações Étnicorraciais. Civilizações Africanas e Indígenas e sua importância no processo de evolução do Homem. Termos comumente usados nas questões Étnicorraciais (Raça, Etnia, Racismo, Preconceito, discriminação, estereótipo, etnocentrismo, Democracia Racial, Ações Afirmativas). História Indígena e Afro-brasileira. Formação Inicial e continuada de professores para Educação para Relações Étnicorraciais. O NEABI nas Instituições de Ensino Superior e sua atuação na Educação Básica. Intervenção Pedagógica da Educação para Relações Étnicorraciais na Educação Básica

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. Companhia das Letras: São Paulo, 1992.

ROMÃO, Jeruse (org.) **História da Educação do Negro e outras histórias**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005

Bibliografia Complementar

MOKHTAR, Gamal. **História Geral da África, II: África Antiga**. Brasília, UNESCO, 2010.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio dos Santos. **Dicionário da escravidão e**

liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Disciplina: Concepções do Ensino na Educação do Campo

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Currículo da Educação do Campo: construindo novas propostas a partir da realidade local e global. Saberes e o cotidiano na Educação do Campo. 2. O currículo a partir do cotidiano do campo. Educação Rural X Educação do Campo. Principais enfoques curriculares para a Educação do campo. 3. Projeto Pedagógico de educação do campo. O ensino de Geografia em escolas do campo. 4. A importância dos movimentos sociais para construção da Educação do Campo. 5. Construindo uma proposta geográfica para Educação do Campo 6. Produção de recursos didáticos para o Ensino de Geografia em escolas do campo.

Bibliografia Básica

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

APLLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Tradução Vinícius figueira. – 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Currículo Território em disputa**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar

CANDAU, Vera Maria (org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. – 2 ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2002.

MACEDO, Elizabeth ET. AL. **Criar Currículo no cotidiano**. 2 ed. – São Paulo : Cortez, 2005.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (org.) **Currículo, debates contemporâneos** – 2. Ed. – São Paulo : Cortez, 2005.

SOUZA, Francilane Eulália de (Org.). O papel das escolas do campo para o fortalecimento do campesinato na disputa territorial no estado de Goiás. In: SOUZA, Francilane Eulália de (Org.). Geografia e Educação do Campo: para que e para quem serve a educação no campo do Estado de Goiás? Goiânia: Editora Vieira, 2010.

_____. As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumentos

para a valorização do território camponês. 2012. 380p. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2012.

Disciplina: Metodologia e Didática no Processo de Ensino/Aprendizagem Carga horária: 33h (40h/a)
--

EMENTA

O processo ensino aprendizagem. Os principais métodos de ensino. Metodologias Ativas. Estratégias de ensino remoto e a distância. A Interdisciplinaridade, a transversalidade, a contextualização e a transdisciplinaridade. Os Recursos didáticos.

Bibliografia Básica

CANDAU, Vera Maria ; LÜDKE, Menga; LUCKESI, Cipriano Carlos et al. **Didática em questão (A)**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Metodologia do Ensino Superior. São Paulo: Atlas, 2020.

Bibliografia Complementar

MIRANDA, Simão de. Estratégias didáticas para aulas criativas. Campinas: Papirus, 2016.

PERRENOUD, P. et al. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VEIGA, Ilma Passos A. Lições de didática. Campinas: Papirus, 2015.

Disciplina: Antropologia Cultural

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

A Antropologia como campo de conhecimento. A Antropologia e as demais ciências sociais. O social e o biológico. A evolução humana. As noções de natureza e cultura. As concepções de sociedade e cultura. O problema do etnocentrismo. A pesquisa de campo e a etnografia como método de fazer teoria em Antropologia.

Bibliografia Básica

BARTH, F. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BIANCO, B.F. (Ed.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Bibliografia Complementar

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CUNHA, M. Carneiro da. **Imagens de Índios do Brasil: O Século XVI**. IN Revista de Estudos Avançados vol. 4, n. 10, Set.- Dez. 1990.

GEERTZ, C. (Ed.). **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, C. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NUNES, E.O. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

Disciplina: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

Tópicos de Gestão Educacionais. Tópicos Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares. Planejamento Educacional: Plano Curso e Plano de Disciplina.

Bibliografia Básica

DOMINGUES, Isaneide. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. São Paulo: Cortez, 2015.

PARO, Victor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Cortez, 2017.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo. **As Dimensões Do Planejamento Educacional: O Que Os Educadores Precisam Saber**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

Bibliografia Complementar

GRINSPUN, Miriam Paura S. Zippin (org.). **Supervisão e Orientação Educacional: Perspectivas de integração na escola**. São Paulo: Cortês, 2015.

PARO, Victor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento: Plano de ensino aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo, Libertad, 1994.

Disciplina: Fundamentos da Ecologia

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

Conceito e abordagens em ecologia; Níveis de organização em ecologia; O ambiente físico; Recursos e Fatores Limitantes; Observação e experimentação em ecologia; Nicho ecológico; Ecologia de populações; Ecologia de comunidades e sucessão ecológica; Ecologia de ecossistemas, com ênfase no mosaico Amazônico; Introdução a ecologia da paisagem; Surgimento das Florestas; Origem dos povos na América do Sul; Extrativismo na Amazônia; Impactos do Homem na Amazônia; Introdução a biologia da conservação.

Bibliografia Básica

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990, 56p.

TOWNSEND, Colin R., BEGON, Michael, HARPER, John L. Tradução: Paulo Luiz de Oliveira Leandro da Silva Duarte. **Fundamentos em Ecologia**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. 576p.

RICKLEFS, Robert. **A economia da natureza**. Guanabara Koogan; 7ª edição. 2016. 636p

Bibliografia Complementar

SANDERSON, J.; HARRIS, L. D. **Landscape Ecology: A Top Down Approach**. CRC Press; 1ª ed. 1999. 272p.

ODUM, Eugene; BARRET, Gary W. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2007. 2008. 612 p.

GOTELLI, Nicholas J. Ecologia. 1.ed. Londrina: Editora Planta, 2007. 260p.

PIRES-O'BRIEN, Maria Joaquina; O'BRIEN, Carl Michael. Ecologia e Modelamento de Florestas Tropicais. Belém: FCAP – Serviço de Documentação e Informação, 1995. 400p.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. Biologia da Conservação. Londrina: E. Rodrigues, 2001. 328p.

3º SEMESTRE

Disciplinas:

Formação Histórica e Econômica do Brasil

Método de pesquisa em geografia

História do pensamento geográfico

Teoria e método em geografia

Teoria regional e regionalização do espaço mundial

Geografia da população

Geografia Política

Geopolítica

Informática Instrumental

Disciplina: Formação Histórica e Econômica do Brasil

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

Marcas da colonização portuguesa no Brasil. Agricultura, Pecuária e Mineração. Urbanização e Industrialização durante a Primeira República. O Nacional-Estatismo. O “Milagre Econômico”. O processo econômico durante a redemocratização.

Bibliografia Básica

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil: 1500 - 1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

Bibliografia Complementar

REIS, Aarão Daniel (coord.). **História do Brasil Nação: 1808-2010**, v. 5: Modernização, Ditadura e Democracia: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida Neves Delgado. **O Brasil Republicano, v.1: o tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida Neves Delgado. **O Brasil Republicano, v.2: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SKIDMORE, Thomas E.. **Uma História do Brasil. Paz e Terra**, 2003. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Disciplina: Método de Pesquisa em Geografia

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. A pesquisa como princípio científico e educativo. 2. Fontes de pesquisa e procedimentos metodológicos. 3. Pesquisa qualitativa e híbrida. 4. A escala geográfica e o tempo na pesquisa. 5. Escrita e método de exposição em geografia. 6. Atividades práticas envolvendo pesquisa e o ensino de geografia. 7. Os trabalhos de gabinete, de campo e de laboratório em Geografia Física. 8. A execução de mapeamento temático e a preparação de relatórios setoriais e integrativos. 9. Geografia Física e análise ambiental: aplicações práticas de pesquisa. 10. Elaboração de pesquisas visando à interação entre o conhecimento teórico e prático da Geografia Física

Bibliografia Básica

PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, O. U. **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002.

POUPART, J. et all (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar

DEMO, P. **A Pesquisa como princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Disciplina: História do Pensamento Geográfico

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. O pensamento geográfico disperso: da antiguidade à ciência moderna. 2. A construção do método científico. 3. A Geografia do século XIX: Humboldt e Ritter. 4. O desenvolvimento da Geografia Física. 5. Ratzel e a Geografia Humana 6. A Geografia na primeira metade do século XX. 7. A polêmica determinismo-possibilismo. 8. A diferenciação de áreas e o enfoque regional. 9. A Geografia Cultural. 10. A Geografia tradicional no Brasil. 11. A crítica da Geografia tradicional e o movimento de renovação da Geografia. 12. A New Geography. 13. A Geografia Crítica. 14. Perspectivas atuais da Geografia, inclusive no Brasil. 15. Revisão dos conteúdos de história da Geografia presentes nos currículos do Ensino Médio.

Bibliografia Básica

MENDOZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico:** estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial, 1982.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2004.

SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. S. **Teorias na Geografia:** avaliação crítica do pensamento geográfico. Rio de Janeiro: Consequencia, 2021.

Bibliografia Complementar

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico:** por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008.

CLAVAL, P. **História da geografia.** Lisboa: Edições 70, 2007.

MORAES, A. C. R. **Geografia:** pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1984.

GOMES, P. C. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

VITTE, A. C. **Contribuições à história e à epistemologia da geografia.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Disciplina: Teoria e Método em Geografia

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Os conceitos chaves e as categorias de análise da geografia; 2. As bases epistêmicas das categorias geográficas; 2.1. Positivismo clássico, positivismo lógico e neopositivismo; 2.2. Materialismo histórico e dialético; 2.3. Fenomenologia; 2.4. Hipotético-dedutivo. 2.5. Geografias pós-modernas e tendências contemporâneas; 3. Da aplicabilidade de categorias e conceitos na pesquisa geográfica; 4. A construção da Geografia física. 5. Questões conceituais e metodológicas em geografia Física. 6. O conceito de paisagem. 7. Análise geossistêmica, ecodinâmica e geoecológica da paisagem. 8. A relação sociedade-natureza. 9. A Contribuição da Geografia com a questão ambiental. 10. Estudos interdisciplinares e os conceitos de Ciências afins. 11. Métodos e categorias geográficas no ensino básico.

Bibliografia Básica

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

LEFEBVRE, H. Lógica formal e lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2004.

Bibliografia Complementar

MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENDOZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antologia de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOJA, E. W. **Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**

crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4 ed. 2013.

Disciplina: Teoria Regional e Regionalização do Espaço mundial

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Região como recorte espacial e como categoria de análise geográfica; 2. Conceitos de região e seus pressupostos teórico-metodológicos no pensamento geográfico; 3. Regionalização como classificação e como instrumento de ação; 4. A regionalização e o desenvolvimento. 5. Regiões, regionalismos e métodos de análise regional; 6. Globalização e regionalização do espaço mundial: alianças e conflitos espaciais na escala mundial; 7. Perspectivas contemporâneas da geografia regional; 8. Região e integração regional. 9. A questão regional e o ensino

Bibliografia Básica

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Regional**: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?. Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2010

HAESBAERT, R. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2014.

Bibliografia Complementar

LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (orgs.). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

CHANG, H. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LACOSTE, Y. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1997.

Disciplina: Geografia da População

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

1. Pesquisa e fontes de dados demográficos. 2. Teorias demográficas da população e os elementos demográficos. 3. Teorias migratórias, povoamento e ocupação. 4. População, diferença e território. 5. População, desigualdade e espaço. 6. População, poder e política. 7. População, desenvolvimento e meio ambiente. 8. A dinâmica populacional brasileira. 9. Formação étnica da população brasileira. 10. População e o ensino da geografia

Bibliografia Básica

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto. 2001.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

TORRES, H; COSTA, H (Org). **População e meio ambiente:** debates e desafios. São Paulo: SENAC, 2000.

Bibliografia Complementar

CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C (Orgs.) **Brasil:** questões atuais da organização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CORREA, R. L.; CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C (Org.) **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FERREIRA, A. P.; VAINER, C. B.; NETO, H. P.; SANTOS, M. O. (org). **A experiência migrante:** entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond. 2010.

GEORGE, P. **Geografia da População**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

VERRIÈRE, J. **As políticas de População**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1978.

Disciplina: Geografia política

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Correntes teórico-metodológicas da geografia política e a categoria de território; 2. Diferenças e relações entre geopolítica e geografia política; 3. Território, poder, Estado e sociedade; 5. A multidimensionalidade e as múltiplas escalas do território; 6. Zonas e redes; 7. Territorialidades e multiterritorialidades; 8. Estruturas do capitalismo e a geografia política; 9. Territórios dissidentes e da (re)existência; 10. A geografia política no ensino básico

Bibliografia Básica

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, M. L. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

Bibliografia Complementar

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre território e poder. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

CASTRO, I. E. **Geografia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG. 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.

Disciplina: Geopolítica

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1.. O contexto geo-histórico e econômico da virada do século XIX/XX e o surgimento da geopolítica; 2. Referenciais teórico-conceituais da geopolítica clássica: Ratzel, Mahan, Mackinder, Haushofer, Spykman; 3. Território, poder, estado e escalas geográficas; 4. O papel da América, da África e da Ásia no sistema geopolítico capitalista; 5. Geopolítica e as crises do capitalismo; 6. A geopolítica brasileira; 7. A geopolítica contemporânea: mudanças e permanências; 10. Organizações Internacionais e Geopolítica; 10. A geopolítica no ensino básico

Bibliografia Básica

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre território e poder. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FRANÇA, M. A. **Para conhecer melhor a geopolítica brasileira**. Curitiba: Appris, 2020.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. R.; TABAK, J. **Organizações Internacionais**: história e práticas. 2ª ed. São Paulo: GEN Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar

BASSEY, N. **Aprendendo com a África**: a extração destrutiva e a crise climática. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.

CHIAVENATO, J. **Geopolítica, arma do fascismo**. São Paulo: Global Editora, 1981.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 8 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

Disciplina: Informática Instrumental

Carga horária: 33h (40 h/a)

EMENTA

Introdução à informática. Conceitos e características de Hardware e Software. Ferramentas de escritório: editores de texto e planilhas, navegadores. Comandos básicos em terminal de sistema operacional. Lógica de programação. Introdução à linguagem de programação Python 3.x; Bibliotecas.

Bibliografia Básica

CORMEN T. H., LEISERSON C. E., STEIN C., RIVEST R. L. **Algoritmos:** Teoria e Prática. Editora Campus, 2012.

MARÇULA, Marcelo; BRNINI FILHO, Pio Armando. **Informática:** conceitos e aplicações. 5 ed. São Paulo: Érica, 2019.

MENEZES, N. N. C. **Introdução à programação com Python:** Algoritmos e lógica de programação para iniciantes. 3 ed. Novatec, 2019.

Bibliografia Complementar

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática.** 8 ed. Prentice Hall, 2004.

FEDELI, R. D.; POLLONI, E. G. F.; PERES, F. E. **Introdução à Ciência da Computação.** 2 ed. São Paulo, 2010.

FORBELLONE, A. L. V.; EBERSPÄCHER, H. F. **Lógica de programação.** 3 ed. Makron Books, 2013.

MUELLER, J. P. **Começando a programar em Python para leigos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

4º SEMESTRE

Disciplinas:

Geografia Geral e regional do Brasil

Geografia da Amazônia

Geografia econômica e das indústrias

Fundamentos da geologia e geomorfologia

Decolonialidade e formação territorial da América Latina

Estatística aplicada a geografia

Informática aplicada aos estudos geográficos

Introdução ao ensino de geografia

Disciplina: Geografia Geral e Regional do Brasil

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Aspectos da formação sócio – espacial e identitária do território brasileiro: do período colonial a consolidação das fronteiras. 2. Aspectos da formação sócio – ambiental e suas influências na construção do Brasil. 3. A relação centro-periferia: dependência e posição do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho. 4. A organização do espaço agrário brasileiro: do cativo da terra à expansão da fronteira agrícola. 5. A industrialização periférica e suas repercussões no espaço: da migração campo – cidade a consolidação da rede urbana nacional. 7. A construção do projeto nacional de integração: das economias de arquipélago ao planejamento estatal e a integração nacional. As diversas formas de regionalizar o espaço brasileiro. Integração nacional e desequilíbrios regionais no Brasil. O advento da globalização: da reabertura democrática ao Brasil como uma potência regional/internacional na economia-mundo.

Bibliografia Básica

COSTA, W. M. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. SP. Contexto. 2001.

MORAES, A. C. R. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. SP: Contexto, 2001.

ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Bibliografia Complementar

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. SP: Contexto, 2011.

MORAES, A. C .R. **Território e história no Brasil**. SP: Annablume, 2005. 2 ed.

SANTOS, M. **Território, territórios**. RJ. PD&A, 2006.

STEINBERGER, M. (org). **Território. Ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília.

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. Minimanual compacto de geografia geral: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2003. 367 p.

Disciplina: Geografia da Amazônia

Carga horária: 66h (80h/a)

EMENTA

1. Multiespacialidades pretéritas. 2. O processo de colonização: espacialidades e temporalidades. 3. Organização do território dos séculos XVII a XX. 4. As diferentes formas de regionalização da Amazônia. 5. Desenvolvimento e planejamento regional. 6. (Re) Organização e modernização produtiva do espaço amazônico: recursos naturais, grandes projetos e neoliberalismo. 7. A Amazônia nos livros didáticos do ensino médio.

Bibliografia Básica

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins humanos. 2ª ed. São Paulo: editora Contexto, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

Bibliografia Complementar

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

COELHO, M. C. N.; MATHIS, A. (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento local na Amazônia**: uma agenda de debate. Belém: UFPA, NAEA, 2005.

SANTOS, M.. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

TRINDADE JR. *et al.* (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: ICSA/UFPA, 2009.

Disciplina: Geografia Econômica e da Indústria

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. A geografia econômica global: gênese, estrutura e dinâmica. 2. A produção e organização do espaço geográfico no capitalismo. 3. Revoluções Industriais: do nascimento da fábrica à quarta revolução industrial. 5. Divisão territorial do trabalho. 5. Economias e territórios em mutação. 6. Recursos naturais, modernização e globalização. 7. Lógicas endógenas e sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: alternativas a economia global? 8. Liberalismo, neoliberalismo e programas alternativos. 9 - A geografia econômica e da indústria para o ensino de geografia.

Bibliografia Básica

CHANG, H. **Chutando a escada:** a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HARVEY, D. **A condição Pós-Moderna.** 25 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

Bibliografia Complementar

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim:** origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Editora Loyola, 2004.

SINGER, P. **Curso de introdução à Economia Política.** 17 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

HUNT, E. K; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico:** uma perspectiva crítica. 3 ed. São Paulo: Gen Atlas, 2021.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro, Record, 2000.

Disciplina: Fundamentos da Geologia e Geomorfologia

Carga horária: 66h (80h/a)

EMENTA

1. Introdução as ciências da Terra. 2. Constituição interna do globo terrestre e tectônica de placas. 3. Composição da crosta terrestre: minerais e rochas. 4. Formação do relevo (processos endógenos e exógenos). 5. Unidades Estruturais do Globo (Maciços Antigos, Bacias sedimentares, Dobramentos Modernos). 6. Relevo Continental. 7. Relevo Submarino (Margem Continental, Planícies abissais, Cadeia Meso-oceânica). 8. Classificações do Relevo. 9. O estudo do relevo no ensino da geografia. 10. Origem e desenvolvimento do estudo de Geomorfologia no Brasil. 11. Estudo do arcabouço geológico geomorfológico do Território Brasileiro. 12. Distribuição das bacias hidrográficas e sua importância para geomorfologia do Território Brasileiro. 13. As macrocompartimentações geomorfológicas do Litoral Brasileiro. 14. Erosão dos solos e a questão da geomorfologia ambiental. 15. Processo de formação, modelagem e dinâmica do relevo amazônico.

Bibliografia Básica

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S.B. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. 11ª ed.; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2012.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S.B. **Geomorfologia: Uma Atualização de Bases e Conceitos**. 11ª ed.; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2012.

ROSS, J. L.S. **Geomorfologia ambiente e planejamento**. 2007

Bibliografia Complementar

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. Editora Blucher, 1988.

DA CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia do Brasil**. Bertrand Brasil, 1998.

GUERRA, A. J. T.; DOS SANTOS MARÇAL, Mônica. **Geomorfologia ambiental**. Bertrand Brasil, 2006.

FLORENZANO, T. G. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. Oficina de Textos, 2016.

TEIXEIRA, W. (etall). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de textos, 2000.

Disciplina: Decolonialidade e Formação Territorial da América Latina

Carga horária: 50 h (60 h/a)

EMENTA

1. Perspectivas pós-coloniais – decoloniais; 2. Formação territorial da América Latina; 3. Colonização, colonialismo e modernidade; 4. Processo de urbanização e industrialização da América Latina; 5. Recursos naturais e territoriais; 6. Descolonizando e refletindo sobre os conceitos de raça e gênero; 7. Integração regional; 8. Problemas atuais na América Latina; 9. A América Latina na educação básica.

Bibliografia Básica

CRUZ, V. C.; OIVEIRA, D. A. **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

HOLLANDA, H. B (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2007

Bibliografia Complementar

LIMA, A. R. S. et all. **Pedagogias decoloniais da Amazônia**: fundamentos, pesquisas e práticas. Curitiba: CRV, 2021.

LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

Disciplina: Estatística Aplicada à Geografia

Carga Horária: 33 h (40 h/a)

EMENTA

Introdução ao R. Estatística Descritiva: medidas de tendência central e medidas de dispersão. Análise exploratória de dados. Probabilidade. Variável aleatória. Teoria e aplicações da Distribuição de probabilidade. Noções de amostragem. Teoria e aplicações de Inferência Estatística, Noções de correlação e regressão. Aplicações de medidas de dispersão, distribuição de probabilidade, noções de correlação e regressão linear utilizando linguagem de programação R.

Bibliografia Básica

BUSSAB, W. O. & MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. São Paulo: Ed. Saraiva. 6ª Edição, 2010.

MORETTIN, L.G. (2010). **Estatística Básica: Probabilidade e Inferência**. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

SCHMULLER, Joseph. **Análise estatística com R para leigos**. Rio de Janeiro, Alta Books, 2019.

Bibliografia Complementar

DEVORE, J. L. **Probabilidade e estatística para engenharia e ciências**. 9 ed. São Paulo: Cengage, 2018

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística Aplicada**. 6. ed. São Paulo-sp: Pearson Education Ltda, 2016. 656 p.

PETERNELLI, L.A.; MELLO, M.P. de. **Conhecendo o R: Uma visão Estatística**. Editora UFV: Universidade Federal de Viçosa, 2007.

PINHEIRO, J.I.D., CUNHA, S.B., CARVAJAL, S.R.; GOMES, G.C. (2009).

Estatística Básica: A Arte de Trabalhar com Dados. Rio de Janeiro: Elsevier

WICKHAM, Hadley. **R Para Data Science**. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2016. 528 p.

Disciplina: Informática Aplicada aos Estudos Geográficos

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

Introdução a Banco de Dados: Definição; Conceitos básicos; Objetivos

do banco de dados; Diagramas conceitos e prática; Sistemas de Gerenciamento de Bancos de Dados; Bancos de dados relacionais: dependência funcional, chaves e normalização; DDL, DML e DQL; Sistema de Informação Geográfica; Bancos de dados Geográficos;

Métodos de acesso para dados espaciais.

Bibliografia Básica

ELMASRI, R., NAVATHE, S. **Sistemas de Banco de Dados**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2011.

FONSECA, S. **QGIS na prática**: Tutoriais e Aplicações. Palmas, 2020.

SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H. F.; SUDARSHAN, S. **Sistema de Banco de Dados**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, C.H.P. **SQL**: curso prático. São Paulo: Novatec, 2002.

DATE, C. J. **Introdução a Sistemas de Bancos de Dados**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ISLAM, S. *et al.* **Mastering Geospatial Development with QGIS 3.x**. 3 ed. Birmingham: Packt Publishing, 2019.

LONGLEY, P. A. *et al.* **Sistemas e Ciência da Informação Geográfica**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Disciplina: Introdução ao Ensino de Geografia

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. As origens da Geografia escolar; 2. As correntes do pensamento geográfico, tendências pedagógicas e a Geografia escolar no Brasil; 3. A importância da Geografia enquanto disciplina escolar. Uma análise dos PCN e das Orientações Curriculares Nacionais. 4. A formação de professores de Geografia em tempos de BNC e BNCC.

Bibliografia Básica

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia: o professor**. Ijuí, RS: Unijuí, 2013. (Col. Ciências Sociais)

CAVALCANTI, L. S. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

TONINI, Ivaine M. et al (Orgs.). **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

Bibliografia Complementar

FILHO, L. D. F. **Por uma crítica da Geografia Crítica**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

LACOSTE, Y. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3ª edição. Campinas, SP: Papirus, 1993.

NOGUEIRA, V.; CARNEIRO, S. M. M. **Educação geográfica e formação da consciência espacial-cidadã**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Col. Docência em formação. Série Ensino Fundamental)

ROCHA, G. O. R. da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942): uma contribuição à história das disciplinas escolares**. In: **Ver a educação**. V. 3, nº 1, jan./jun. 1997. Belém: UFPA/Centro de Educação, 1997.

5º SEMESTRE

Disciplinas:

Geografia urbana

Geografia agrária

Pedologia

Hidrografia

Cartografia básica

Geografia do Pará

Estudo do meio I

Estágio docente I

Disciplina: Geografia Urbana

Carga horária: 66h (80h/a)

EMENTA

1. Principais vertentes teórico-metodológicas da análise urbana; 2. A noção de cidade e de urbano na geografia. 3. Cidade e urbanização pré-capitalista. 4. Capitalismo, cidades e urbanização no mundo. 5. Industrialização e urbanização. 6. Cidade, hierarquização e rede urbana. 7. Produção e organização do espaço urbano. 8. Espaço intraurbano: agentes, processos, valorização e conflitos urbanos. 9. Urbanização nos países “periféricos” com ênfase no caso brasileiro. 10. As novas formas de urbanização no Brasil. 11. Cotidiano, direito e luta pela cidade; 12. Planejamento urbano; 13. O ensino da geografia urbana.

Bibliografia Básica

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Lisboa: Documentos, 1978.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SERPA, A.; CARLOS, A. F. A (org.). **Geografia urbana**: desafios teóricos contemporâneos. Salvador: SciELO/EDUFBA, 2018.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Bibliografia Complementar

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

CORREA, R L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1999.

RODRIGUES, E. A. (org.). **Geografia urbana e ensino de geografia**. Curitiba: CRV, 2021.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

Disciplina: Geografia Agrária

Carga horária: 66h (80h/a)

EMENTA

1. A Geografia e a questão agrária: os clássicos no mundo e no Brasil. 2. A geografia agrária: abordagens teórico-metodológicas; 3. O Espaço agrário: a relação homem e natureza e modos de produção; 4. A questão agrária: revoluções e contra-revoluções. 5. A formação do espaço Agrário Brasileiro; 6. Apropriação capitalista da terra e a territorialidade camponesa. 6. O espaço agrário na Amazônia. 7. O novo mapa agrário do espaço paraense. 8. Políticas públicas ambientais e seus desdobramentos face ao desenvolvimento da agricultura familiar na Amazônia. 9. Os instrumentos das políticas ambientais e das agriculturas familiares. 10. Políticas públicas ambientais, estrutura agrária, estratégias e experiências dos setores públicos e privados para a agricultura familiar. 11. Conflito, ordenamento territorial e possibilidades da agricultura familiar na Amazônia.

Bibliografia Básica

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Edusp, 2012.
BERNARDO, M. F.; MARQUES, M. I.M.; SUZUKI, J.C. **Geografia Agrária: Teoria E Poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
OLIVEIRA, A. U de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

Bibliografia Complementar

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. UFRGS Editora, 2003.
ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.
CANTO, Otávio do. SOUZA, Armando. **Agricultura familiar na área de abrangência do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do estado do Pará**. Embrapa: ZEE, 2007
CASTRO, E. & HEBETE, J. (Org.). **“Na Trilha dos Grandes Projetos”**. Cadernos do NAEA, 10, Belém, 1988. GANCHO, K.V. (Org.) **A posse da terra**.Ed. Ática, 2004.
OLIVEIRA, A. U de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

Disciplina: Pedologia

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Conceitos e princípios básicos da Pedologia. Pedologia, Geografia e relações interdisciplinares. 2. Pedogênese e morfogênese. Origem, constituição e morfologia dos solos. 3. Classificação zonal e azonal dos solos. Solos e pedobiomas. Características físicas. 4. Solos do Brasil. 5. Tipos, fatores e mecanismos de erosão dos solos. Voçorocas. 6. Fertilidade e capacidades de uso do solo. Sistemas de manejo. Práticas de caráter vegetativo, edáfico e mecânico. Controle de voçorocas. 7. Solos amazônicos. 8. O estudo dos solos no ensino de geografia.

Bibliografia Básica

BERTONI, J. & NETO, F. L. **Conservação do solo**. São Paulo, Ícone, 2002.

GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. da. **Geomorfologia, uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro, 1994, Bertrand Brasil.

GUERRA, A.J.T; SILVA, A.S; BOTELHO, R.G.S (Org). **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Bibliografia Complementar

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual Técnico de Pedologia**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 5ª ed. – Brasília, DF, 2018.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 2002, 549 p.

LEPSCH, Igor. **Formação e conservação de solos**. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2008.

GAMA, J. R. N. F. **Solos: manejo e interpretação**. Belém, PA. Embrapa Amazônia Oriental, 2004.

Disciplina: Hidrografia

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Introdução ao estudo das ciências das águas. 2. Ciclo Hidrológico e a distribuição de águas doces no planeta. 3. Águas superficiais (definição, formação e classificação de bacias hidrográficas). 4. Bacias hidrográficas brasileiras. 5. Águas subterrâneas. 6. Zona costeira e marítima. 7. Hidrografia amazônica: características da hidrografia superficial, marítima e subterrânea.

Bibliografia Básica

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia fluvial**. O canal fluvial. São Paulo, Edgard Blücher, 1981.

ARAGÓN, L. E.; GODT-CLUSENER (Orgs.). **Problemática do uso local e global da água na Amazônia**. Belém: NAEA, 2003.

CLARKE, R; KING, J. **O Atlas da Água**. São Paulo: Publifolha, 2005.

Bibliografia Complementar

CUNHA, S. B. Bacias hidrográficas. In: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

LATRUBESSE, E.M.; STEVAUX, J.C. E SINHA, R. **Grandes sistemas fluviais tropicais: uma visão geral**. In: Revista Brasileira de Geomorfologia, Ano 6, Nº 1 (2005) 01-18. <http://www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/view/35/33>.

MOTA, G. Et al. **Caminhos e Lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios**. Belém: GAPTA/UFPA, 2009.

PAGNOCCHESCHI, Bruno. Política Nacional de Recursos Hídricos. In: LITTLE, P.E. (Org.). **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003.

REBOUÇAS, A. da C; BRAGA, B.; TUNDISI, J.G.(Org.) **Águas Doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. – 3ª ed.– São Paulo: Escrituras Editoras, 2006

Disciplina: Cartografia Básica

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1.Cartografia, Mapas e Cartas. 2.Escalas Cartográfica. 3.Sistema Geodésico de Referência. 4.Sistemas de Coordenadas: Geográfica e Planas UTM. 5.Sistemas de Projeção e Projeção UTM. Simbologia. 6.Orientação. 7.Generalização Cartográfica. 8.Projetos Cartográficos. 9.Leitura e Interpretação de Mapas Temáticos e Cartas Topográficas.

Bibliografia Básica

FITZ, P. R. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

MENEZES, P.M.L.; FERNANDES, M. C. **Roteiro de Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

PASSINI, E. Y.. **Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia**. Colaboração Romão Passini.–1. ed.–São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

ARCHELA, R. S. et al. **Abordagem metodológica para cartografia ambiental**. GEOGRAFIA (Londrina), v. 11, n. 1, p. 55-62, 2010.

DE SOUZA CAVALCANTI, Lucas Costa. **Cartografia de paisagens: fundamentos**. Oficina de Textos, 2018.

MARTINELLI, M.; GRAÇA, A. J. S. **Cartografia temática**. Revista Brasileira de Cartografia, v. 67, n. 4, p. 913-928, 2015.

ROSA, R. **Cartografia básica**. Uberlândia: IG-UFU, 2004. 71p.

RODRIGUES, S. C.; SOUZA, L. H. F. **Comunicação gráfica: bases conceituais para o entendimento da linguagem cartográfica**. GEOUSP: Espaço e Tempo. n 23, p. 65 - 76, 2008.

Disciplina: Geografia do Pará

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

1. O processo de formação e fragmentação territorial do espaço paraense: Territorialização e desterritorialização; 2. A Geografia da borracha e das frentes pioneiras no território paraense; 3. Reorganização e modernização do espaço paraense: estratégias de ocupação e integração; 4. A problemática ambiental no espaço paraense: o papel do Estado e da sociedade local; 5. Diferenças espaciais, identidades territoriais e emancipação; 6. O município no Pará; 7. Gestão, regiões e recortes territoriais no espaço paraense. As propostas de regionalização do Território. 8. Redes Urbanas e Metropolização. 9. A Dinâmica Populacional. As populações tradicionais: formas de organização sócio-espacial e novas territorialidades.

Bibliografia Básica

BECKER, B. K; MIRANDA, M; MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica**. Questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB; Rio de Janeiro; UFRJ, 2002.

DIAS, S. da F. (Coord.). **Zoneamento ecológico-econômico do estado do Pará**. Belém: IDESP, 1991 (Estudos Paraenses).

TRINDADE Jr, S. C.; ROCHA, G. de M. (Org). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

Bibliografia Complementar

BORELLI, Dario Luis. Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 7-35, 2005.

CASTRO, E. *et alli*. **Industrialização e Grandes projetos**. Belém: EDUFPA, 2004

MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Barcelona, Depto. de geografia Humana, 2002. 512p. (Tese de Doutorado)

ROCHA, G de M. **Reflexões sobre a região e a redivisão Territorial da Amazônia: o caso do Sudeste Paraense**. Belém: FIPAM VII, 2002 (impresso)

SILVA, J. M. P. da. **Exercícios do Poder: as experiências de gestão e autonomia financeira de Parauapebas e Curionópolis no Sudeste do Pará**. Belém:NAEA, 1999. (Dissertação de Mestrado)

Disciplina: Estudo do Meio I

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. A história do Estudo do Meio; 2. Perspectivas interdisciplinares na elaboração do Estudo do Meio; 3. Planejamento do Estudo do Meio; 4. Orientação para o trabalho de campo; 5. Trabalho de Campo Integrado na região do Sul e Sudeste do Pará. 6 Sistematização do Trabalho de Campo; 6. Elaboração do projeto final do Estudo do Meio.

Bibliografia Básica

PONTUSCHKA, N. N. **Estudo do Meio:** momentos significativos de apreensão do real. In: PONTUSCHKA, N.N, PAGANELLI, T.I. CACETE, N.H. **Para Ensinar e Aprender Geografia.** São Paulo: Cortez, 2007.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo:Cortez, 2005.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 3. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

Bibliografia Complementar

MAGNANI, J. G. C. **O [velho e bom] caderno de campo.** Sexta-feira. São Paulo, v. 1. n. 1, p.8-11, 1997.

PACHECO, J. A. **Currículo:** teoria e práxis. Porto: Porto Editora,1999.

PONTUSCHKA, N. N. **Estudo do meio e ação pedagógica.** IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 14., 2006, Rio Branco, AC. Anais ... Rio Branco, AC, 2006.

PONTUSCHKA, N. N. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: Vesentini, J. W. (Org.). **O ensino de geografia no século XXI.** Campinas, SP: Papyrus, 2004a, p. 249-288.

PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio, interdisciplinaridade, ação pedagógica. IN: **Anais do VI Encontro Nacional de Geógrafos,** 13, 2004. Goiânia, GO, 2004.

Disciplina: Estágio Docente I

Carga horária: 134h (160h/a)

EMENTA

1. O ensino fundamental e suas características; 2. As especificidades do Ensino de Geografia no Ensino Fundamental; 3. O Ensino Fundamental e o EJA; 4. Elaboração do projeto de estágio; 5. trabalho pedagógico do (a) professor(a) de geografia na escola de ensino fundamental: estágios de observação participante e de regência; 6. Sistematização do relatório de estágio.

Bibliografia Básica

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997c.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais:** geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

CASTROGIOVANNI, A.C. **Ensino de geografia – práticas e contextualizações no cotidiano.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** segundo e terceiro ciclos: documento introdutório. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

CARVALHO, A. M. P. **Prática de ensino - os estágios na formação do professor.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia e práticas de ensino.** Goiânia: Alternativa: 2002.

PASSINI, E. Y. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto.2011.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade – o currículo integrado.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

6º SEMESTRE

Disciplinas:

Climatologia

Fotogrametria e sensoriamento remoto

Recursos hídricos e sustentabilidade

Geografia do Sul e Sudeste do Pará

Epistemologia e práticas em estudos amazônicos

Biogeografia

Estudo do meio II

Estágio docente II

Disciplina: Climatologia

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Conceito, definições e princípios básicos da Climatologia. Relações com a Meteorologia. A importância da Climatologia para a Geografia. 2. Radiação solar na atmosfera terrestre. Distribuição e variação global. Insolação e cobertura do céu. Balanço de energia. Temperatura do ar e do solo. Umidade e precipitação. Balanço hídrico. 3. Sistemas de circulação atmosférica. Circulação tropical e subtropical. 4. Classificação dos climas e regimes climáticos: Köppen, Thorntwaite e Strahler. 5. Processos de desertificação, arenização e savanização. 6. Clima urbano e ilha de calor. 7. Estudo do clima amazônico: paleoclima, características regionais, fatores da variabilidade de precipitação na Amazônia. 8. Mudanças Climáticas e Amazônia.

Bibliografia Básica

AYODE. J.O. **Introdução à Climatologia nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 9ª edição.

CONTI, J. B. **Clima e o meio ambiente**. São Paulo: atual 1998. (série meio ambiente).

STEINKE, E. T. **Climatologia fácil**. Oficina de Textos, 2016

Bibliografia Complementar

KIRCHHOFF, Volker WJH. **Queimadas na Amazônia e efeito estufa**. Editora Contexto, 1992.

LOMBARDO, M. A. **Ilha de Calor nas Metrópoles**: o exemplo de São Paulo. Hucitec. 1985.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia: noções básicas de climatologia**. São Paulo: Oficina de Texto, 2017

MENDONÇA, F.; MONTEIRO C. A. F. Clima Urbano. São Paulo: Contexto. 2003.

MONTEIRO, C. A. de F. **Clima e excepcionalismo, conjecturas sobre o desempenho da Atmosfera como fenômeno geográfico**. Florianópolis. UFSC. 1991.

Disciplina: Fotogrametria e Sensoriamento Remoto

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Conceitos básicos do Sensoriamento Remoto. 2. Princípios Físicos de Sensoriamento Remoto. 3. Comportamento Espectral dos Alvos. 4. Plataformas e Sensores Remotos. 5. Processamento Digital de Imagens. 6. Noções Básicas de Fotogrametria e Fotointerpretação. 7. Aplicações Ambientais do Sensoriamento Remoto.

Bibliografia Básica

DE MORAES NOVO, Evlyn ML. **Sensoriamento Remoto: princípios e aplicações**. Editora Blucher, 2010.

LIU, W. T. H. **Aplicações de sensoriamento remoto**. Oficina de Textos, 2015.

MENESES, P. R.; ALMEIDA, T. de. **Introdução ao processamento de imagens de sensoriamento remoto**. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

Bibliografia Complementar

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto**. Oficina de textos, 2007.

JENSEN, J. R.; EPIPHANIO, J. C. N. **Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres**. São José dos Campos: Parêntese Editora, 2009.

KUX, H.; BLASCHKE, T. **Sensoriamento Remoto e SIG Avançados. Novos Sistemas Sensores, Métodos Inovadores**. Oficina de Texto, ano 2007.

LORENZZETTI, João A. **Princípios físicos de sensoriamento remoto**. Editora Blucher, 2015.

PONZONI, F. J., SHIMABUKURO, Y. E.; KUPLICH, T. M. **Sensoriamento remoto da vegetação**. Oficina de Texto. 2007.

SHIMABUKURO, Yosio Edemir; PONZONI, Flávio Jorge. **Mistura Espectral: modelo linear e aplicações**. Oficina de Textos, 2017.

Disciplina: Recursos Hídricos e Sustentabilidade

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

Conceitos básicos sobre recursos hídricos. Legislação relacionada a recursos hídricos. Aspectos institucionais. Aspectos conceituais de gestão de recursos hídricos. Modelos de avaliação/gestão de recursos hídricos (MAGs). Instrumentos de gestão de recursos hídricos. Aspectos técnicos relacionados ao planejamento e manejo integrados dos recursos hídricos. Bacias hidrográficas e seu uso como unidade de planejamento e gestão. A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos. Indicadores de sustentabilidade de recursos hídricos. 8. O estudo dos recursos hídricos e sua sustentabilidade no ensino de geografia.

Bibliografia Básica

PIRES, E. O. Gestão de recursos hídricos. Pearson, Rio de Janeiro, 2009.

LANNA, A. E. L. Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: IBAMA, 1995.171p.

MAGALHAES JUNIOR, A. P. Indicadores Ambientais e Recursos Hídricos. Bertrand Brasil. 2007.

Bibliografia Complementar

ANA - Agência Nacional de Águas. Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2009.

Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2009. p. 204.

BRAGA, B. et al. Introdução a Engenharia Ambiental. 2 ed. São Paulo: Pearson Pretince Hall, 2005.

DIAS, N. S.; SILVA, M. R. F.; GHEYI, H. R. Recursos Hídricos: Usos e Manejos. 1 ed. São Paulo: LF Editora, 2011.

Disciplina: Geografia do Sul e Sudeste do Pará

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

1. Formação histórico-geográfica do sul e sudeste do Pará; 2. Produção e organização do espaço urbano do sul e sudeste do Pará; 3. Produção e organização do espaço agrário do sul e sudeste do Pará; 4. Recursos naturais e neoxtrativismo: divisão territorial do trabalho; 5. Fronteira econômica e da alteridade; 6. (re)existências socioespaciais não hegemônicas; 7. Ensino e a geografia do sul e sudeste do Pará

Bibliografia Básica

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins humanos. 2ª ed. São Paulo: editora Contexto, 2009.

Bibliografia Complementar

COUTO, A. C. O.; SANTOS, T. V. RIBEIRO, W. O. **Amazônia**: fronteiras, grandes projetos e movimentos sociais. Belém: EDUEPA, 2019.

MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1989.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Disciplina: Epistemologia e Práticas em Estudos Amazônicos

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. A epistemologia dos Estudos Amazônicos; 2. Para que ensinar sobre a Amazônia? 3. LDB, BNCC e a Parte diversificada do currículo; 4. Materiais didáticos para os Estudos Amazônicos; 5. Prática e experiências em sala de aula com os Estudos Amazônicos.

Bibliografia Básica

ALVES, Davison Hugo Rocha. **Contando a História do Pará:** a disciplina 'Estudos Amazônicos' e os livros didáticos (1990 – 2000). São Gonçalo-RJ: Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2016

BARROS, Gabriel Renan Neves. **A disciplina de Estudos Amazônicos e a formação de professores do ensino fundamental:** uma experiência no município de Marabá-PA. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. **Da “História do Pará” aos “Estudos Amazônicos”:** os livros didáticos regionais entre produções e usos (séculos XX-XXI). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Daniel Vater de. A disciplina intitulada Estudos Amazônicos constituindo-se como mais um espaço para o conhecimento. In: **Anais do 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Lima: **Unión Geográfica Internacional**, 2013.

Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Ensenanzadelageografia/Metodologiaparalaensenanza/40.pdf>

TEIXEIRA JÚNIOR, Tiese. Ditos e escritos sobre os Estudos Amazônicos, no Ensino Básico, do Estado do Pará. **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 13-24, jul.- dez. 2016.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

Disciplina: Biogeografia

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Conceito e evolução da Biogeografia. 2. Teorias biogeográficas. 3. Biogeografia histórica. Flutuações Paleoclimáticas. Teoria dos Refúgios. Mares epicontinentais. 4. Biogeografia Ecológica. Fatores abióticos e bióticos que influenciam na distribuição e especiação biogeográfica. 5. Padrões de Distribuição biogeográfica. Os grandes Biomas e os Biomas brasileiros. Formas de apropriação dos grandes biomas. Áreas de tensão ecológica. Ecorregiões. Hotspots. Corredores Ecológicos. 6. Padrões de distribuição da vegetação amazônica: floresta de terra-firme, várzea e manguezal (abundância, composição e diversidade) 7. Interação clima/biodiversidade amazônica; 8. O estudo da biogeografia no ensino de geografia.

Bibliografia Básica

MARTINS, C. **Biogeografia e Ecologia**. São Paulo: Ed. Nobel, 1992.

PASSOS, M. **Biogeografia e Paisagem**. Presidente Prudente, 1998

TROPPEMAIR, H. **Biogeografia e Meio Ambiente**. Rio Claro, 2003.

Bibliografia Complementar

COX, C. B. **Biogeografia: uma abordagem ecológica e evolucionária**. LTC, 2009

RIZZINI, C. T. **Tratado de Fitogeografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições, 1997.

SIOLI, H. Amazônia. **Fundamentos de Ecologia da maior região de Florestas Tropicais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

STRAHLER, A.; STRAHLER, A. H. **Geografia Física**. Barcelona, 2002

WALTER, H. **Vegetação e zonas climáticas**. Tratado de Ecologia Global. São Paulo, 2001.

Disciplina: Estudo do Meio II

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Perspectivas interdisciplinares na elaboração do Estudo do Meio; 3. Planejamento do Estudo do Meio; 4. Orientação para o trabalho de campo; 5. Trabalho de Campo Integrado: abordagem em regiões de integração do Pará. 6. Sistematização do Trabalho de Campo; 5. Elaboração do projeto final do Estudo do Meio.

Bibliografia Básica

PONTUSCHKA, N. N. **Estudo do Meio**: momentos significativos de apreensão do real. In: PONTUSCHKA, N.N, PAGANELLI, T.I. CACETE, N.H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

Bibliografia Complementar

MAGNANI, J. G. C. O [velho e bom] caderno de campo. **Sexta-feira**. São Paulo, v. 1. n. 1, p.8-11, 1997.

PACHECO, J. A. **Currículo**: teoria e prática. Porto: Porto Editora, 1999.

PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio e ação pedagógica. IN: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 14., 2006, Rio Branco, AC. Anais ... Rio Branco, AC, 2006.

PONTUSCHKA, N. N. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: Vesentini, J. W. (Org.). **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004a, p. 249-288.

PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio, interdisciplinaridade, ação pedagógica. IN: **Anais do VI Encontro Nacional de Geógrafos**, 13, 2004. Goiânia, GO, 2004.

Disciplina: Estágio Docente II

Carga horária: 134h (160h/a)

EMENTA

1. O ensino de Geografia em escolas do Campo; 2. O ensino de geografia em Escolas Indígenas; 3. Projeto de elaboração do estágio em escolas do campo e indígena; 4. Estágio nas escolas do campo e indígena; 5. Apresentação dos resultados do estágio.

Bibliografia Básica

CALLAI, H.C. **A Geografia e a escola**: muda a geografia: Muda o ensino? Terra Livre. São Paulo, n. 16, p. 133-151.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004

Bibliografia Complementar

FERREIRA JUNIOR, D. B.; SALAME, I. M. A.; SANTOS, R.A ; SOUZA, M. V. M. Estágio docente em geografia e educação escolar indígena: experiências na escola indígena Tatakti kyikatejê aldeia gavião - Bom Jesus do Tocantins-PA. **Revista Ensino de Geografia**, Recife, v. 3, p. 167-184, 2020.

MARTINS, A. B.; BARROS, G. R. N.; SILVA, K. R. S. A experiência do estágio docente em geografia na escola família agrícola Jean Hébert no município de Marabá/PA. **Revista Ensino de Geografia**, Recife, v. 3, p. 77-88, 2020.

7º SEMESTRE

Disciplinas:

Espaço e território do mundo globalizado

Ecologia, paisagem e uso da terra

Bioeconomia na Amazônia

Geoprocessamento

Práticas curriculares em sociedade I

Estudo do meio III

Estágio docente III

TCC I

Disciplina: Espaço e Território do Mundo Globalizado

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

1. Globalização, espaço e territórios em trans-forma-ção; 2. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional; 3. Ambiente e recursos territoriais na contemporaneidade; 4. Neoliberalismo, crise democrática e as análises geográficas; 5. Decolonialidade e as análises geográficas: perspectivas amazônicas; 6. A quarta revolução industrial, fragmentação territorial e desigualdades sociais; 7. Espaço e território do mundo globalizado no ensino básico

Bibliografia Básica

HAESBAERT, R. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2013.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5ª ed. São Paulo: editora Loyola, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

Bibliografia Complementar

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

HARVEY, D. **Os sentidos do mundo: textos essenciais**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Disciplina: Ecologia, Paisagem e Uso da Terra

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

1. Caracterização do bioma Amazônia; 2. Processos históricos de estruturação e funcionamento de ecossistemas. 3. O Antropoceno na Amazônia: uma nova época geológica; 4. Ecossistemas Antrópicos: Conceitos e definições básicas; 5. Fronteiras e Paisagens na Amazônia: Desmatamento, Degradação e Fragmentação de florestas. 7. Estado, Capital e Meio Ambiente: uma relação conflituosa. 8. Dinâmica e Sustentabilidade de usos da terra na Amazônia.

Bibliografia Básica

AB'SABER, Aziz N. **Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira**. Estudos Avançados. 16 (45):7-30. São Paulo, 2002.

VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M de; ARAÚJO, R. (Org.). **Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. v. 1. 498p

PERES, C. A.; BARLOW, J. ; GARDNER, T. A.; VIEIRA, Ima C. G. **Conservação da Biodiversidade em Paisagens Antropizadas do Brasil**. 1a. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2013. v. 1. 587p.

Bibliografia Complementar

BECKER, B. K. **Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafio do presente**. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (Org.). Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: MMA, p. 05-28, 2001.

ESCADA, M. I. S.; AGUIAR, A. P. D.; MONTEIRO, A. M. V. **O Avanço do desflorestamento na Amazônia no contexto das novas fronteiras**. Apresentado com audiovisual, Reunião Projeto Prodes, 2005. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/seminario2005>. Acesso em: 17 e agosto de 2020

CUTRIM CARVALHO, A.; CARVALHO, D. F. **Desenvolvimento sustentável: passado, presente e perspectivas futuras**. In: João Tristan Vargas; Dóris Santos de Faria. (Org.). Textos interdisciplinares: um olhar integrado sobre a Amazônia, o Brasil e o conhecimento. 1ª ed. São Paulo-SP: Editora Humanitas, Livro 1, p. 09-54,

2017.

VASCONCELOS, S.S et al. **Amazônia em tempo: impactos do uso da terra em diferentes escalas**. Belém: Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, Embrapa Amazônia Oriental, 2017.

VIEIRA, I. C. G.; CARDOSO, J. M da Silva; OREN, David; DINCAO, M. A. **Diversidade Biológica e Cultural da Amazônia**. 2ª edição. 2. ed. Belém: 2009. 421p

Disciplina: Bioeconomia na Amazônia

Carga horária: 33h (40h/a)

EMENTA

1. Fundamentos de ecologia. 2. Teoria econômica clássica, neoclássica e modelos de crescimento. 3. Gestão de Recursos Naturais na Amazônia e Desenvolvimento Sustentável 4. Fundamentos da bioeconomia 5. Teoria dos sistemas e sistemas adaptativos complexos. 6. Economia do meio ambiente. 7. Economia ecológica. 8. A bioeconomia e sua relação com estudos no campo do agronegócio. 9. Projetos voltados para a Bioeconomia na Região Amazônica.

Bibliografia Básica

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagem de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental/ tradução do texto da primeira edição de Jorge E. Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Cengage Learning; Tradução Da 8ª Edição Norte-Americana, 2019.

ODUM, E. P. **Fundamentos de ecologia**. 6a. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Edna. Org. **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

LEFF, E (org.) **A complexidade ambiental**. 2ª Ed. SP: Cortez, Blumenau, Edifurb, 2018.

PAZ, J. J. B. **Bioeconomía**: instrumentos para su análisis económico. Texcoco: Sagarpa/Colpos, 2011.

REIGOTA, M. **Verde cotidiano o meio ambiente em discussão**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Petruz . 2009.

VASCONCELOS SOBRINHO, Mário; ET AL. **Gestão Social e Território**: práticas participativas para o desenvolvimento territorial. Belém: Unama, 2018.

Disciplina: Geoprocessamento Período: 7º semestre Carga horária: 50h (60h/a)
--

EMENTA

1. Conceitos básicos do Geoprocessamento. 2. Estrutura de dados. Base Cartográfica. 3. Aquisição de Dados. 4. Sistema de Informações Geográficas (SIG). 5. Banco de Dados Geográficos (BDG). 6. Integração de dados. 7. Manipulação e Análise de Dados. 8. Modelagem Espacial: Modelos Numéricos do Terreno. 9. Sistemas GNSS.

Bibliografia Básica

IBRAHIM, FRANCINI IMENE DIAS. **Introdução ao geoprocessamento ambiental**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2014.

FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de textos, 2018.

GARCIA, M. C. P. **A aplicação do Sistema de Informações Geográficas em Estudos ambientais**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

Bibliografia Complementar

BRUNO, L. O. Aplicabilidade de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) livres nas ciências ambientais: o uso do QGIS. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 4, n. 8, p. 321-326, 2017.

CÂMARA, G; MEDEIROS, JS de. **Geoprocessamento para projetos ambientais**. São José dos Campos: INPE, 1996.

MELLO, J. M. **Adoção de sistema de informação geográfica**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2015.

LONGLEY, Paul A. et al. **Sistemas e ciência da informação geográfica**. Bookman Editora, 2009.

ZAIDAN, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento conceitos e definições**. Revista de Geografia-PPGEO-UFJF, v. 7, n. 2, 2017.

Disciplina: Práticas Curriculares em Sociedade I

Carga horária: 66h (80h/a)

EMENTA

1. Finalidades da educação escolar, currículo e a geografia como componente curricular na educação básica; 2. As relações entre a geografia escolar e a ciência geográfica; 3. As principais tendências teórico-metodológicas do ensino de geografia; 4. A construção da noção de espacialidade e os principais conceitos na geografia escolar; 5. as políticas curriculares oficiais e a educação geográfica escolar 6. O ensino de geografia na escola: planejamento, desenvolvimento e avaliação

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

PONTUSCKA, N.; PAGANELLI, T. L.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

PONTUSCHKA, N.N; OLIVEIRA, A.U (ORGS.) **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São paulo: Contexto, 2002

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, R. D. DE. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacional: Geografia**. Brasília: Mec/Sef, 1997

Disciplina: Estudo do Meio III

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Perspectivas interdisciplinares na elaboração do Estudo do Meio; 2. Planejamento do Estudo do Meio; 3. Orientação para o trabalho de campo; 4. Trabalho de Campo Integrado: aspectos da dinâmica regional; 6. Sistematização do Trabalho de Campo; 5. Elaboração do projeto final do Estudo do Meio.

Bibliografia Básica

PONTUSCHKA, N. N. Estudo do Meio: momentos significativos de apreensão do real. In: PONTUSCHKA, N.N, PAGANELLI, T.I. CACETE, N.H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

Bibliografia Complementar

MAGNANI, J. G. C. O [velho e bom] caderno de campo. **Sexta-feira**. São Paulo, v. 1. n. 1, p.8-11, 1997.

PACHECO, J. A. **Currículo**: teoria e prática. Porto: Porto Editora, 1999.

PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio e ação pedagógica. IN: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 14., 2006, Rio Branco, AC. Anais ... Rio Branco, AC, 2006.

PONTUSCHKA, N. N. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, J. W. (Org.). **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004a, p. 249-288.

PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio, interdisciplinaridade, ação pedagógica. IN: **Anais do VI Encontro Nacional de Geógrafos**, 13, 2004. Goiânia, GO, 2004.

Disciplina: Estágio Docente III

Carga horária: 134h (160h/a)

EMENTA

1. O ensino médio e suas características; 2- a geografia no ensino médio: especificidades e características; 3. EJA e o Ensino Médio; 4. elaboração do projeto de estágio; 5. o trabalho pedagógico do (a) educador (a) de geografia na escola de ensino médio: estágios de observação participante e de regência. 6. Sistematização e apresentação do relatório de estágio

Bibliografia Básica

BORGES NETO, Fernanda. **A geografia escolar do aluno EJA** : caminhos para uma prática de ensino. Dissertação de Mestrado/ IG/UFU, 2008.

RESENDE, M. S. **A Geografia do Trabalho Docente**: caminhos para uma prática de ensino. São Paulo: Edições Loyola. 1986.

SILVA, M. S. F. SILVA, E.G. Um olhar a partir da utilização de dinâmicas como ferramenta para o ensino da Geografia Escolar. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 13, n. 44 Dez/2012.

Bibliografia Complementar

RUA, J. et all. **Para ensinar geografia - contribuição para o trabalho com 1.º e 2.º graus**. Rio de Janeiro: ACCESS, 2000.

SIMÕES. M. R. **Dramatização para o ensino de geografia**. Rio de Janeiro: Jobran/Coautor, 2004.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Técnicas de ensino**: por que não ? 2.^a ed. Campinas: São Paulo, 2000.

VESENTINI, J. W. (Org.) **Geografia e ensino - textos críticos**. Campinas: Papirus, 2002.

_____. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.

Disciplina: TCC I

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

Comunicação entre orientador e orientado; Elaboração e qualificação do Projeto de Trabalho de conclusão do curso.

Bibliografia Básica

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação. Citações em documentos - apresentação. NBR 10520. 2002.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação - Referências. NBR 6023. 2002.

BRASIL, E. A. S. et all. (Orgs.). **Manual de normalização dos trabalhos acadêmicos do IFPA 2015- 2020**. Belém: IFPA/Comitê Gestor do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFPA, 2015.

Bibliografia Complementar

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 240p.

BARROS, A. J; LEHFELD, N. A S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 23ª edição. Petrópolis: VOZES, 2010. 128p.

CANDIOTTO, C. **Fundamentos da pesquisa científica: teoria e prática**. Petrópolis: VOZES, 2011. 168p.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017. 192p.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. 392p

8º SEMESTRE

Disciplinas:

Fisiologia da Paisagem

Docencia em educação ambiental

TIC's e o ensino de geografia

Geografia, gênero e sexualidade

Práticas curriculares em sociedade II

Atividades complementares

TCC II

Disciplina: Fisiologia da Paisagem

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

Conceitos básicos de paisagem e fisiologia da paisagem. Análise e integração de dados ambientais. Técnicas de mapeamento de paisagem. Estrutura e Métricas da Paisagem. Paisagem e planejamento ambiental. Monitoramento e análise de mudanças.

Bibliografia Básica

DE SOUZA CAVALCANTI, Lucas Costa. **Cartografia de paisagens: fundamentos**. Oficina de Textos, 2018.

LANG, Stefan; BLASCHKE, Thomas. **Análise da Paisagem com SIG** [Brazil version]. 2009.

VERDUM, Roberto. **Paisagem: leituras, significados, transformações**. Ed. da UFRGS, 2012.

Bibliografia Complementar

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Modelagem de sistemas ambientais**. Editora Blucher, 1999.

GUERRA, T. CUNHA, S. B. **Avaliação e perícia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STRALHER, S, N. **Geografia Física**. São Paulo: Editora Mc. Graw Hill, 2000.

SOTCHAVA, V.B. – **Por uma classificação de Geossistemas de Vida Terrestre**. In Biogeografia 14, São Paulo: IG.USP, 1978, 24p.

TRICART, J. - **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1977, p.17-29.

Disciplina: Docência em Educação Ambiental

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

Trajetória da Educação Ambiental. 2. Legislação e características da educação ambiental. 3. Correntes teóricas da educação ambiental. 4. Educação ambiental em ambientes escolares e não-escolares. 5. Projetos de Educação Ambiental (Planejamento, Processo, Produto e Diagnóstico para a resolução de problemas) 6. Metodologias de educação ambiental.

Bibliografia Básica

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. 5º ed. São Paulo. Cortez, 2018.

IBRAHIM, F. I. D. **Educação Ambiental**: estudo dos problemas, ações e instrumentos para o desenvolvimento da sociedade. 1ª ed. São Paulo: Érica Saraiva. 2014.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. Coleção Docência em Formação. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTRO, R.S. LAYRARGUES, P.P. LOUREIRO, C. F. B (Orgs). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5ª Ed. SP: Cortez, 2015.

LEFF, E (COORD) **A complexidade ambiental**. 2ª Ed. SP: Cortez, Blumenau, Edifurb, 2018.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REIGOTA, M. **Verde cotidiano o meio ambiente em discussão**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Petruz . 2009.

Disciplina: TIC'S no Ensino de Geografia

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Breve histórico da tecnologia e a inserção na educação; 2. Geografia no contexto tecnológico; 3. Produção de conteúdo digital para redes sociais; 4. Ensino Remoto x Educação a distância: contextos possíveis; 5. Youtuberização e a formação de professores.

Bibliografia Básica

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8 ed. Campinas, SP. Papirus, 2012

VALADARES, J. **Teoria e prática de educação a distância**. Lisboa: Uab, 2011.

FELDMANN, M. G. **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

Bibliografia Complementar

GRIZZLE, Alton. Et al. **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias** Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016. 204 p., ilus.

HABERMAS, J. Ciência e técnica enquanto ideologia. In: Os Pensadores, São Paulo, Ed. Abril, 1980.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8 ed. Campinas, SP. Papirus, 2012

Disciplina: Geografia, Gênero e Sexualidade

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Perspectivas teórico-conceituais de gênero e sexualidade; 2. A geografia e o debate de gênero e sexualidade; 3. A geografia feminista e de gênero no Brasil; 4. Espaço privado, microescalas e corpo; 5. Geografias subversivas e o espaço complexo; 6. Nova política da espacialidade; 7. Geografia e educação básica: trabalhando gênero e sexualidade

Bibliografia Básica

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOLLANDA, H. B (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Bibliografia Complementa

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LINS, B. A.; MACHADO, B. F.; ESCOURA, M. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, J. M; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B (orgs.). **Geografia feministas e das sexualidades**: encontros e diferenças. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2016.

SILVA, J. M. (org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre o espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

Disciplina: Práticas Curriculares em Sociedade II

Carga horária: 66h (80h/a)

EMENTA

1. Relações entre o conhecimento metodológico científico e didático em geografia;
2. As tendências atuais do ensino de geografia; relação teoria – prática no ensino de geografia;
3. A pedagogia de projetos e o ensino dos conceitos de espaço, paisagem, lugar, território e região;
4. A interdisciplinaridade no ensino da geografia;
5. Estratégias de produção de conhecimentos na escola.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, L. S. **Produção de conhecimento e pesquisa no ensino de geografia**. Goiânia. Ed PUC de Goiás, 2011.

VESENTINI, J.W – **O que é crítica? ou qual a crítica da geografia crítica? ensaios de geografia crítica: história, epistemologia e (geo)política** - São Paulo: Plêiade, 2009.

ZABALA, A. **Enfoque globalizador e pensamento complexo uma proposta para o currículo escolar**. Artmed, São Paulo, 2002

Bibliografia Complementar

CARLOS, A.F. – **A Geografia na sala de aula 2**. São Paulo. Ed Contexto, 2001.

CASTROGIOVANNI, A. C. – **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre. Mediação, 2000.

CAVALCANTI, L. S. – **A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP. Ed Papirus, 2008.

LOPES, A. C. **CURRÍCULO E EPISTEMOLOGIA**. IJUÍ, UNIJUÍ, N. 45, 2007.

SOUZA, J.G; KATUTA, A. – **Geografia e conhecimentos cartográficos**. São Paulo. Unesp, 2011.

Disciplina: TCC II

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

Elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão do Curso. Elaboração, submissão e aprovação de artigo científico.

Bibliografia Básica

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação. Citações em documentos - apresentação. NBR 10520. 2002.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação - Referências. NBR 6023. 2002.

BRASIL, E. A. S. et all. (Orgs.). **Manual de normalização dos trabalhos acadêmicos do IFPA 2015- 2020**. Belém: IFPA/Comitê Gestor do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFPA, 2015.

Bibliografia Complementar

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 240p.

BARROS, A. J; LEHFELD, N. A S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 23ª edição. Petrópolis: VOZES, 2010. 128p.

CANDIOTTO, C. **Fundamentos da pesquisa científica: teoria e prática**. Petrópolis: VOZES, 2011. 168p.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017. 192p.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. 392p

Disciplinas optativas

Disciplinas:

Cartografia e Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Geografia

Populações Tradicionais e Movimentos Sociais na Amazônia

Mudanças climáticas globais e Amazônia

Geografia do Turismo

Gestão de Unidades Especiais

Princípios Físicos do Sensoriamento Remoto

Formação de Professores: Tendências Investigativas Contemporâneas

Amazônia, educação e interdisciplinariedade

Disciplina: Cartografia e Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Geografia Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Uso das técnicas cartográficas e das novas tecnologias na representação do espaço geográfico voltado para o ensino fundamental e médio. 2. A cartografia escolar: métodos, técnicas e utilização em sala de aula; 3. Uso de mapas temáticos, mental, sensoriamento remoto, geoprocessamento, Google earth, softwares educacionais e maquetes.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, R. D. **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, R. D. de. **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

ARCHELA, R. S.; CALVENTE, M. C. M. H. **Ensino de Geografia: tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo**. Londrina: Eduel, 2008.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, R. D. **Do desenho ao mapa. Iniciação cartográfica na escola**. 4ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANCISCHETT, M. N. **A Cartografia no Ensino de Geografia: construindo os caminhos do cotidiano**. Rio de Janeiro: Litteris Ed.: Kroart, 2002.

FRANCISCHETT, M. N. **A Cartografia no ensino de Geografia: aprendizagem mediada**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2004.

TEIXEIRA, A. L.A. CHRISTOFOLLETI, A. **Sistema de Informação Geográfica**. Dicionário Ilustrado. Hucitec, São Paulo, 1997.

VENTURI, LUIS. **Praticando Geografia - Técnicas de Campo e Laboratório**. São Paulo: OFICINA DE TEXTOS, 2005

Disciplina: Populações Tradicionais e Movimentos Sociais na Amazônia

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

Populações tradicionais: abordagens conceitual e identitária. 2. As políticas públicas e a relação entre populações tradicionais e Estado. 3. Os movimentos sociais rurais e o meio ambiente na Amazônia. 4. A organização política dos trabalhadores agroextrativistas e a implantação das unidades de conservação de uso sustentável. 5. A organização e luta dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios. 6. As populações quilombolas e a luta pelo reconhecimento de precedência territorial. 7. O papel das mulheres na organização política e nas atividades agroextrativista na Amazônia.

Bibliografia Básica

ALLEGRETTI, M. **Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia**. In: ARNT, N. O destino da Floresta. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

Bibliografia Complementar

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COELHO, M. N.; SIMONIAN, L.; FENZL. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000.

JARDIM, M.A.G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. Açaí: **Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

FURTADO, L. G. **Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental**. In: D'INCÃO, M.; SILVEIRA, I. (Orgs). Uma Estratégia Latino-Americana para a Amazônia. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina. 1993.

SARAIVA, M. P. Identidade Multifacetada: a reconstrução do “ser indígena” entre os Juruna do médio Xingu. Belém: NAEA, 2008.

Disciplina: Mudanças climáticas globais e Amazônia

Carga horária: 50 h (60h/a)

EMENTA

1. Espaço e tempo nos ciclos naturais e humanos 2. Mudanças nos ciclos naturais e humanos 3. A análise de mudanças climáticas 4. Impulsores de mudanças 5. Pressões de mudanças 6. Impactos das mudanças 7. Vulnerabilidade as mudanças 8. Formas de resposta.

Bibliografia Básica

Barbieri, A. TRANSIÇÕES POPULACIONAIS E VULNERABILIDADE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p. 193 - 213, maio/ago 2013

Marengo, J. Água e mudanças climáticas estudos avançados 22 (63), 2008.

NOBRE, C; SAMPAIO, G, SALAZAR, L Mudanças climáticas e Amazônia. Ciencia e Cultura [online]. 2007, vol.59, n.3, pp. 22-27. ISSN 2317-6660.

Bibliografia Complementar

BAPTISTA G.M.M. 2009. Aquecimento Global: Ciência ou Religião? Brasília: Hinterlandia Ed. 186 p. [ISBN: 8562684007]

IPCC, A pagina web do Intergovernamental Panel on Climate Change (IPCC) en espanhol: http://ipcc.ch/home_languages_main_spanish.shtml O MERCADO DE CARBONO NO MUNDO – PREÇO DO CO₂ – CRÉDITO DE CARBONO, Publicado em 22 de Março 2017 por <https://sequestrarcarbono.com/2017/03/22/o-mercado-decarbono-no-mundo-preco-do-co2/> Acesso em 05.04.2021

MIRANDA J.M. 2010. Terra, ambiente e clima: introdução a ciência do sistema terrestre. Univ. Lisboa, Fac. Ciências. Depto. Eng. Geogr., Geofísica e Energia. 2010. URL: http://194.117.7.100/tac/TAC_2010.pdf. Acesso 20.04.2011

NOBRE, CARLOS A. et al.: Fundamentos científicos das mudanças climáticas, São Jose dos Campos, SP: Rede Clima/INPE, 2012. 44 p. ISBN: 978-85-17-00064-5

RICHARD BETTS (COORDENADOR), GILLIAN KAY: Riscos das Mudanças Climáticas no Brasil. Análise conjunta brasil-reino unido sobre os impactos das mudanças climáticas e do desmatamento na Amazônia www.ccst.inpe.br/.../Mudancas_Climaticas_no_Brasil_relatorio.pdf Acessado em 05.04.2021

Disciplina: Geografia do Turismo

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. O Espaço Geográfico como meio para o desenvolvimento das atividades turísticas; 2. Turismo, Lazer e Desenvolvimento Social; 3. Atividade turística e empreendedorismo; 4. Formas e Tipos de Turismo; 5. A atividade turística e a questão ambiental; 6. Políticas Públicas e a atividade turística; 7. Ecoturismo e Turismo sustentável na Amazônia Brasileira.

Bibliografia Básica

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: ALEPH, 2008 (Série Turismo).

LEMONS, A. I. G. **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, A. B. **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, J. V. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática. 1998.

TRIGO, L. G. G. (Org). **Turismo como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC, 2001.

YÁZIGI, E; CARLOS. A. F. A; CRUZ, R. A. C. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

DENKER, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Ed. FUTURA, 2000.

RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

Disciplina: Gestão de Unidades Especiais

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Análise dos aspectos conceituais, metodológicos e legais do planejamento e gestão de áreas especiais ou espaços especialmente protegidos. 2.O território como meio de aferição de direitos. 3.Tipologias de áreas protegidas: unidades de conservação, terras de quilombo, terras indígenas e outras. 4. Instrumentos e mecanismos de controle, criação, demarcação e gestão de áreas especiais nas três esferas de governo. 5.Análise crítica sobre os instrumentos utilizados para gestão de áreas especiais: planos de manejo de unidades de conservação, planos de desenvolvimento sustentável de áreas remanescentes de quilombo, planos de gestão socioambiental.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, M.A.R. **Unidades de Conservação no Brasil:** da república à Gestão de Classe Mundial. Belo Horizonte: SEGRAC. 2007. 272 p

BRASIL. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.** Decreto 5.758, de 13 de junho de 2006, 2006

DIEGUES, A C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: USP. 1994. 163p.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, A. W. B. de A. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito.** Belém: UFPA, 1989.

_____. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". **Caderno CRH**, Manaus, v. 25, n. 64, p. 63-72. abr. 2012

_____. **Terras de quilombos, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2 ed. Manaus: UFAM. 2008.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília.

DIEGUES, A. C; MOREIRA, A. de C. (Orgs.), **Etnoconservação: novos rumos**

para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec e NUPAUB- USP, 2000.

PEREIRA, P. F.; SCARDUA, F. P. **Espaços territoriais especialmente protegidos:** conceito e implicações jurídicas. Ambiente sociedade. Campinas , v.11 n.1 jan./june 2008

Disciplina: Princípios Físicos do Sensoriamento Remoto

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

O conceito de sensoriamento remoto. A energia solar na Terra. A natureza da radiação eletromagnética. As características da onda eletromagnética. A atenuação da onda eletromagnética. A polarização da onda eletromagnética. A natureza quantizada da radiação eletromagnética. Radiometria. As relações entre as grandezas radiométrias. A atenuação da radiação eletromagnética por absorção. O espalhamento da radiação eletromagnética. A reflexão da radiação eletromagnética. A radiação termal. O sensoriamento remoto de micro-ondas. Comportamento Espectral dos Alvos (solo, água e vegetação).

Bibliografia Básica

LORENZZETTI, J. A.. **Princípios físicos de sensoriamento remoto**. São Paulo: Ed. Blucher, 2015, 1 ed., 292 pg.

DE MORAES NOVO, Evelyn ML. **Sensoriamento Remoto: princípios e aplicações**. Editora Blucher, 2010.

LIU, W. T. H. **Aplicações de sensoriamento remoto**. Oficina de Textos, 2015.

Bibliografia Complementar

MENESES, P. R.; ALMEIDA, T. de. **Introdução ao processamento de imagens de sensoriamento remoto**. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto**. Oficina de textos, 2007.

JENSEN, J. R.; EPIPHANIO, J. C. N. **Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres**. São José dos Campos: Parêntese Editora, 2009.

KUX, H.; BLASCHKE, T. **Sensoriamento Remoto e SIG Avançados**. Novos Sistemas Sensores, Métodos Inovadores. Oficina de Texto, ano 2007.

PONZONI, F. J., SHIMABUKURO, Y. E.; KUPLICH, T. M. **Sensoriamento remoto da vegetação**. Oficina de Texto. 2007.

Disciplina: Formação de Professores: tendências investigativas contemporâneas
Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1) Desenvolvimento profissional de professores: profissionalização, profissionalidade e desenvolvimento profissional. - Necessidades dos professores e das escolas nos processos de formação e de desenvolvimento profissional. 2) Conceito de professor na modernidade e na pós-modernidade: Evolução e análise no âmbito nacional e internacional. De professor reflexivo e de professor pesquisador. 3) Formação contínua de professores movimento histórico: garimpando conceitos. Análise de experiências de formação inicial e contínua.

Bibliografia Básica

ABDALLA, Maria de Fátima B. **Formação e desenvolvimento profissional do professor**: o aprender da profissão (um estudo em escola pública). Tese de Doutorado. FEUSP. 2000.

ALMEIDA, Maria Isabel de. **O Sindicato como instância formadora dos professores**: novas contribuições ao desenvolvimento profissional. Tese de doutorado. FEUSP. 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**. Lisboa. Dom Quixote. 1992.

Bibliografia Complementar

BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Penso, 2012.

SACRISTÁN, José G. Tendências investigativas na formação de professores. 1996. In: Pimenta & Ghedin (orgs) **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica do conceito. São Paulo. Cortez. 2002 (no prelo).

CONTRERAS, J. **A autonomia do professor**. São Paulo: Cortez, 2012.

PERRENOUD, P. A divisão do trabalho entre formadores de professores: desafios emergentes. In: ALTET, M.; PAQUAY, L.; PERRENOUD, P. (org.). **A profissionalização dos formadores de professores**. Porto Alegre: Artmed. 2003

Disciplina: Amazônia, educação e interdisciplinariedade

Carga horária: 50h (60h/a)

EMENTA

1. Introdução a educação na Amazônia; 2. Saberes e povos tradicionais na Amazônia; 3. Currículo das escolas do campo, quilombolas, ribeirinhas e indígenas na Amazônia; 4. Interdisciplinaridade e currículos produzidos na escola; 5. BNCC e documentos institucionais: educar para quem?

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, J. P. de. FREIRE, C. A. da R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil – Brasília:** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

RIBEIRO, P. R. M. **História da educação escolar no Brasil:** notas para uma reflexão. Paidéia (Ribeirão Preto), p. 15-30, 1993.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial:** in-surgir, re-existir e reviver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

Bibliografia Complementar

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, 2).

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes. 2000.

GEERTZ, C. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA M. G. **Saberes da experiência saberes escolares:** diálogos interculturais. Belém: EDUEPA, 2016.
